

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANA APARECIDA ALVES SUBIRÁ

**UM PANORAMA DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES NOS
MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA:
CONFIGURAÇÕES, IMPASSES E PERSPECTIVAS**

CURITIBA

2012

JULIANA APARECIDA ALVES SUBIRÁ

**UM PANORAMA DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES NOS
MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA:
CONFIGURAÇÕES, IMPASSES E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora,
como requisito parcial à obtenção do grau de
Mestre em Educação no Curso de Pós-Graduação
em Educação, do Setor de Educação, da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Barbosa Gouveia.

CURITIBA

2012

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR

Subirá, Juliana Aparecida Alves

Um panorama da remuneração inicial dos professores nos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba: configurações, imasses e perspectivas / Juliana Aparecida Alves Subirá. – Curitiba, 2012.

194 f.

Orientadora: Profª. Drª. Andréa Barbosa Gouveia
Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação,
Universidade Federal do Paraná.

1. Professores - Salários – Curitiba, Região metropolitana de (PR). 2. Educação - Políticas públicas. I. Título.

CDD 371.1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Dissertação de **JULIANA APARECIDA ALVES SUBIRÁ** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. As abaixo assinadas, DR^a ANDRÉA BARBOSA GOUVEIA, DR^a MARIA DILNÉIA ESPÍNDOLA FERNANDES e DR^a ROSE MERI TROJAN, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **“UM PANORAMA DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES NOS MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO DE CURITIBA: CONFIGURAÇÕES, IMPASSES E PERSPECTIVAS”**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR ^a ANDRÉA BARBOSA GOUVEIA	<i>Andréa Barbosa Gouveia</i>	<i>aprovada</i>
DR ^a MARIA DILNÉIA ESPÍNDOLA FERNANDES	<i>Maria Dilnéia Espíndola Fernandes</i>	<i>aprovada</i>
DR ^a ROSE MERI TROJAN	<i>Rose Meri Trojan</i>	<i>aprovada</i>

Curitiba, 26 de março de 2012.

Paulo Vinicius B. Silva

Prof. Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação
Matr.: 166429

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação não seria possível sem o apoio e incentivo de algumas pessoas

Primeiramente, agradeço ao meu Pai Eterno pelo fôlego de vida, amor, cuidado e proteção em todo o tempo. Porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas e toda Glória pertence a Ele. Amém!

Ao amado da minha alma, meu fiel marido, Paulo, que tem sido companheiro incondicional, tem me amado, sonhado e conquistado tudo nessa vida comigo. Sempre com uma palavra de ânimo frente às dificuldades: “Você consegue!”. Meu excelentíssimo revisor que, de tanto revisar, está dominando a temática tanto quanto eu. Compreensivo quando precisei passar noites e madrugadas debruçada no trabalho. Nessa terra, você é a expressão viva do amor! Juntos e fiéis até o fim!

Aos meus filhos, herança de Deus nessa terra. Ao Samuel por toda ajuda enquanto a mamãe escrevia e pela prontidão em ajudar: “O que você precisa mãe?”. À Sara por auxiliar na organização do nosso lar e ainda preparar preciosos lanchinhos. Seus ovos mexidos são maravilhosos! À Samara pelo tempo juntas, ainda que em silêncio ou brincando enquanto a mamãe pesquisava. Seus desenhos são pérolas, cada um deles expressa um momento especial.

Aos meus pais, Otair e Edna, e irmãos, Julio e Jonathas, que fazem parte da minha história de vida. À minha mãe pelo cuidado e participação nesse tempo, pelo carinho com que cuidou de mim e de minha família quando precisei. Jojo, obrigada pelo apoio, amor e incentivo.

À minha sogra Zeni, pelos dias em que se dedicou a ajudar minha família e pelos almoços deliciosos, pelo carinho e compreensão.

Aos meus cunhados, Luciano e Kelly Subirá, pelo encorajamento e por me lembrar constantemente que em tudo Deus tem um propósito e que as escolhas cabem a nós mesmos.

À Comunidade Alcance, aos amados e queridos irmãos que apoiaram minha empreitada. Em especial às amigas Josi e Mara, que estiveram ao meu lado em todo o processo de construção deste trabalho.

À Fabiana, pela atenção e dedicação na revisão do texto.

À Conny, pelo empenho e socorro bem presente.

À prof.^a Taís Moura Tavares, amada e despertadora de minha caminhada na investigação acadêmica. Por acreditar e incentivar essa trajetória desde a graduação.

À minha preciosa orientadora, prof.^a Andrea Barbosa Gouveia, pela infindável paciência enquanto me apropriava do tema da dissertação, ajudando a ver as políticas com as lentes do conhecimento, e com a qual espero estar no começo dessa correspondência.

À prof.^a Rose Meri Trojan, presente na banca de qualificação e defesa, cujas ideias enriqueceram em muito este trabalho.

À prof.^a Dilnéia, também parte da banca de qualificação e defesa, que, com sua apropriação da temática, acrescentou nesta dissertação.

Aos professores de graduação e mestrado da UFPR que contribuíram no processo de construção do corpo teórico tanto desta dissertação como da minha vida acadêmica.

Aos colegas do mestrado, em especial Paulinha, Simony, Alda e Ludimar que, além de proporcionarem momentos de descontração e transmitirem palavras de ânimo, foram companheiros para este processo ser concluído. Ludimar agradeço todo material com o qual você contribuiu para a construção do panorama das discussões teóricas, do piso salarial profissional e da valorização do magistério.

Ao Nupe, pelo material disponibilizado de apoio a este trabalho. À Sandra, pela prontidão em auxiliar nos dados.

A CAPES, por propiciar condições financeiras para a realização desta pesquisa.

Ao PPGE – UPFR, pela possibilidade de realizar o mestrado em Curitiba.

Às prefeituras e aos sindicatos que colaboraram com informações para que este trabalho fosse possível.

Não há nada melhor que ser sábio, e poder interpretar o sentido da vida. A sabedoria lança luz aos olhos e concede bondade às palavras e aos costumes.

Eclesiastes 8:1 - Bíblia Sagrada

RESUMO

A presente investigação tem como objeto de estudo a remuneração dos professores no magistério público frente às políticas educacionais nacionais e municipais, desde a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), em 1996, até o ano de 2010. Para abordar este objeto de estudo, fez-se necessário um breve resgate histórico do tratamento da remuneração no magistério público, nos limites da premência desta dissertação e dos mecanismos legais, desde o Brasil Colônia até a determinação da lei que estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) aos professores. O objetivo é analisar se os arranjos das políticas educacionais alteraram ou alteram as condições da remuneração inicial dos professores da rede pública municipal no primeiro anel da região metropolitana de Curitiba e seus efeitos. Para a tarefa, foram coletadas em prefeituras e sindicatos informações sobre a remuneração inicial dos professores de ensino fundamental da rede municipal, dados que foram disponibilizados em tabelas salariais e na forma de leis municipais. Em posse dos dados, foi possível a construção do panorama da remuneração inicial dos professores na região metropolitana de Curitiba no período proposto por esta investigação. Da análise destes dados, aliada ao contexto socioeconômico dos municípios, são pontuadas algumas considerações da configuração da remuneração inicial dos professores do magistério público na região metropolitana de Curitiba, que podem não somente desvelar a remuneração inicial e suas condições como balizar a luta dos profissionais da educação no contexto da política educacional.

Palavras-chave: políticas educacionais, remuneração inicial dos professores, região metropolitana.

ABSTRACT

The present investigation has as object of study the remuneration of teachers at public services, both national and municipal educational policies, since the Fund for Maintenance and Development of Elementary Education and Valorization of Teachers (FUNDEF) policy, from 1996, until the year of 2010. To address this subject, a brief historical research about the remuneration in the public teaching was necessary, within the limits of this assignment urgency, of the legal mechanisms, ever since Brazilian colonial times to the law that establishes the National Professional Wage Floor (PSPN) for teachers. The goal is to analyze whether the dispositions of educational policies changed or are still changing the conditions of the initial remuneration of teachers working at the municipal public system on the Curitiba's metropolitan region first ring, and its effects. For this assignment, information has been collected on the initial salaries of local elementary schools teachers, at the city halls and unions, which were available through pay scales and municipal laws. In possession of these data it was possible then the constructing of a panorama on the initial remuneration of teachers from the metropolitan region of Curitiba in a proposed time frame for this investigation. The analysis of these data associated to the cities socioeconomic context points some considerations about the initial remuneration of teachers at public services on the Curitiba's metropolitan region, which might not only reveal the initial remuneration and its conditions but to mark out the struggle of education professionals in the context of educational policies.

Keywords: educational policies, initial remuneration of teachers, metropolitan region

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	ÍNDICE DE CORREÇÃO APLICADO NO PERÍODO DE 1996 A 2009 DE ACORDO COM O INPC DE 2010.....	24
TABELA 2 -	COMPARATIVO DOS RECURSOS VINCULADOS AO FUNDEF E FUNDEB.....	47
TABELA 3 -	PERCENTUAL DE REAJUSTES DA TABELA SALARIAL DOS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO EM ALMIRANTE TAMANDARÉ – 1998 A 2010.....	65
TABELA 4 -	REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – ALMIRANTE TAMANDARÉ – 1998 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/2010) – BRASIL (IBGE).....	65
TABELA 5 -	REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – ARAUCÁRIA – 1996 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/2010) – BRASIL (IBGE).....	71
TABELA 6 -	REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – CAMPINA GRANDE DO SUL – 1998 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/2010) – BRASIL (IBGE).....	76
TABELA 7 -	REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – CAMPO LARGO – 1996 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/2010) – BRASIL (IBGE).....	81

TABELA 8 -	REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – CAMPO MAGRO – 1997 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/2010) – BRASIL (IBGE).....	87
TABELA 9 -	REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – COLOMBO – 2006 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC – BRASIL (IBGE).....	90
TABELA 10 -	REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – CURITIBA – 1996 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/ 2010) – BRASIL (IBGE).....	96
TABELA 11 -	REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – FAZENDA RIO GRANDE – 2001 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/ 2010) – BRASIL (IBGE).....	101
TABELA 12 -	REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – PINHAIS – 1996 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/ 2010) – BRASIL (IBGE).....	106
TABELA 13 -	REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – PIRAQUARA – 2002 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/ 2010) – BRASIL (IBGE).....	111
TABELA 14 -	REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – QUATRO BARRAS – 2001 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC	

	(DEZ/ 2010) – BRASIL (IBGE).....	115
TABELA 15 -	REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 1998 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC – BRASIL (IBGE).....	119
TABELA 16 -	PERFIL DOS MUNICÍPIOS DO PARMC.....	134
TABELA 17 -	DISTRIBUIÇÃO DO PIB NOS MUNICÍPIOS DO PARMC.....	137
TABELA 18 -	DEMOGRAFIA DO PARMC E TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADO.....	140
TABELA 19 -	RENDA PER CAPITA MUNICIPAL, EM VALORES REAIS, ATUALIZADO PELO INPC (DEZ/ 2010).....	141
TABELA 20 -	MATRÍCULAS DO PARMC NOS ANOS DE 2003, 2007 E 2010.....	144
TABELA 21 -	GASTO EM MDE DOS MUNICÍPIOS DO PARMC NOS ANO DE 2003, 2007 E 2010, EM VALORES REAIS, CORRIGIDOS PELO INPC (DEZ/2010).....	146
TABELA 22 -	GASTO EM MDE POR MATRÍCULA NA REDE MUNICIPAL NOS ANOS DE 2003, 2007 E 2010, EM VALORES REAIS, CORRIGIDOS PELO INPC (DEZ/2010).....	147
TABELA 23 -	CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE PERDEM/ GANHAM COM O FUNDEF/ FUNDEB E DOS QUE GANHAM NOS ANOS DE 2003, 2007 E 2010, EM VALORES REAIS CORRIGIDOS PELO INPC (DEZ/ 2010).....	151
TABELA 24 -	REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES NO PARMC, EM VALORES REAIS, CORRIGIDOS PELO INPC (DEZ/2010).....	153
TABELA 25 -	SÍNTESE DO CONTEXTO E REMUNERAÇÃO INICIAL NO PARMC SEGUNDO AS TAXAS DE CRESCIMENTO ACUMULADO.....	160

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS – ALMIRANTE TAMANDARÉ– 1998 A 2010.....	66
GRÁFICO 2 -	MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – ARAUCÁRIA – 1996 A 2010.....	72
GRÁFICO 3 -	MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA, COM JORNADA DE 20 HORAS SEMANAIS – CAMPINA GRANDE DO SUL – 1998 A 2010.....	77
GRÁFICO 4 -	MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – CAMPO LARGO – 1996 A 2010.....	82
GRÁFICO 5 -	MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – CAMPO MAGRO – 1997 A 2010.....	88
GRÁFICO 6 -	MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – COLOMBO – 2006 A 2010.....	91
GRÁFICO 7 -	MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – CURITIBA – 1996 A 2010.....	97
GRÁFICO 8 -	MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO	

	FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – FAZENDA RIO GRANDE – 2001 A 2010.....	102
GRÁFICO 9 -	MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – PINHAIS – 1996 A 2010.....	107
GRÁFICO 10 -	MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – PIRAQUARA – 2002 A 2010.....	112
GRÁFICO 11 -	MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – QUATRO BARRAS – 2001 A 2010.....	116
GRÁFICO 12 -	MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 1998 A 2010.....	120
GRÁFICO 13 -	PERCENTUAL DE CRESCIMENTO ACUMULADO.....	129
GRÁFICO 14 -	MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES MAGISTÉRIO PÚBLICO NO FUNDEF/ FUNDEB.....	130
GRÁFICO 15 -	MOVIMENTO DOS RECURSOS DO FUNDEF/ FUNDEB NO PARMC.....	150
GRÁFICO 16 -	MOVIMENTOS DO GASTO ALUNO/ANO, DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES E DO PERCENTUAL GASTO EM REMUNERAÇÃO DO VALOR DO GASTO ALUNO/ANO.....	157

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	COMPARATIVO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS COM A REMUNERAÇÃO E A NOMENCLATURA ATRIBUÍDA AOS TERMOS REMUNERAÇÃO E PROFESSOR.....	35
QUADRO 2 -	RESUMO DOS MECANISMOS LEGAIS MUNICIPAIS PERTINENTES À REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO NOS MUNICÍPIOS DO PARMC.....	122
QUADRO 3 -	COMPARATIVO DOS MECANISMOS LEGAIS QUE REGEM AS TABELAS SALARIAIS DOS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO PARMC.....	125
QUADRO 4 -	HIERARQUIA DO PARMC SEGUNDO A RECEITA PER CAPITA NOS ANOS DE 2003, 2007 E 2010.....	142
QUADRO 5 -	CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARMC SEGUNDO RECEITA PER CAPITA 2010.....	143
QUADRO 6 -	RESUMO DOS DADOS NO PARMC PERTINENTES À REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ENSINO FUNDAMENTAL, FUNDEF/ FUNDEB E MATRÍCULAS, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA PER CAPITA MUNICIPAL.....	159

LISTA DE SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ADI - Ato Direto de Inconstitucionalidade

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior

CAQi - Custo Aluno-Qualidade inicial

CEB - Câmara de Educação Básica

CLT - Consolidação das Leis de Trabalho

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONSED - Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação

DL - Decreto-Lei

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EC - Emenda Constitucional

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FPE - Fundo de Participação dos Estados

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e
Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de
Valorização do Magistério

GOM - Grupo Ocupacional do Magistério

GT - Grupo de Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPIEXP - Imposto sobre Produtos Industrializados para Exportação

IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores

ITCM - Imposto de Transmissão “Causa Mortis”

ITR - Imposto Territorial Rural

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MEC - Ministério da Educação

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NuPE - Núcleo de Políticas Educacionais da UFPR

QOM - Quadro Ocupacional do Magistério

QPM - Quadro Próprio do Magistério

PARMC - Primeiro Anel da Região Metropolitana de Curitiba

PIB - Produto Interno Bruto

PL - Projeto de Lei

PSPN - Piso Salarial Profissional Nacional

REMEC - RJ - Representação Regional do MEC do Rio de Janeiro

RH - Recursos Humanos

RMC - Região Metropolitana de Curitiba

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEED - Secretaria de Estado e Educação do Paraná

SINSEP - Sindicato dos Servidores Públicos de São José dos Pinhais

Sinserp - Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Pinhais

SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação

SISMMAC - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba

SISMMAR - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária

STF - Supremo Tribunal de Federal

TCPE - Termo Cooperativo da Parceria Educacional

UEL - Universidade Estadual de Londrina

UEMG - Universidade Estadual de Minas Gerais

UEMT - Universidade Estadual do Mato Grosso

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

USP - Universidade de São Paulo

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO 1 - REMUNERAÇÃO DOCENTE NO MAGISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO.....	25
1.1 UM POUCO DE HISTÓRIA DA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO.....	27
1.2. REMUNERAÇÃO DOCENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO APÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	36
1.2.1 A remuneração do professor do magistério público e a política de fundos para a educação.....	38
1.2.2 A remuneração do professor do magistério público e o piso salarial profissional nacional – PSPN.....	51
CAPÍTULO 2 - AS CONDIÇÕES DA REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES NAS REDES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO PARMC.....	57
2.1 ALMIRANTE TAMANDARÉ.....	60
2.2 ARAUCÁRIA.....	67
2.3 CAMPINA GRANDE DO SUL.....	73
2.4 CAMPO LARGO.....	78
2.5. CAMPO MAGRO.....	83
2.6 COLOMBO.....	88
2.7 CURITIBA.....	92
2.8 FAZENDA RIO GRANDE.....	98
2.9 PINHAIS.....	102
2.10 PIRAQUARA.....	107
2.11 QUATRO BARRAS.....	113
2.12 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....	117

CAPÍTULO 3 - REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DO PARMC NO CONTEXTO MUNICIPAL.....	132
3.1 PERFIL DOS MUNICÍPIOS DO PARMC.....	134
3.2 CONTEXTO MUNICIPAL DO PARMC.....	139
3.2.1 Receita municipal.....	141
3.2.2 Matrículas da rede municipal.....	143
3.2.3 Gasto em MDE.....	146
3.2.4 FUNDEF e FUNDEB.....	148
3.3 REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL COM NÍVEL EM GRADUAÇÃO.....	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
REFERENCIAIS (a).....	167
REFERENCIAIS (b) Documentos Consultados.....	174
APÊNDICES.....	190
APÊNDICE I - TABELAS SALARIAS DO PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DO PARMC, EM VALORES NOMINAIS – 1996 A 2010.....	190
APÊNDICE II - TABELAS SALARIAS DO PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DO PARMC, EM VALORES REAIS – 1996 A 2010.....	191
ANEXO.....	192
ANEXO I - Decreto-Lei Imperial.....	192

INTRODUÇÃO

A presente investigação tem como objeto a remuneração inicial dos professores da rede pública do ensino fundamental nas séries iniciais, no Primeiro Anel da Região Metropolitana de Curitiba (PARMC), incluindo a capital. A remuneração inicial corresponde ao vencimento inicial do professor do magistério público sem as vantagens pecuniárias, nas diferentes classes e níveis da tabela salarial, ou seja, é a remuneração prevista para o professor ingressante na rede de ensino.

Segundo a Constituição Federal, o município é o ente federado que deve atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. Aos estados, se deve a competência de atuar prioritariamente nos ensinos fundamental e ensino médio, sendo de competência dos estados e municípios, em regime de colaboração, cobrir a educação básica (BRASIL, 1988). No caso paranaense, referindo-se às séries iniciais do ensino fundamental, os municípios são prioritariamente responsáveis por sua cobertura e financiamento. Sendo assim, a remuneração dos professores das séries iniciais no ensino fundamental é de responsabilidade dos municípios, e essa é a razão pela qual a análise será direcionada à remuneração inicial dos professores da rede municipal.

Numa mancha de ocupação contínua, os municípios escolhidos para a investigação formam com Curitiba o aglomerado metropolitano. Curitiba é denominada de pólo metropolitano, com concentração de 57,3% da população da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e o PARMC é formado pelos municípios limítrofe ao pólo com concentração de 35,1% da população da RMC. Os municípios que fazem parte do PARMC são Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais. (IPARDES, 2000). Ao trabalhar com o PARMC nas análises, incluímos o município de Curitiba, sendo assim, ao ler PARMC deve-se compreender o município de Curitiba e os onze municípios limítrofes a capital.

A escolha desse objeto se deve às inquietações que a remuneração dos professores do magistério público propicia às discussões, entraves e estudos de políticas educacionais das últimas décadas.

A motivação dessa investigação passa também por questões particulares, ao analisar minha formação acadêmica enquanto profissionalização e objeto de estudo selecionado à sua atratividade. Formada em pedagogia pela Universidade Federal do Paraná, comecei a analisar as remunerações do magistério público na capital, município em que resido, e em outros municípios próximos.

No setor público, tive outra experiência profissional na área de telecomunicações, onde havia políticas de valorização e plano de carreira atraentes, não podendo dizer o mesmo do universo da educação, quando parto do ponto de alguém que investe anos na formação acadêmica para o exercício da profissão. No caso da remuneração docente, as informações não são tão claras e acessíveis. E para além de uma relação da profissão e remuneração, o caso da profissão docente tem o seu valor na participação da construção da educação social do ser humano. Passei por uma reformulação de valores e conceitos quanto a essa relação profissão e remuneração, mas não posso deixar de mencionar que uma das formas da valorização docente, está diretamente relacionada com a remuneração, termos usados também pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), ainda que expresso na letra como piso salarial profissional, no que concerne aos profissionais do ensino e sua valorização.

O período de recorte dessa investigação é delimitado nos anos de 1996 a 2010, e a justificativa dessa escolha é devido à análise das políticas públicas mais recentes sobre remuneração dos professores do magistério público, e também por estar vinculada a pesquisa **Remuneração de professores de escolas públicas da educação básica: configurações, impactos, impasses e perspectivas**, financiada pelo Programa Observatório da Educação do Ministério da Educação (MEC)/ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que tem o objetivo geral de analisar as configurações, os impactos, os impasses, e as perspectivas decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF),

do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) na estrutura de remuneração dos professores da educação básica de 10 estados brasileiros no período de 1996 a 2012. Foi iniciada em 2009 e está em andamento, contando diretamente com pesquisadores vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Educação em nove instituições do Brasil, a saber: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Conta, também, com uma rede de colaboradores pertencentes a outras universidades públicas, tais como: Universidade de São Paulo, do campus de Ribeirão Preto, Universidade Estadual do Mato Grosso (UEMT), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Nas últimas décadas, o FUNDEF, o FUNDEB e o PSPN se destacaram no tratamento da remuneração dos professores do magistério, enquanto política educacional nacional. A política de fundos, FUNDEF/ FUNDEB, por sua lógica de financiamento à educação e sua subvinculação de percentual mínimo de 60% do fundo à remuneração dos professores; e a política do piso, PSPN, por estabelecer um patamar mínimo da remuneração dos professores da educação básica.

Dessa forma pretende-se discutir, neste estudo, tendo em vista o objeto e tema dessa dissertação no contexto da municipalização do ensino¹, as seguintes questões: 1 - esses arranjos, tanto da política de fundos quanto do piso salarial, alteraram ou alteram as condições de remuneração dos professores da rede pública municipal no PARMC? 2 - como as políticas educacionais nacionais se articulam com as diversidades dos municípios do PARMC, na remuneração inicial dos professores da rede pública municipal? 3 - que efeitos do FUNDEF/ FUNDEB e PSPN podem ser observados na remuneração inicial dos professores nos municípios do PARMC? 4 - em termos de remuneração inicial, há aumento da atratividade da carreira nos municípios em questão?

¹ A questão da municipalização do ensino é abordada no capítulo 3 dessa dissertação,

O cotejamento da política nacional na política municipal, ambos expressos nas tabelas salariais dos professores, é o caminho proposto. Dessa forma mais do que respostas, busca-se entender e “desmistificar” a complexidade da remuneração inicial dos professores e as políticas públicas das últimas décadas. Diante desse esforço, esta pesquisa será estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo trata da definição dessa temática em relação a três aspectos básicos: 1 - descrição e definição dos termos *remuneração* e *docente* no magistério público; 2 - a análise da construção da remuneração do magistério público, nas legislações brasileiras, por marcos histórico; e 3 - os mecanismos legais específicos à remuneração dos professores do magistério público municipal das últimas décadas. A partir desses elementos, problematizar-se-á a relação das políticas educacionais com a remuneração dos professores do magistério público municipal e com o referencial teórico.

As configurações da remuneração inicial dos professores do magistério público municipal nos municípios do PARMC foram abordadas no segundo capítulo. Constatou-se a necessidade de um panorama dos planos de carreira para a compreensão das tabelas salariais, e posterior organização da série histórica dos dados de remuneração inicial dos professores. Para a organização das tabelas salariais disponibilizadas pelas prefeituras e sindicatos, os dados foram tratados para controlar a inflação, atualizando os valores das remunerações para dezembro de 2010, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)², para permitir comparações de grandezas monetárias. O INPC foi o índice escolhido por ser o mesmo índice utilizado pelo FUNDEB³ na correção de valores previstos pelo fundo. A correção dos valores foi realizada através da calculadora do cidadão do Banco Central do Brasil, com a data final de dezembro de 2010, apresentando os índices de correção dos períodos conforme tabela a seguir.

² Apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

³ Lei nº11.494/2007, art. 31º, parágrafo 5º, e Decreto nº6.253/2007, art. 18º.

TABELA 1 – ÍNDICE DE CORREÇÃO APLICADO NO PERÍODO DE 1996 A 2009 DE ACORDO COM O INPC DE 2010

Ano	Índice de Correção
1996	2,4150625
1997	2,3201421
1998	2,2604572
1999	2,0913538
2000	1,9828722
2001	1,8152294
2002	1,6128171
2003	1,4303682
2004	1,3705306
2005	1,2811684
2006	1,2488407
2007	1,1917419
2008	1,111664
2009	1,0672072

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2010). Elaborado pela autora

No último capítulo, será analisado o efeito das políticas públicas educacionais do FUNDEF/ FUNDEB e PSPN na remuneração inicial dos professores do magistério público. Para tanto, fez-se necessário o aporte do contexto econômico e social dos municípios do PARMC na análise das remunerações iniciais nos municípios selecionados. Os indicadores que compuseram o contexto econômico e social foram o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, a receita per capita, o gasto em Manutenção e o Desenvolvimento da Educação (MDE), o ganho ou perda do município com o FUNDEF/ FUNDEB, a taxa de pobreza, a taxa de analfabetismo, a área territorial, a densidade demográfica e as matrículas municipais no PARMC.

1 REMUNERAÇÃO DOCENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO

“..., porque o presente não é só o contemporâneo. É também um efeito de herança, e a memória de tal herança nos é necessária para compreender e agir hoje.” (CASTEL, 2003, p.23).

A remuneração dos (as) professores (as) do magistério público brasileiro será abordada nesse capítulo com ênfase em sua construção histórica na educação brasileira e legislações que a regeram, bem como a conceituação da remuneração dos professores em profissionais de regime estatutário, justificando, assim, a pertinência desse conteúdo na compreensão do contexto da remuneração dos professores (as) do magistério público municipal.

A tipificação da remuneração docente no sistema educacional brasileiro e seu financiamento⁴ são diversificados, desde o ente federado⁵, responsabilizado em ofertar o ensino, como pela instância financiadora, se privada ou pública. Na remuneração docente, essa diversidade permeia as especificações e terminologias ao se referir às palavras remuneração e docente. Durante a trajetória deste trabalho, o olhar específico será sobre os mecanismos legais que nortearam a remuneração docente no magistério público com vínculo estatutário.

A palavra docência vem do latim *docens*, *-entis*, participio ativo do verbo *docere* que significa ensinar, e segundo o dicionário da língua portuguesa é relativo a professores; aquele que ensina (DICIONÁRIO ONLINE PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2011). A Classificação Brasileira de Ocupações apresenta a definição de *Professor de nível superior do ensino fundamental (1ª a 4ª série)*, descrevendo os que ministram e preparam aulas, participam de planejamento e projeto pedagógico e atuam em reuniões administrativas e pedagógicas

⁴ Sobre história do financiamento da educação recomendamos a leitura de Pinto (2000) que sintetiza a história do financiamento da educação brasileira por períodos, Oliveira (2006) que realiza o estado da arte provisório sobre a produção em financiamento da educação, destacando autores que dissertam sobre essa temática, e MELCHIOR (1987) “O financiamento da educação no Brasil” para aprofundamento acerca desta temática.

⁵ Segundo a Constituição Federal de 1988, são considerados entes federados a União, os Estados e Distrito Federal, e os Municípios

(CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES, 2010). Por vezes, temos as palavras professor (a)⁶, docente e/ou profissionais da educação, que deverão ser lidos pelo conceito de docente, termo esse adotado pela sua definição neste parágrafo.

A conceituação de alguns termos pertinentes à remuneração também se faz necessária. Com a base de cálculo distinto e responsabilidades diferentes: *salário*, segundo a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), é a retribuição paga diretamente ao empregado pelo tempo de trabalho realizado (BRASIL, 1943); *vencimento*, definido pela lei nº 8.112/1990, art. 40, é a “retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei”; e *remuneração*⁷, o “montante de dinheiro e/ou bens pagos pelo serviço prestado, incluindo valores pagos por terceiros”, sendo o salário uma parte constitutiva da remuneração (CAMARGO, 2009, p.342).

Na remuneração docente do magistério público, é possível encontrar-se os diferentes termos acima mencionados nas diferentes legislações dos entes federados. A terminologia adotada nessa dissertação, na qual os sujeitos são os docentes do magistério público, é remuneração e esta deve ser lida pela constituição dos vencimentos do cargo, acrescida de vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei. No magistério público, o docente principia recebendo o vencimento inicial sem vantagens pecuniárias, que será denominado *remuneração inicial* no transcorrer do trabalho. A terminologia piso também aparecerá associada à remuneração, a qual deverá ser entendida por valor mínimo a ser pago como remuneração inicial aos professores.

⁶ A partir desse momento iremos utilizar o genérico masculino.

⁷ No dicionário de economia, disponível em: http://www.economiabr.net/dicionario/economes_r.html, a palavra remuneração expressa o sentido de renda, e renda é atrelada a outro substantivo que o denomina especificamente. Define como **Remuneração**: O que é percebido por um indivíduo, ou por uma coletividade, como fruto do capital ou da remuneração do trabalho.

1.1 UM POUCO DE HISTÓRIA DA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO

A construção do cenário das legislações, que tem regido o sistema educativo e suas configurações no financiamento, possui marcos históricos legais na conceituação da remuneração docente.

O primeiro marco da legislação brasileira, que faz menção ao magistério público e à definição de valores da remuneração em lei, data de quinze de outubro de 1827, com o Decreto-Lei Imperial promulgado por D. Pedro I, também chamada de Primeira Lei Geral da Educação no país, da qual, nove⁸ dos dezessete artigos eram dedicados aos docentes (BRASIL, 1827).

Desses nove artigos dedicados aos docentes, cabe destacar o art. 3º que explicitava uma faixa salarial para a remuneração docente, de 200\$000 a 600\$000 anuais⁹, que em termos de valores reais, no mês de julho de 2010, representaria a faixa salarial de R\$ 18.592,35 a R\$ 46.480,87 ao ano, ou R\$ 1.407,10 a R\$ 3.575,45 ao mês. Esse mesmo artigo vinculava a capacidade de pagamento da remuneração docente às circunstâncias da população e à carestia dos lugares. Ainda sobre a remuneração, o art. 13 promovia a isonomia da remuneração aos mestres e mestradas, não fazendo discriminação de gênero, questão interessante considerando o período.

A forma para ingresso no magistério público estava contemplada nos arts. 7º, 9º e 14, que estabelecia o provimento da cadeira exclusivamente pelo processo de

⁸ BRASIL, 1827, arts. 3º, 5º, 6º, 7º, 9º, 10, 12, 13 e 14.

⁹ Disponível em <http://www.arteducacao.pro.br/homenagem/queridomestre.htm> e acessado em 24/04/2011, o professor Vicente Martins da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE) afirma que “O economista Antônio Luiz Monteiro Coelho da Costa, especialista em cotação de moedas, atendendo minha solicitação, por e-mail, fez a conversão dos réis, de 1827, em reais de 2001 (discutíveis): estima Luiz Monteiro que 200\$000 equivalem a aproximadamente R\$ 8.800,00 (isto é, a um salário mensal de R\$ 680, considerando o 13º) e 500\$000 a aproximadamente R\$ 22.000 (R\$ 1.700, por mês)” e o professor Rubens Barbosa de Camargo da FEUSP e a professora Marcia Aparecida Jacomini da UNIFESP – Diadema realizaram a conversão destes valores em reais para o mês de julho de 2010, corrigido pelo INPC do IBGE (mesmo indicador econômico do FUNDEB) explicitado no corpo do texto.

seleção de candidatos por exame público, perante os Presidentes, em Conselho, provendo o que fosse julgado mais digno, sendo nomeado professor pelo Governo. Poderiam participar os cidadãos que tivessem seus direitos civis e políticos, sem nota na regularidade de sua conduta (BRASIL, 1827). O provimento do docente seria vitalício, assegurando estabilidade no emprego com a garantia da irredutibilidade de salário.

A formação necessária para ingresso não estava especificada nessa lei. Ela estabelecia que “... os professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais.” (BRASIL, 1827). O que significava a possibilidade de ingresso de professores leigos por um período, problema que se mantém na profissão até a atualidade.

Além da remuneração, o art. 10 estabelecia a gratificação anual por tempo de trabalho aos docentes em exercício contínuo de doze anos. Valor este que não deveria exceder à terça parte do ordenado, era uma forma de reconhecimento da boa conduta, prudência e desvelo do docente em exercício.

No governo imperial, a legislação estabelecia a remuneração docente em uma faixa salarial, a forma de ingresso no magistério público, à capacitação dos professores, a gratificação e o cargo como vitalício. Ainda não mencionava o tempo da jornada de trabalho. Apesar desse grande feito do imperador D. Pedro I a respeito da remuneração, a ausência de mecanismos de regulação específica quanto ao cumprimento desta faixa possibilitou determinadas diferenciações de remuneração, que puderam ser captadas por estudos de Stamatto (2002). Um caso exemplar é o de uma professora, não concursada, contestando sua remuneração de 76\$800 réis anuais, junto a Câmara Municipal, em 1829. Por ser inferior ao piso da faixa salarial do Decreto-Lei Imperial, comparava sua remuneração ao de outra professora, concursada, cuja remuneração era de 300\$000 réis anuais, e estava dentro da faixa salarial. Existiam no ensino público, docentes que ingressaram por concurso, e outros, que estavam no ofício sem o concurso e com remunerações distintas (STAMATTO, 2002).

Discussões sobre a questão do provimento de professores às escolas e sua atratividade salarial, no período imperial, reforçam que os salários permaneciam

muito baixos. Como exemplo, Tanuri (2000) menciona o relato de um inspetor do Paraná na dificuldade de encontrar quem quisesse ser professor para ganhar 300\$000 réis anuais, uma vez que qualquer jornaleiro, por ofício, ganhava uma soma muito maior. A condição docente era formada por pessoas que não dependiam exclusivamente dessa remuneração para sobreviver, geralmente com outra atividade paralela, bem como a família para apoiar, ou por pessoas que não encontrasse outra atividade melhor para trabalhar, geralmente as de classe pobre.

No período republicano, o país produziu constituições federais que decorreram de cada contexto político, ao longo do século XX, as quais foram mapeadas acerca da questão da remuneração dos professores. A primeira Constituição da República, promulgada em 1891, pouco abordou sobre educação pública. Em somente um item fez menção à educação, estabelecendo na *Declaração de Direitos* dos cidadãos que o ensino seria leigo e ministrado nos estabelecimentos públicos. O financiamento da educação, a vinculação de recursos, a remuneração docente, e a responsabilização com os sistemas de ensino nem foram aventados naquele momento (BRASIL, 1891).

O próximo destaque no cenário político brasileiro quanto à remuneração dos professores é o “Manifesto dos Pioneiros” que problematiza acerca da

tradição das hierarquias docentes, baseadas na diferenciação dos graus de ensino, e que a linguagem fixou em denominações diferentes (mestre, professor e catedrático), é inteiramente contrária ao princípio da unidade da função educacional, que, aplicado, às funções docentes, importa na incorporação dos estudos do magistério às universidades, e, portanto, na libertação espiritual e econômica do professor, mediante uma formação e remuneração equivalentes que lhe permitam manter, com a eficiência no trabalho, a dignidade e o prestígio indispensáveis aos educadores. (MANIFESTO, 1932)

Os escritos do *Manifesto dos Pioneiros* apontavam para uma preocupação de unidade de formação de professores, de unidade de espírito da educação, conseqüente horizonte para unidade de remuneração, que independentemente do grau de ensino que o professor lecionasse, propunha pensar de forma nacional a remuneração nacional. Destacava que a formação e a remuneração deveriam ser equivalentes, de forma que permitissem a eficiência no trabalho, assim como, dignidade e prestígio.

A Constituição de 1934¹⁰ designava pela primeira vez à educação a vinculação de recursos de não menos que 10% da União e Municípios, e 20% dos Estados e Distrito Federal (BRASIL, 1934). Também dedicava um capítulo exclusivo à educação, que contemplava dez artigos¹¹, dos quais, alguns destacavam a condição docente como, na liberdade de cátedra, a obrigatoriedade de ingresso por concursos de título e provas para o magistério oficial, ainda que possibilitasse a concessão de contratação temporária, e a permissão de acúmulo de cargos públicos aos docentes, mediante compatibilidade dos horários de serviço. A remuneração aparecia na Constituição como um dos critérios para o reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino, devendo ser condigna. Não havia especificidade e nem valor sobre a remuneração docente do magistério público.

Na mesma Constituição, no capítulo *Dos Direitos e da Garantias Individuais*, aparece o uso do termo profissão associado ao professor, especificando que “nenhum imposto gravará diretamente a *profissão* de escritor, jornalista ou *professor*” (BRASIL, 1934). É a primeira vez que a docência era tratada como profissão na legislação. A isenção¹² no imposto sobre os profissionais docentes foi caracterizada como uma das franquias liberais da constituição.

No estado brasileiro, o docente do ensino público é considerado servidor público. Assim, o que há nas constituições a partir desse período, pertinente aos cargos, provimento, ingresso, estabilidade, aposentadoria, licenças, invalidez, direitos e deveres está descrito e especificado no capítulo *Dos Funcionários Públicos*.

Três anos após a promulgação da Constituição de 1934, Getúlio Vargas outorgaria a Constituição de 1937, que apesar de manter um capítulo destinado à educação nacional, praticamente não fez menção aos direitos dos professores. O regime do funcionalismo público era o que regeria as especificações dos professores

¹⁰ Esta constituição foi revogada pela Constituição de 1937, marcando o período de regime ditatorial de Getúlio Vargas. Para mais aprofundamento deste período recomendamos a leitura de Saviani (1988).

¹¹ BRASIL, 1934, arts. 148 a 158.

¹² Esta isenção foi revogada pela Emenda Constitucional nº9 em 1964.

do magistério público, vedado o acúmulo de cargos públicos remunerados (BRASIL, 1937).

No ano de 1946, tem-se dois destaques em leis pertinentes à condição docente e ambos retomavam o que já contemplava a Constituição de 1934. O primeiro é no Decreto-Lei nº 8.530¹³, de dois de janeiro de 1946, que especificava que o corpo docente, representado pelos professores, deveria ter ingresso por prestação de concurso, e cuja remuneração deveria ser condigna. E o segundo, aparece na Constituição Federal de 1946¹⁴, que retomava a forma de ingresso no magistério público por meio de concurso público de provas e títulos, a liberdade de cátedra, a possibilidade de acúmulo de cargos dentro das condições estabelecidas (de dois cargos de magistério, ou um de magistério e outro técnico ou científico, com a correlação de matérias e compatibilidade de horário), e a isenção de impostos sobre a profissão de professor (BRASIL, 1946). É nessa constituição que aparece pela primeira vez a responsabilidade da União em legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. O projeto original da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que ingressou no congresso, em 1948, foi gestado no quadro de estratégia do liberalismo, deparando-se na correlação de forças representadas por diferentes posições partidárias que tinham lugar no Congresso (SAVIANI, 1988).

A LDB nº 4.024, aprovada em 1961, 13 anos após a entrada do projeto e texto original no Congresso, estabelecia a vinculação de percentual mínimo dos recursos a serem aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), que deveria ser 12% para União e 20% para Estados e Municípios. Especificava o que era considerado gasto em MDE e o que não era. A lei colocava o aperfeiçoamento de professores como gasto em MDE. Quanto à remuneração docente, a garantia da remuneração condigna aos professores era uma das condições que a lei especificava para o reconhecimento do estabelecimento de ensino, não fazendo diferenciação entre o privado e o público. Não especificou o conceito e o valor dos termos remuneração condigna (BRASIL, 1961).

¹³ BRASIL, 1946, Capítulo V, art. 49, parágrafos 2º e 4º.

¹⁴ BRASIL, 1946a, arts. 5º, 168, incisos VI e VII, 185, 186 e 203.

Os anos de 1960 apresentaram grandes contribuições do intelectual e professor Anísio Teixeira, que apresentou uma proposta¹⁵ sobre como definir e implantar um fundo que garantisse recursos permanentes ao ensino primário. Nesta, definia que o volume total de recursos à educação deveria partir do estabelecimento do salário dos professores. Contabilizava o custo total da escola da seguinte forma: 55% para pagamento dos professores, e 45% a outras despesas, distribuídas em 7% para administração e serviços, 13% à biblioteca e material de ensino, 15% à assistência, alimentação e saúde, e 10% para prédios e equipamentos. Sugeria o valor do salário do professor em 1,5 salários mínimo regional vigente à época para uma carga de trabalho diário de 6 horas (TEIXEIRA, 1968, p.58)

As contribuições das idéias de Anísio Teixeira, quanto à valorização dos professores e ao financiamento do sistema educacional brasileiro, expressavam sua preocupação com a desigualdade econômica e cultural nos municípios, que não frutificaram no contexto político do regime ditatorial que gestou a Constituição de 1967 e a reforma do ensino com a Lei nº 5.692/1971.

A Constituição de 1967 dava continuidade para a permissão do acúmulo remunerado de cargos de funcionário público para professores, como já instituído pelas Constituições Federais de 1934 e 1946, especificando a possibilidade de se ter um cargo de juiz e outro de professor, dois cargos de professor, ou até mesmo um cargo de professor e outro de técnico, desde que não conflitassem os horários e o trabalho. Também foi mantida a forma de ingresso por concurso de provas e títulos (BRASIL, 1967).

A Reforma do Ensino, conforme expresso pela Lei nº 5.692 de 1971, teve seu projeto direcionado e aprovado em quase um ano. Num contexto de ditadura militar, o projeto que deu origem a esta lei data de vinte de maio de 1970, e a lei foi instituída em onze de agosto de 1971. O projeto da lei decorreu de estudos elaborados por um Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo presidente da República General Emílio Garrastazu Médici, e entre as principais características da reforma proposta estava a *Valorização dos Professores*.

¹⁵ Essa proposta foi apresentada em duas produções de Anísio Teixeira: no artigo “Bases preliminares para o plano de educação referente ao Fundo Nacional de Ensino Primário” (1962), e no livro “Educação é um direito” (1968).

Saviani (1988) relata sobre o projeto de consolidação da reforma do ensino, e no que diz respeito aos docentes, o projeto delineava:

- estudos para a formação, aperfeiçoamento, treinamentos e retreinamento de professores e especialistas;
- profissionalização do professor pelo Estatuto do Magistério;
- **critérios para fixação dos padrões de vencimentos à base da capacitação do professor e não pelo nível de ensino que esteja ministrando;**
- tratamento especial para os professores não-titulados;
- aproveitamento de graduados do ensino superior como professores das disciplinas de formação profissional;
- capacitação do magistério para as suas responsabilidades polivalentes na escola;
- co-responsabilidade dos professores na ministração do ensino e verificação da eficiência da aprendizagem dos alunos. (SAVIANI, 1988, p. 118, grifo nosso).

O projeto trazia algumas das preocupações, que se sustentam atualmente, tais como: a da profissionalização docente e sua contemplação através do Estatuto do Magistério, da formação desse profissional da educação e sua continuidade e da responsabilização ao docente pela eficiência da aprendizagem dos alunos. Na *remuneração* docente o projeto incentivava critérios de fixação do vencimento pela *capacitação do professor* e não pelo nível de ensino ministrado.

Com doze artigos dedicados aos professores, a reforma do ensino, de 1971, apresentava um Capítulo exclusivo aos professores, o de número V, nomeado de *Dos professores e especialistas*, fixando diretrizes. Destas, destacam-se os artigos com relação à remuneração, como a habilitação mínima para docência, o regime de trabalho, a forma de ingresso no magistério, o aperfeiçoamento, a criação de estatuto que estruture a carreira do magistério, e a fixação de remuneração (BRASIL, 1971).

A formação mínima exigida era de habilitação específica de 2º grau para o ensino de 1ª a 4ª série do 1º grau, e de habilitação específica de grau superior ao nível de graduação em licenciatura para o ensino de 5ª a 8ª série do 1º grau, considerando as diferenças culturais de cada região do país (BRASIL, 1971). Já sinalizado pelas constituições de 1934 e 1946, a forma de ingresso permanecia por concurso público de provas e títulos¹⁶.

¹⁶ BRASIL, 1971, art. 34.

A remuneração e os avanços estavam contidos na proposta de estrutura da carreira de magistério de 1º e 2º graus em cada sistema de ensino, e na fixação da remuneração dos professores de acordo com a maior qualificação em curso e estágio de formação, sem distinção de graus escolares em que atuassem¹⁷. Ainda sem a vinculação de valor ou faixa salarial, é a primeira vez, desde o Decreto-Lei Imperial de 1827, que aparece registrada, na letra da lei, a preocupação em letras com a fixação de remuneração dos professores. A Constituição de 1934, o Decreto-Lei nº8.531 de 1946 e a LDB nº4.024 de 1961 mencionavam que a remuneração deveria ser condigna, sem conceituar o que isso representava, conforme já indicado anteriormente.

O significado do termo fixar¹⁸ é tornar estável, determinar, indicar com exatidão. A lei menciona a fixação de remuneração, e no sentido literal da palavra, seria uma forma estável de indicar com exatidão a remuneração docente, mas a lei é lacunar ao não especificar o valor.

A década de 1980 foi marcada pela abertura política lenta e gradual, como também algumas mudanças se fizeram antes do texto da Constituição Federal de 1988. É o caso do debate sobre o financiamento da educação, expresso na Emenda Calmon, que já estabelecia o percentual de vinculação mínima de recursos a MDE em 13% à União e em 25% aos demais entes federados (BRASIL, 1983). Com a Constituição Federal de 1988, o percentual de vinculação de recursos a MDE dos Estados e Municípios permanece o mesmo, mas o da União é ampliado para não menos que 18%. Essa constituição também apresenta um capítulo específico sobre a educação (BRASIL, 1988).

É com a Constituição de 1988 que se consolidou, em lei, a valorização dos profissionais do ensino como um dos princípios sob os quais o ensino deveria ser ministrado:

Art. 206, inciso V. valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, **planos de carreira**, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas

¹⁷ BRASIL, 1971, art. 39.

¹⁸ Segundo dicionário Priberam da língua portuguesa, disponível em: <http://www.priberam.pt>.

Inciso VII. **piso salarial profissional nacional** para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Quanto à remuneração docente, destaca-se a proposição do piso salarial profissional, que pela primeira vez na história da remuneração docente, aparece em lei, ainda que sem a especificação de valor ou faixa salarial, tal como o Decreto-Lei Imperial. Retomando o que as outras constituições já estabeleciam, o ingresso do docente permanecia por concurso público de provas e títulos. E reforçando o que previa também a reforma do ensino da Lei nº5.692 de 1971, propunha a elaboração de plano de carreira do magistério público.

A remuneração dos professores no cenário político brasileiro até 1988 pode ser compreendida e sintetizada pelo quadro 1, quanto aos dispositivos legais, referências para remuneração e definição do termo professor:

Ano	Dispositivo Legal	Especificação de remuneração	Especificação do termo remuneração em lei	Especificação do trabalhador docente
1827	Decreto-Lei Imperial, art. 3º	200\$000 a 500\$000	Ordenado	Professor
1934	Constituição Federal de 1934, art. 36º		remuneração condigna	Professor (profissão)
1946	Decreto-lei nº 8530, Capítulo V, art. 49º, inciso 4		remuneração condigna	Corpo Docente - Professores
1961	Lei de Diretrizes e Bases nº 4024, Título V, art. 16º, alínea d		remuneração condigna	Professor
1971	Lei de Diretrizes e Bases nº 5692, Capítulo V, art. 39º		fixar remuneração	Professores e especialistas de ensino
1988	Constituição Federal de 1988, Capítulo V, art. 206º, inciso V.		piso salarial profissional	Profissionais do ensino

QUADRO 1 - COMPARATIVO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS COM A REMUNERAÇÃO E A NOMENCLATURA ATRIBUÍDA AOS TERMOS REMUNERAÇÃO E PROFESSOR
 FONTE: BRASIL (1827, 1934, 1946, 1961, 1971, 1988). Elaborado pela autora

O período que se segue à Constituição Federal de 1988 é marcado por alguns mecanismos da política educacional na tentativa de regulação da valorização do magistério público e seu financiamento. A seguir, serão percorridos os mecanismos legais que configuram a remuneração dos professores.

1.2 REMUNERAÇÃO DOCENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO APÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A necessidade de lei complementar já estava prenunciada desde a elaboração da Constituição de 1988 para regulação de planos de carreira, assim como, nas questões do piso salarial profissional nacional e responsabilizações dos entes federados no sistema educacional brasileiro (ABREU, 2000).

No período após a Constituição Federal de 1988, quatro mecanismos legais se destacaram no cenário das políticas educacionais, todos vinculados à remuneração docente: a Emenda Constitucional nº 14/1996, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996, a Emenda Constitucional nº 53/2006 e a Lei nº 11.738/2008. Destes, o único dispositivo legal que fez menção explícita à remuneração docente foi a Lei nº 11.738/2008, a qual instituiu o piso salarial docente, 181 anos depois da primeira vinculação de valor à remuneração de professores em lei.

As Emendas nº14 e nº53 são dispositivos legais que criaram e regulamentaram os fundos de financiamento à educação, o FUNDEF e o FUNDEB, respectivamente. Estes atuam na lógica do financiamento da educação como mecanismo de redistribuição dos recursos disponíveis à educação dentro de cada estado da federação, e tem efeitos na remuneração docente por subvincularem sessenta por cento do fundo para essa finalidade.

A LDB nº 9.394 de 1996¹⁹ estabeleceu importantes contribuições referentes aos docentes, em termos de legislação, dentre os quais: quem são os *profissionais da educação* escolar básica; como promover a *valorização dos profissionais da educação*, inclusive nos termos dos *estatutos e planos de carreira do magistério público*; e o financiamento da educação. Também definiu que a *remuneração docente* e dos demais profissionais da educação é considerado como *gasto em MDE*. A educação escolar básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e suas modalidades (BRASIL, 1996b).

Sobre a valorização dos profissionais da educação a LDB determina:

- Art. 67. I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III - piso salarial profissional;
- IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI - condições adequadas de trabalho. (BRASIL, 1996b).

São reforçados critérios historicamente sinalizados em outras legislações, como a forma de ingresso por concurso público de provas e títulos²⁰, o aperfeiçoamento profissional continuado²¹, o piso salarial profissional e a carreira no magistério²², definida no inciso IV como progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e avaliação de desempenho; e outros critérios entram em pauta, como a hora-atividade, sinalizado no inciso V como período reservado a estudos, o planejamento e avaliação incluídos na carga de trabalho, as condições adequadas

¹⁹ BRASIL, 1996b, art. 61, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76 e 77.

²⁰ BRASIL, 1934, 1946 e 1988.

²¹ BRASIL, 1971

²²BRASIL, 1988.

ao trabalho, e a habilitação mínima de ingresso desse profissional docente, ensino médio ou superior²³ (BRASIL, 1996b).

Ao retomar os quatro mecanismos legais recentemente destacados, três deles serão aprofundados sob o olhar da remuneração docente: a Emenda Constitucional nº 14/1996, que cria o FUNDEF, a Emenda Constitucional nº 53/2006, que cria o FUNDEB e a Lei nº 11.738/2008, que institui o PSPN.

1.2.1 A remuneração do professor do magistério público e a política de fundos para a educação

A política de fundos atua como mecanismo de redistribuição dos recursos já existentes e vinculados à educação. Estabelece a subvinculação de 60% sobre o percentual de 25% da receita dos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos impostos vinculados à educação para a universalização do ensino e a *remuneração condigna* do magistério. Segundo a Emenda Constitucional nº 14, art. 60º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), na Constituição Federal de 1988:

Nos dez primeiros anos da promulgação desta Emenda, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de sessenta por cento dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a **remuneração condigna do magistério**. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 5º Uma proporção não inferior a sessenta por cento dos recursos de cada Fundo referido no § 1º será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).” (BRASIL, 1988, grifo nosso)

Destacada desde a Constituição de 1934, a remuneração condigna apareceu novamente na Constituição de 1988 com a Emenda Constitucional nº 14, e dessa

²³ BRASIL, 1996c, art. 61º, incisos I, II e III.

vez, com o diferencial da regulação de percentual mínimo de 60% dos recursos do fundo a serem destinados ao pagamento dos professores do ensino fundamental.

Os recursos do fundo são advindos dos recursos vinculados à educação, e por esse motivo, utilizamos o termo subvinculação para nos referirmos aos 60% do fundo para remuneração docente, já que não se trata de recursos novos para a educação. Conforme já mencionado, os recursos vinculados à educação apresentam percentuais mínimos estabelecidos pela Constituição de 1988, isto é, de 18% à União, e 25% aos Estados e Municípios, sobre a receita de impostos²⁴ a serem destinados a MDE²⁵.

O FUNDEF foi instituído pela Emenda Constitucional nº14, em 1996, regulamentada pela lei nº 9.424 do mesmo ano e pelo Decreto nº 2.264, de 1997. Nacionalmente, foi implantado em 1º de janeiro de 1998, pela nova sistemática de redistribuição financeira dos recursos destinados ao ensino fundamental público, tendo dez anos como prazo de duração.

Caracterizado como fundo²⁶ contábil redistributivo entre Estados e Municípios, sua lógica de redistribuição era pelo número de matrículas no censo escolar do ano anterior, em contas únicas, e de repasse automático. A diferenciação de custo, bem como o seu controle, se dava através de:

- a) níveis de ensino: de 1ª a 4ª série, e de 5ª a 8ª série;

²⁴ Composição de impostos no Brasil, segundo a Constituição de 1988: Federal – Exportação (IE), Produtos Industrializados (IPI), Importação (I), Renda (IR), Operações Financeira (IOF), Territorial Rural (ITR), e Grandes Fortunas (IGF); Estadual – Transmissão Causa Mortis (ITCMD), Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Municipais – Transferências de Bens Imóveis (ITBI), Imposto Propriedade Territorial Urbana (IPTU), e Serviços (ISS).

²⁵ A caracterização das despesas em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) está explicitada nos artigos 70 e 71 da LDB de 1996, e entre estes gastos, a remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais de educação são considerados despesa de MDE.

²⁶ Os fundos são criados quando se deseja vincular determinados recursos para uma finalidade objetiva, o que chamamos de Fundo Especial, que no Brasil foi criado essa definição com a lei nº 4.320/1964 nos artigos 71 a 74. O Fundo Especial de natureza contábil, criado pelo Decreto Lei (DL) nº 200/1967 e substituído pelo DL nº 900/69 tem a finalidade de garantir a autonomia financeira de órgãos criados pelo executivo e incumbidos pela execução de atividades de pesquisas e outros. Portanto, o FUNDEF embora seja considerado um fundo de natureza contábil porque faz somente a contabilidade para redistribuição do dinheiro do fundo dentro de cada estado da federação, não é na definição por lei desta natureza, sendo somente um Fundo Especial. Para mais esclarecimentos acessar: http://www.cebi.com.br/boletim/boletim_28/orcamento.htm.

- b) tipos de estabelecimentos: escolas urbanas/ rurais e educação especial;
- c) controle social e acompanhamento exercido por conselhos em todas as esferas federativas.

O FUNDEF era formado por 15% dos recursos provenientes de quatro receitas: o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Produtos Industrializados para Exportação (IPI-EXP), e a Lei Kandir²⁷. A União deveria participar com a complementação do fundo, quando o mesmo não atingisse o valor mínimo aluno por ano. (BRASIL, 1996b).

O valor mínimo anual por aluno era fixado pelo ato do presidente da República e nunca deveria ser inferior a razão entre a previsão da receita total para o fundo e a matrícula total do ensino fundamental do ano anterior. A base de dados para o cálculo da matrícula era o censo educacional realizado pelo MEC. No primeiro ano do FUNDEF, o valor estabelecido como mínimo anual por aluno foi de R\$ 300,00. Em cada ano, até 2006 - término do FUNDEF - o governo publicou no Diário Oficial da União decretos que regulamentavam o valor atualizado (BRASIL, 1996b). Cabe destacar que o ano de 1999 apresentou o decreto, mas o valor mínimo anual por aluno foi o mesmo do ano de 1998, de R\$ 315,00²⁸.

Durante os primeiros cinco anos da vigência desse fundo, seria permitido que uma parte da subvinculação mínima de 60% dos recursos fosse aplicada na capacitação de professores leigos, que passariam a integrar o quadro em extinção²⁹, para que os esses pudessem se enquadrar no que estava previsto pela LDB³⁰, cuja exigência era de nível médio ou superior para os docentes. (BRASIL, 1996b). Essa era uma das dimensões da valorização docente para o re-enquadramento dos

²⁷ A Lei Kandir foi instituída pela Lei Complementar (LC) n. 87/1996, a qual implicava na desoneração do ICMS sobre mercadorias e produtos exportados. A União ficou responsável pela compensação financeira desta receita aos Estados.

²⁸ Em valores reais, corrigido pelo INPC (dez/2010), o valor mínimo anual por aluno em 1997 corresponde a R\$696,04 e do ano de 1999 de R\$709,07. Para detalhamento dos decretos de reajuste do valor mínimo anual por aluno no período do FUNDEF, acessar: www.fnde.gov.br/index.php/fundeb-fundef

²⁹ BRASIL 1996c, art. 9º, parágrafos 1º, 2º e 3º.

³⁰ BRASIL 1996c, art. 61, incisos I, II e III.

profissionais. Após esse período de cinco anos, esse mínimo percentual deveria ser destinado somente à remuneração docente em si.

Em sua vigência, e até mesmo após sua substituição pelo FUNDEB, intelectuais e pesquisadores do financiamento da educação problematizaram sobre os fundos. Nesse trabalho serão destacados somente os estudos/ artigos pertinentes à remuneração docente.

A Emenda Constitucional que instituiu o FUNDEF já mencionava em sua redação que assegurar a remuneração condigna era objetivo desse fundo, assim como a universalização do ensino fundamental, e que para a remuneração, seria destinada uma proporção não inferior a 60% dos recursos deste ao pagamento dos *professores* em efetivo exercício no ensino fundamental³¹. Por sua vez, a lei³² que regulamentou o FUNDEF explicitava que o percentual mínimo de 60% do fundo era para a remuneração dos *profissionais do magistério* em efetivo exercício.

As redações nas leis que instituíram e regulamentaram o FUNDEF convergiam sobre o percentual mínimo de 60% dos recursos a serem destinados à remuneração, porém ao sujeito da categoria dessa remuneração, as leis apresentavam divergências na terminologia usada. Os professores pertenciam aos profissionais do magistério, no entanto, a categoria dos profissionais do magistério envolvia outros sujeitos, além dos professores, como os profissionais que ofereciam suporte pedagógico direto as atividades de docência, estando incluídas as de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional (BRASIL, 1997).

A respeito dessa divergência na redação das leis, Davies (2001) menciona que toda a confusão quanto aos beneficiáveis dos 60% do fundo, permitia que alguns tribunais de contas restringissem os 60% do FUNDEF somente à remuneração dos professores e os outros que se apoiassem na Lei n.º 9.424. Ao ampliar o percentual a todos os profissionais do magistério, terminou impactando diretamente o modo como se distribuía os recursos à remuneração.

³¹ BRASIL, 1996a, art. 5º, parágrafo 5º.

³² BRASIL, 1996c, art. 7º.

Ademais, Davies (2001) analisa outra questão sobre o percentual mínimo de 60% dos recursos do fundo. Questiona se para tal cálculo sobre os recursos a base utilizada seria o valor bruto ou líquido, pois aponta a diferença de conceitos entre receita (valor bruto) e ganho (valor líquido). A lei não é específica quanto a isso, utiliza somente o termo recursos. A receita é tudo o que o governo receberia do FUNDEF com base no número de matrículas no ensino fundamental, e o ganho é a diferença positiva entre o que é contribuído ao FUNDEF e do que dele é recebido. O conceito de ganho refletiria na representação de melhoria salarial dos profissionais do magistério de estados e municípios para os que ganham com o FUNDEF. Para os estados e municípios que perdem recursos, de acordo com o conceito ganho, não teriam condições de melhoria salarial, pois 60% de zero, é zero.

Arelaro (2007) afirma que esse percentual de subvinculação de no mínimo 60% já era praticado pelos municípios com redes de ensino tradicionais, e o que foi constatado é que poucos foram os municípios que tiveram um ganho na remuneração docente com o FUNDEF. De maneira geral, foram realizadas gratificações anuais ao magistério no balanço do FUNDEF nos municípios, pois:

É importante destacar que nos municípios com redes municipais, mesmo nos municípios pobres, grosso modo, já se gastavam os 60% em pagamento de pessoal. O Governo Federal também sabia disso, tanto que não foi surpresa constatar que os gastos municipais com salários, já em 2000, atingiam mais de 70% dos recursos do FUNDEF. (ARELARO, 2007, p.12).

No Estado do Paraná, Gouveia (2011) relata que com as sobras do fundo era feito rateio, distribuindo pagamentos como bonificação aos professores:

A imprensa paranaense, por exemplo, noticiou em 2001 o pagamento de até 16º salário decorrente destes rateios. Provavelmente o que vem acontecendo é que estes municípios não estão conseguindo aplicar o mínimo obrigatório em pagamento de pessoal em efetivo exercício no magistério e ao invés de reorganizar o Plano de Carreira para possibilitar uma valorização segura do magistério, conseguem agradar os professores com esta divisão de sobras. Isto gera inúmeros problemas, entre eles cabe destaque a pelo menos dois: cria uma disputa na rede municipal pelas turmas no ensino fundamental, pois os professores que atuam na educação infantil, mesmo pré-escola, não podem receber tais recursos; o abono recebido não tem nenhuma vinculação com o salário, portanto, com o fim do FUNDEF ou com a construção de novas escolas na rede que gere novas contratações de professores, acabam-se os rateios e a valorização dos professores volta a ser uma promessa. (GOUVEIA, 2011, p. 7).

Enquanto política de valorização do magistério, e com o objetivo de assegurar remuneração condigna aos docentes, com a subvinculação de 60% dos recursos, o fundo atuou mais como uma medida de redução das desigualdades salariais médias dos professores.

Segundo o MEC, em relatório publicado sobre FUNDEF:

a remuneração média dos professores das redes públicas aumentou 29,6%, entre dezembro de 1997 e junho de 2000. Quando se analisam os dados referentes às várias regiões do País, constata-se que o maior percentual de aumento da remuneração ocorreu no Nordeste, onde a elevação média foi de 60%. A segunda região com maior índice de crescimento da remuneração média foi a Norte. Ali, também com referência à jornada de quarenta horas, o crescimento alcançou 35%. As demais regiões exibem índices bastante semelhantes: no Centro-Oeste, houve acréscimo na remuneração média da ordem de 27%; no Sudeste, de 24%; na Região Sul, de 22%. (BRASIL, 2003).

Monlevade (2000) informa que antes do FUNDEF havia estados e municípios nos quais o professor nem mesmo recebia a remuneração com o valor de salário mínimo, e ainda destaca como um dos méritos inegáveis do fundo essas transformações na remuneração dos professores³³.

Para Arelaro (2007) bastava cumprir o que está disposto na Constituição Federal, que proíbe qualquer trabalhador de ganhar menos que um salário mínimo por jornada de trabalho, de forma que

fosse capaz de atender suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. (BRASIL, 1988).

O salário mínimo, regulamentado e definido primeiramente através da Lei nº185/1936, estabelecia que a remuneração mínima ao trabalhador, independente do sexo, deveria suprir as necessidades normais de alimentação, vestuário, habitação, higiene e transporte.

A Consolidação de Leis Trabalhistas de 1943 detalha mais, definindo o salário mínimo no art. 76 como:

³³ Monlevade afirma em seus estudos que “é verdade que houve consequências espetaculares, de transformação do valor de salário de R\$ 30,00 para R\$230,00 em muitos municípios, principalmente de estados do Nordeste... (MONLEVADE, 1998, p.9).

contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. (BRASIL, 1943).

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), fundado em 1955, e desde então, defendendo, através de levantamentos estatísticos os direitos já legislados, os valores praticados no salário mínimo não cumprem o que rege a legislação, pois para seguir o preceito constitucional, o valor de R\$545,00, valor atual do salário mínimo em 2011, é 4,18 vezes menor do que o necessário, que segundo o DIEESE deveria ser a quantia de R\$ 2.278,77. Frente ao valor do salário mínimo praticado, o PSPN pratica a remuneração 3,16 vezes maior com o piso de R\$1.722,05. Em contrapartida, comparando o valor do salário mínimo sugerido pelo DIEESE com PSPN praticado, o piso é 25% menor que o salário mínimo sugerido (CNTE, 2011).

A mesma lei que instituiu o FUNDEF estipulou o prazo de seis meses, a partir de sua vigência, para que Estados e Municípios dispusessem de *novo plano de carreira e remuneração* do magistério, assegurando remuneração condigna aos professores do ensino fundamental, e que fosse de acordo com as diretrizes emanadas do CNE (BRASIL, 1996c).

As diretrizes que foram fixadas pelo CNE, através da Resolução nº3 de outubro de 1997³⁴, pertinentes ao Plano de Carreira e Remuneração do Magistério foram:

- a) ingresso na carreira do magistério público por concurso público de provas e títulos;
- b) tempo de experiência de dois anos em qualquer nível ou sistema de ensino;
- c) formação mínima necessária para o exercício da docência:
 - ensino médio completo, modalidade normal para docência na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental;
 - superior em curso de licenciatura plena, com habilitação específica em área própria, para docência em séries finais do ensino fundamental e ensino médio;

³⁴ Conforme disposto nas Leis n.º 9.131/1995 e n.º 9.424/1996, arts. 9º e 10.

- d) jornada de trabalho de até de 40 horas semanais com 20% de hora-atividade;
- e) incentivos de progressão: dedicação exclusiva ao cargo, desempenho segundo avaliação, qualificação, tempo de serviço, e avaliações periódicas ;
- f) remuneração.(BRASIL, 1997).

O cálculo para remuneração docente³⁵ no ensino seria definido em uma escala cujo ponto médio teria como referência o custo médio aluno-ano, e este, por sua vez, seria com base nos recursos do FUNDEF para o docente em jornada de 20 horas semanais.

A responsabilidade de elaborar plano de carreira e remuneração de docentes como uma medida da valorização do magistério é algo que deve ser ou já foi construído pelos Estados e Municípios como disposto em lei.

Segundo Arelaro, as recomendações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional de “racionalidade gerencial” e de determinação que o benefício salarial deveria ser concedido na modalidade de gratificações, influenciaram diretamente na política educacional brasileira, impactando em gratificações sobre a remuneração docente, pois “(...) entre 1998 e 2004, os professores não tiveram aumento no seu salário base. Nem os ativos, nem os aposentados.” (ARELARO, 2007, p. 12).

A dedicação do professor era revertida em pagamento de gratificação especial, mediante avaliação anual, mas não incorporava ao vencimento base, o que não era computado para aposentadoria. Um retrocesso no processo de valorização do magistério.

Durante a vigência do FUNDEF, podem-se considerar as seguintes problematizações e impactos levantados por especialistas da área do financiamento, pertinentes à remuneração docente:

- divergência da nomenclatura aos beneficiáveis com o fundo – professores x profissionais do magistério;
- sobre qual base se realiza o cálculo sobre os recursos – valor bruto x valor líquido;

³⁵ BRASIL, 1997, art. 7º, inciso I.

- o porquê criar mais um mecanismo legal para certificar a remuneração aos professores, enquanto o cumprimento da CF pertinente a SM resolveria;
- real impacto sobre o estímulo na elaboração de plano de carreira e remuneração do magistério;
- redução das desigualdades de remuneração entre regiões distintas.

Com seu prazo de vigência expirado, o FUNDEF foi substituído pelo FUNDEB. O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela lei nº 11.494/2007 e pelo decreto nº 6.253/2007. Foi implantado em 1º de janeiro de 2007 com vigência até 2020. Estende o fundo a todas as etapas da educação básica e não somente ao ensino fundamental, incluindo a aplicação de percentuais desse fundo a diferentes modalidades: educação especial, educação de jovens e adultos, ensino profissional, e educação indígena.

O que estava somente sinalizado no FUNDEF sobre a complementação da União ao fundo, caso os Estados não conseguissem atingir o mínimo nacional. No FUNDEB passa a ser regulado através da regra de complementação mínima de 10% do valor dos fundos pela União. Ocorreu a especificação do percentual a ser aplicado pela União, a ser praticado de forma gradativa nos três primeiros anos.

Esse fundo incorporava elementos do FUNDEF, tais como: natureza de fundo contábil, controle social, contas únicas, aplicação de ponderações, o mesmo percentual de subvinculação mínima de recursos para o pagamento da remuneração dos profissionais do magistério e a estipulação de percentual específico da complementação da União ao fundo, aplicado de forma gradual. E acrescentava outros elementos, como: a abertura à instância privada na distribuição dos recursos do fundo, o estabelecimento do custo-aluno-qualidade e o prazo para fixação de piso salarial em lei.

Diferentemente do FUNDEF, o FUNDEB, em sua elaboração, contou com a participação de diferentes atores da esfera política e social como a presença dos poderes Executivo e Legislativo, discussões nas esferas subnacionais e dos representantes dos movimentos sociais, apresentando, aparentemente, um instrumento elaborado de forma mais democrática (MARTINS, 2009). Pretendia na visão de seus proponentes e defensores corrigir as falhas apontadas no FUNDEF: a

exclusão da educação infantil, da educação de jovens e adultos (EJA) e do ensino médio; a remuneração aos profissionais do magistério abrangendo todos os que trabalham profissionalmente na educação e não somente os professores; como também a questão da complementação da União ao fundo (DAVIES, 2006).

Os recursos subvinculados ao FUNDEB foram ampliados e implantados progressivamente entre os anos de 2007 a 2009. A tabela 2 mostra o comparativo entre FUNDEF e FUNDEB e as mudanças citadas:

TABELA 2 - COMPARATIVO DOS RECURSOS VINCULADOS AO FUNDEF E FUNDEB

FONTE	FUNDEF	FUNDEB		
		2007	2008	2009
ICMS	15%	16,66%	18,33%	20%
FPM	15%	16,66%	18,33%	20%
FPE	15%	16,66%	18,33%	20%
IPI- exp	15%	16,66%	18,33%	20%
Lei Kandir	15%	16,66%	18,33%	20%
ITCM		6,66%	13,33%	20%
IPVA		16,66%	18,33%	20%
ITR		16,66%	18,33%	20%
Complementação da União	Prevista, porém sem valor definido	2 bilhões	3 bilhões	4,5 bilhões; a partir de 2010 10% do total do fundo

FONTE: BRASIL (1996c, 2007). Elaborado pela autora

Os impostos que já compunham esse fundo foram ampliados no percentual a ser contribuído, como explicita tabela 2, e outros impostos foram incluídos para a composição do FUNDEB como: o Imposto de Transmissão “Causa Mortis” (ITCM), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto Territorial Rural (ITR).

Logo no início do texto da lei³⁶ que regulamenta o FUNDEB, sua redação explicitava que esse fundo deveria ser designado à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à *valorização dos profissionais* da educação, e no parágrafo 2º do art. 2º que “Os Fundos destinam-se à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à **valorização dos trabalhadores** em educação, incluindo sua condigna remuneração.” (BRASIL, 2007).

Semelhantemente ao ocorrido no FUNDEF, o FUNDEB cometeu o equívoco na terminologia utilizada aos beneficiáveis da subvinculação mínima de 60% dos recursos do fundo. Porém, no FUNDEB, a confusão foi entre os termos *profissionais do magistério* e os *trabalhadores da educação*, sendo na última categoria mencionada se deu de forma mais abrangente.

Segundo o FUNDEB, no art. 22:

Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da **remuneração dos profissionais do magistério** da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:

I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;

II - **profissionais do magistério da educação**: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica;

III - efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II deste parágrafo associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente. (BRASIL, 2007, grifo nosso).

A subvinculação mínima de 60% de recursos do fundo à remuneração de todos profissionais do magistério não corresponde à cobertura de remuneração de

³⁶ BRASIL, 2007, art. 1º.

todos os trabalhadores da educação, ficando alguns à margem da valorização enquanto valor, excluídos, como o caso dos que fazem a função de secretaria e outros que trabalham no sistema escolar.

Apesar dessa possível exclusão de trabalhadores da educação na letra da lei do FUNDEB, aos docentes foi dada a especificação de pertencer aos profissionais do magistério da educação (BRASIL, 2007). Com a questão da abordagem dos docentes como profissionais do magistério da educação, o FUNDEB, através da Emenda Constitucional nº53, apresentou nova redação ao art. 206 da Constituição Federal de 1988, ao trabalhar a questão do piso salarial referente a esses profissionais:

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Além de mencionar que o piso salarial deveria ser estabelecido em lei federal, mantinha a questão da valorização dos profissionais da educação por planos de carreira. O plano de carreira e o ingresso por concurso público, incluídos na redação da Constituição Federal, enquanto mecanismos de valorização dos profissionais da educação já estavam dispostos na Resolução nº3, de 1997, do CNE. O piso salarial profissional nacional, em termos de lei federal, aparece pela primeira vez na redação da Constituição Federal de 1988, ainda que este não tenha regulamentado o valor ou cálculo deste piso, pois o que aparecera até o momento na história da remuneração, na esfera de lei supranacional, tinha sido no Decreto-Lei Imperial de 1827, com a estipulação da faixa salarial, com piso e teto salarial.

As Disposições Finais da lei do FUNDEB estabeleceram que o poder público deveria especificar em lei, até 31 de agosto de 2007, o piso para os profissionais do

magistério público da educação básica (BRASIL, 2007). Essa lei foi criada e aprovada em 2008, lei nº 11.738 do PSPN.

Esse fundo tem seu prazo de validade até 2020³⁷, e como ainda está em vigência, tem seu efeito sendo analisado pelos intelectuais da área do financiamento da educação. Segundo Davies (2006), há alguns equívocos que já podem ser visualizados, como a exclusão do ensino profissional³⁸, poucos recursos novos na composição do fundo, e a mesma lógica do FUNDEF de perda e ganho nos municípios.³⁹

O ganho continua para os governos municipais que contribuem proporcionalmente menos que os outros, e cujas matrículas sejam proporcionalmente maiores que as dos outros governos municipais, no âmbito estadual, e também para os que recebem complementação da União. As perdas são para os governos que estão em situação inversa.

De acordo com Davies (2006), há um equívoco que se perpetua na política de fundos sobre a educação, que é o de pensar que a destinação dos 60% para remuneração dos profissionais do magistério se reflete efetivamente na valorização docente e melhoria do salário. Esse percentual não é sobre a totalidade dos recursos destinados à educação, é somente sobre o FUNDEB. Existem outros recursos destinados à educação como o salário educação, 25% dos impostos municipais próprios e do imposto de renda dos servidores municipais, 25% do imposto de renda dos servidores estaduais, e 5% dos impostos do FUNDEB que não entram em sua formação:

Quanto à valorização supostamente garantida pelo percentual mínimo de 60%, até hoje não foi feito nenhum estudo demonstrando que este percentual resultará necessariamente em melhoria salarial. Além disso, é um percentual bruto, não líquido, pois abrange as obrigações patronais (INSS, no caso de celetistas, ou contribuição previdenciária e outras). Isso significa que o percentual mínimo para a remuneração bruta do magistério cai para no máximo 54%, supondo-se obrigações patronais equivalentes a

³⁷ BRASIL, 2007, art. 48º.

³⁸ BRASIL, 1996b – Regula que o ensino profissional está compreendido na educação básica.

³⁹ O FUNDEB também redistribui o fundo pelo número de matrículas da educação básica.

10% (10% de 60% = 6%). Como o magistério é descontado em torno de 10% de sua remuneração para a previdência do INSS, a estadual ou a municipal, o percentual líquido mínimo seria pouco abaixo de 50%. Se estas contribuições previdenciárias (tanto a patronal quanto a do funcionário) forem para um fundo previdenciário estadual ou municipal, o governo estadual ou municipal seria bastante beneficiado, pois, embora contabilmente tenha uma despesa (as obrigações patronais), na prática terá uma receita (tais obrigações mais as contribuições dos funcionários da ativa) correspondente ao dobro dessa despesa, na suposição, é claro, de que as atuais aposentadorias sejam integralmente financiadas pelas contribuições previdenciárias feitas no passado e que o fundo previdenciário não tenha sido/seja dilapidado pelos governantes e \$eu\$ aliado\$ dentro e fora dos governos. (DAVIES, 2006) (grifo do original).

Não se pode ignorar a questão federativa brasileira e seus entraves financeiros como as desigualdades tributárias entre os diferentes entes federados, entre estados, e entre municípios de um mesmo estado, que refletem nas dificuldades e limites à constituição de um sistema nacional de educação com padrão de qualidade. Situação que se reflete também na dificuldade da constituição do PSPN a ser praticado nos diferentes estados e municípios.

1.2.2 A remuneração do professor do magistério público e o piso salarial profissional nacional – PSPN

A lei do PSPN é a retomada do valor especificado para a remuneração, que não aparece em um dispositivo legal, desde o Decreto-Lei Imperial de 1827. O FUNDEF e FUNDEB estabeleciam somente percentuais que deveriam ser destinados à valorização do magistério e remuneração dos professores.

O valor de remuneração especificado em lei é um mecanismo para os entes federados se posicionarem quanto aos planos de carreira, pois o piso estabelece um mínimo que todos devem corresponder, entendendo por quantia abaixo da qual os sistemas de ensino não poderão fixar a remuneração do professor da educação básica, no início da carreira, na rede pública (BRASIL, 1988). É a visibilidade legal

que responde à luta em torno de melhores condições de trabalho e de remuneração dos professores.

Na trajetória que antecede a consolidação do PSPN na letra da lei, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) já lutava pela consolidação do piso à remuneração docente. No ano de 1994, o ministro da educação, Murilo Hingel, recebeu da CNTE a proposta para trabalhar a questão da construção do PSPN, que resultou no chamado Acordo Nacional de Valorização do Magistério da Educação Básica, sob a presidência de Itamar Franco. Porém no ano seguinte, sob nova presidência no Brasil, a de Fernando Henrique Cardoso, o acordo foi rompido (FERNANDES & RODRIGUES, 2011). Esse Acordo previa a implantação em um ano de novos planos de carreira nos estados e municípios tendo por valor o vencimento inicial não inferior a R\$ 300,00⁴⁰ (MONLEVADE, 2000, p. 812).

Sob gestão de Fernando Henrique Cardoso, o ministro da educação Paulo Renato Souza, em conversa informal com alguns diretores da CNTE, informou que era contra o PSPN, mas que estaria aberto à discussões e argumentações (MONLEVADE, 2000, p.193). No ano de 1996, com o FUNDEF, no lugar de um piso nacional para remuneração docente, entra o salário médio, que no ano de instituição do fundo é no valor de R\$ 300,00. Autores como Arelaro (1999), Pinto (1999) e Rodrigues (2001) sinalizam o não cumprimento do governo com o cálculo que o FUNDEF estabelecia para gasto aluno/ano, que impactaria sobre a remuneração docente, contabilizando, segundo Pinto (2002), o prejuízo anual ou total, de quase 10 bilhões de reais de recursos federais para o ensino fundamental, desde 1998.

No FUNDEF não se mencionava o termo PSPN, e o piso deixou de ser referência para o vencimento inicial durante a vigência desse fundo (MONLEVADE, 2000, p.252). O período de gestação do FUNDEB foi permeado pelas disputas entre CNTE e governo, na proposição do piso entrar na redação das leis⁴¹ que instituiriam e regulamentariam a valorização dos profissionais do magistério.

⁴⁰ Corrigido pelo INPC (dez/2010) o valor de R\$300,00 corresponde a R\$ 977,52.

⁴¹ BRASIL, 2006 e BRASIL, 2007.

Com o FUNDEB, o piso salarial profissional nacional era abordado como um dos princípios da lei, devendo ser fixado em lei federal própria para os profissionais do magistério.

Em 2006, a CNTE elaborou uma proposta de PSPN que foi apresentada, em 2007, ao MEC, ao Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e encaminhado o Projeto de Lei (PL) do PSPN ao Congresso Nacional.

O Poder Executivo, por sua vez, colocou em tramite três Projetos de Lei no Congresso Nacional nessa última década, os quais tratavam do PSPN. O PL nº 7431/2006, propondo R\$ 800,00 a professores com formação de ensino médio na modalidade normal, e R\$ 1100,00 aos professores com nível superior, com jornada de 40 horas semanais, sendo 2/3 da carga horária em sala de aula. O PL nº 619/2007, gestado pelo MEC, era a tentativa de resgate do *Acordo e Pacto Nacional de Valorização do Magistério e Qualidade da Educação* com a proposta de pagar R\$ 300,00 aos professores na modalidade normal, com jornada de 40 horas semanais, e 25% de hora atividade. E o terceiro PL de emenda substitutiva do deputado Ivan Valente, que se constituiu na lei, o PL nº 619/2007, que permitia a aplicação proporcional do PSPN à jornada de 20 horas semanais, e que um terço da jornada deveria ser para atividade extra-classe.

Dessa conjuntura resultou a mobilização da CNTE com os trabalhadores da educação no dia 24 de abril de 2007, que através de uma movimentação nacional pela luta dos professores em todo país em defesa do PSPN, repudiavam a iniciativa do Poder Executivo e pressionavam o Congresso Nacional pela aprovação das emendas apresentadas pela CNTE. Embate este que prosseguiu mesmo nos anos depois da aprovação da Lei do PSPN (FERNANDES & RODRIGUES, 2011).

Aprovada em 16 de julho de 2008, a lei nº11.738 do PSPN estipulou que o prazo máximo de adequação dos entes federados era 31 de dezembro de 2009⁴², para o valor determinado como piso salarial dos profissionais do magistério público na educação básica, pertinente a plano de carreira e remuneração do piso. Os arts. 2º e 6º definem que o valor estabelecido foi de R\$ 950,00 para a jornada de trabalho

⁴² BRASIL, 2008, art. 6º.

de 40 horas semanais, com formação em nível médio, na modalidade Normal, em conformidade com a LDB. Segundo a jornada de trabalho, essa lei estabelece o limite máximo de dois terços da carga horária em atividade direta com os educandos (BRASIL, 2008).

O valor desse piso deveria ser atualizado anualmente, no mês de janeiro, a partir de 2009, tendo por base de cálculo o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno, referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano (BRASIL, 2008). Esse mecanismo de reajuste do PSPN remete-se ao FUNDEB.

Nos anos de 2008 e 2009, o valor do PSPN correspondia a R\$ 950,00, em valores nominais, e em 2010 a R\$ 1024,67. Esses valores do piso salarial docente, atualizados pelo INPC, correspondem à remuneração de R\$ 1056,08, em 2008, R\$ 1013,85, em 2009 e R\$ 1024,67, em 2010.

O valor da remuneração aos docentes com jornada diferenciada de 40 horas semanais deve ser calculado com a aplicação do mínimo da proporcionalidade da jornada de trabalho, tendo como referência a jornada de 40 horas semanais e remuneração correspondente de R\$ 950,00 (BRASIL, 2008).

Quatro meses após a aprovação da lei do piso, alguns governadores entraram com o Ato Direto de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4167. A principal parte da ADI nº 4167 foi que cinco governadores, entre eles, do Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Ceará, com apoio de São Paulo e de Minas Gerais, contestaram a inconstitucionalidade parcial da lei do piso em algumas disposições da lei, argumentando que feria a constitucionalidade e resultaria em regras desproporcionais e gasto extrapolado sem amparo orçamentário (BRASIL, 2011). As inconstitucionalidades apresentadas foram:

- a) Em dispor sobre a jornada de trabalho – art. 2º, §1º e 4º,
- b) A retroação do valor estabelecido como piso salarial – art. 3º, caput II;
- c) A transformação do piso em vencimento inicial – art. 3º, caput III;
- d) A eficácia imediata da jornada de trabalho - art. 8º.

Não foi contestada a fixação do piso salarial para os profissionais da educação básica pública, mas suas especificações e desdobramentos para seu cumprimento.

A redação de transformar o piso em vencimento inicial obrigaria estados e municípios, que chegavam a pagar o valor do piso em remuneração, a incorporá-lo como vencimento e não como gratificação, como alguns municípios fizeram durante o FUNDEF. Mesmo que alguns entes federados, no saldo final, chegassem à soma do total da remuneração do piso.

O ministro Joaquim Barbosa, relator do processo supracitado, recomendou o indeferimento total, por entender como improcedentes os argumentos dos governadores, visto que não apresentaram concretude ao exposto como prejuízo financeiro (BRASIL, 2011). Já o Supremo Tribunal de Federal (STF) adotou posição contrária do relator. Foi considerado que até o julgamento final da ADI nº4167 o termo piso deveria ser compreendido por remuneração mínima de R\$950,00, seria retirada a especificação de dois terços da carga de trabalho que deveria ser em sala de aula, e mantinha a fixação de 40 horas semanais de trabalho.

No dia 16 de março de 2010, os professores organizaram o Dia da Mobilização de Estados e Municípios como preparação à Paralisação Nacional, reivindicando a implantação do PSPN. A lei foi consolidada seis dias após a mobilização, no entanto, ainda com a ADI não processada.

Em 06 de abril de 2011, três anos após ser sancionada a ação que contestava a lei, o STF reconheceu a legalidade da lei no que concerne ao conceito do piso como remuneração inicial, assim como, sua constitucionalidade na íntegra.

A trajetória da promulgação do piso em esfera federal e a sua implantação nos estados e municípios refletem tensões das políticas educacionais em curso. A promulgação da lei não é o sinônimo da efetivação da política. Nesse percurso de consolidação do piso, a luta dos trabalhadores demonstra ser ainda um mecanismo que auxilia a efetividade do cumprimento da lei.

Cabe destacar, que quase um ano após a promulgação do PSPN, em 29 de maio de 2009, foi instituída a Resolução CNE/CEB n.º 02/2009, para regulamentar,

no tocante às carreiras do magistério público da educação básica, os Planos de Carreira e Remuneração do Magistério, correspondendo à exigência da lei do PSPN e sinalização do FUNDEB.

A Resolução CNE/CEB n.º 02/2009 revogou a Resolução CNE/CEB n.º 03/1997, já extemporânea, em dezembro de 2006, mantendo algumas das diretrizes da resolução revogada e incorporando outras, como os critérios da remuneração a serem pautados e nunca inferiores ao PSPN, bem como o assegurar da revisão anual das remunerações. As diretrizes que já eram previstas, e que permaneceram com a Resolução CNE/CEB n.º 02/2009, foram: a forma de ingresso exclusivo por concurso público de provas e títulos; a progressão salarial por incentivos que contemplassem a titulação, a experiência, o desempenho, a atualização e o aperfeiçoamento profissional; além da fixação de vencimento ou salário inicial pela jornada de trabalho.

Considerando o exposto até aqui, pode-se dizer que a valorização docente tem sido mais presente nas últimas décadas, na letra das leis de políticas educacionais. Na letra, os fundos expressam essa valorização através da subvinculação mínima de 60% do FUNDEF/ FUNDEB à remuneração dos profissionais do magistério. O FUNDEB contribuiu para as especificações de quem eram os profissionais da educação e como foi definido o termo remuneração. A lei do PSPN retomou a especificação do valor da remuneração dos professores em lei nacional. Nos três mecanismos legais, FUNDEF, FUNDEB e PSPN, é mencionado o Plano de Carreira do Magistério, importante mecanismo aos profissionais da educação frente a remuneração, a forma de ingresso, a jornada de trabalho, a capacitação e outras especificações que tem suas diretrizes a partir das Resoluções n.º3/1997 e 2/2009. Esse cenário nacional deverá tecer sua relação com os municípios no tocante às suas adequações. No Capítulo 2 será notado como se configura a relação dos municípios com a remuneração docente e o cenário nacional.

2 AS CONDIÇÕES DA REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES NAS REDES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO PARMC

“Este contexto de nova regulação das políticas educacionais tem sido pouco estudado no que se refere aos seus reflexos sobre o trabalho docente. A compreensão das interferências que tais reformas exerceram sobre as relações de trabalho dos profissionais da educação, a começar por aquelas concernentes ao processo de trabalho na escola e aos procedimentos normativos que determinam a carreira e a remuneração docente, ainda está por ser melhor explorada.” (OLIVEIRA, 2004, p. 1130)

Este capítulo objetiva apresentar a configuração da remuneração inicial dos professores da rede municipal pública do Primeiro Anel da Região Metropolitana de Curitiba (PARMC), para verificar se os arranjos do cenário de políticas educacionais do FUNDEF, FUNDEB e PSPN alteram ou altera a remuneração dos professores da rede pública no PARMC, como também notar como se articulam essas políticas educacionais com a diversidade dos municípios e quais efeitos poderá ser observado nessas políticas educacionais com a remuneração. O período proposto desta análise, de 1996 a 2010, é definido para analisar se as condições de remuneração dos professores, em valores reais, foram alteradas com o FUNDEF, FUNDEB e o PSPN.

Para acesso aos dados⁴³ em cada município do PARMC, recorreu-se às prefeituras municipais, aos sítios eletrônicos e aos sindicatos municipais. A qualidade das informações disponíveis na rede mundial de computadores apresenta variação entre os municípios, o que ocasionou alguma dificuldade para o levantamento dos dados. Cabe o destaque também para o fato de que nem todos os municípios pesquisados possuíam sindicatos de professores efetivamente organizados.

Os municípios nos quais foram localizados sindicatos são: Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Piraquara e São José dos Pinhais. Dentre estes, os que colaboraram com as informações requisitadas foram: Colombo e Curitiba. Curitiba colaborou com dados desde 1996, e Colombo a partir de 2001. Os outros sindicatos informaram que não possuíam as informações pertinentes à remuneração, no período que a pesquisa

⁴³ A coleta destes dados iniciou-se em março de 2011 no PARMC.

contempla. Teriam somente o mais recente, isto é, correspondente aos dois últimos anos, 2010 e 2011.

Foi contatada, para obtenção dos dados para a pesquisa, a Secretaria Municipal de Educação de cada município do PARMC, e através da maioria destas foi redirecionado o contato para a Secretaria de Recursos Humanos, excetuando o município de Almirante Tamandaré, que redirecionou o contato ao Setor de Comissão de Cargos e Salários dos Profissionais da Educação.

A partir dos dados coletados, foi possível a construção da configuração da remuneração dos professores, através do vencimento inicial nos diferentes níveis de formação profissional nos municípios do PARMC.

Uma fonte complementar para construção das séries históricas da remuneração, em cada município, foi o sitio eletrônico que contem a legislação municipal <http://www.leismunicipais.com.br/>.

Segundo diretrizes que foram fixadas pela Resolução CNE/CEB nº3/1997, e posteriormente, com a Resolução CNE/CEB nº2/2009, a forma de ingresso na carreira dos professores indica que estes devem ser selecionados por concurso público, com o requisito de formação no nível superior, ou seja, com graduação em pedagogia e habilitação para séries iniciais. Mas, nem sempre foi exigido esse nível de formação, pois a LDB permite o ingresso do professor com nível médio. No magistério público o ingresso deve ser regulamentado pelo estatuto do servidor público, ou estatuto dos profissionais do magistério e plano de carreira. Esses, criados em diferentes anos, nos diferentes municípios.

Os municípios são peculiares em suas construções de tabelas salariais, assim como no plano de carreira, pois as tabelas são a expressão sintética do que são os planos de carreira. Portanto, neste capítulo, para efeito de análise e melhor compreensão, serão trabalhadas as tabelas salariais, considerando os professores com habilitação em magistério, licenciatura plena de nível superior e com pós-graduação. Foram selecionadas as remunerações iniciais do professor de acordo com sua habilitação para tabulação das tabelas salariais pertinente aos anos de informações disponibilizadas, no período que compreende de 1996 a 2010.

A pós-graduação é caracterizada pelos cursos de especialização, mestrado e doutorado, e para efeito desta análise, considerar-se-á a pós-graduação de especialização. Cruz (2011), em seus estudos sobre o perfil do professor da rede pública do ensino fundamental do PARMC, demonstra que a maioria dos professores com habilitação em pós-graduação concentra-se na especialização de no mínimo de 360 horas; isso representa entre 50 e 60% dos professores da rede municipal do ensino fundamental, e em mestrado e doutorado um percentual bem reduzido. Em Curitiba, os professores com mestrado representam 0,2% e com doutorado o mesmo percentual de 0,2%. Em Araucária, tem-se o percentual de 4,8% de professores com mestrado e a ausência de professores com o doutorado, assim como em Campo Largo que apresenta o percentual de 2,9% de professores com mestrado. Os outros municípios não têm professores no ensino fundamental com mestrado ou doutorado. Poucos professores com formação em doutorado permanecem na carreira de professor público municipal, por esse motivo, não serão privilegiadas essas informações na análise da remuneração inicial dos professores com pós-graduação em mestrado ou doutorado, mesmo porque, existem municípios que sequer contemplam esse tipo de formação na tabela salarial e plano de carreira.

Para contextualização da remuneração dos professores serão destacados alguns elementos do estatuto do magistério e plano de carreira de cada município, tendo as diretrizes já sinalizadas pelas Resoluções CNE/CEB nº3/97 e 2/2009 para esse fim. Dentre elas: a qualificação e/ou habilitação mínima necessária para o exercício de docência no ensino fundamental, principalmente nas séries iniciais; a forma de ingresso no cargo de professor; os avanços na tabela salarial; a jornada de trabalho priorizada pelas leis municipais; e as vantagens pecuniárias⁴⁴.

Para cada município foi construída a tabela salarial dos professores com a remuneração inicial nos diferentes níveis de titulação, com informações obtidas para o período proposto da pesquisa. Essas tabelas foram elaboradas com as informações disponibilizadas pelas prefeituras, sindicatos, e informações presentes

⁴⁴ A Lei Federal nº 8.112/90 que legisla sobre os Servidores Públicos Civil da União, conceitua vantagem pecuniária em seu art. 49 como pagamento além do vencimento, sendo classificada em indenizações, gratificações e adicionais. O primeiro tipo de vantagem não é incorporada ao vencimento para qualquer efeito, e os dois últimos tipos de vantagem pecuniária, gratificações e adicionais, são incorporados ao vencimento nos casos e condições indicados em lei específica.

em leis municipais disponibilizadas em meio eletrônico, seja pelo sítio eletrônico da prefeitura ou das leis municipais⁴⁵.

Optou-se por uma apresentação das condições de remuneração em cada município. Isso devido à complexidade dos dados coletados e à necessidade de contextualização das condições de trabalho em cada município do PARMC.

2.1 ALMIRANTE TAMANDARÉ

Este foi o município que correspondeu prontamente à proposta desta pesquisa, sendo ágil na disponibilidade das informações requisitadas junto à prefeitura, mesmo que ainda não possuísse todos os dados do período estabelecido.

As informações disponíveis no site da prefeitura estavam corretas, e facilmente conseguiu-se o contato com a Secretaria Municipal de Educação, que por sua vez, redirecionou o contato ao departamento de Comissão, Cargos e Salários⁴⁶. Esse departamento forneceu o Plano de Carreira do Magistério do Município e as Tabelas Salariais dos Professores nos anos de 2005, 2006, 2008 e 2010. O prazo de coleta foi de sete dias a partir do contato.

Os dados que complementam a construção e análise da pesquisa, para além dos disponibilizados pela prefeitura, são provenientes de documentos disponíveis no sítio eletrônico de Leis Municipais.

A Lei Orgânica do Município de Almirante Tamandaré⁴⁷ estabelece a aplicação de nunca menos de 30% da receita resultante de impostos e transferências recebidas do Estado e da União na manutenção e desenvolvimento

⁴⁵ www.leismunicipais.com.br/.

⁴⁶ Criado em 2006 pelo Decreto nº59/2006.

⁴⁷ ALMIRANTE TAMANDARÉ, [1990?], arts. 164 e 159.

do ensino, priorizando, de acordo com as condições orçamentárias, o atendimento ao Ensino Fundamental, à Educação Especial, à Educação Infantil nas creches e pré-escolas e ao Ensino Noturno Regular.

A tabela salarial atual dos professores é regida pela mesma lei que instituiu o Plano de Carreira do Magistério Público, no ano de 2001. Anteriormente a essa lei, dois mecanismos legais consolidaram a tabela salarial dos professores, o primeiro, no ano de 1993, com o Estatuto do Magistério, e o segundo, em 1997, com o regime único do Servidor Público, enquadrando os professores também.

O Estatuto do Magistério do Município de Almirante Tamandaré⁴⁸, em 1993, organizou o Quadro Próprio do Magistério (QPM) no município⁴⁹. Especificou quem eram os integrantes do QPM, e entre eles os professores; definiu classe como um conjunto de cargos com vencimentos ou remuneração, fixados segundo o nível de habilitação, qualificação, volume de trabalho e grau de responsabilidade; forma de ingresso por meio de concurso público de provas e títulos; jornada de trabalho de 20 horas; avanços no quadro com promoção vertical, horizontal e diagonal; e as vantagens.

O QPM era formado por seis classes⁵⁰ e por onze níveis de elevação. A formação mínima exigida era de 2º Grau com magistério ou equivalente independente da classe. O professor leigo, segundo essa lei, deveria receber o piso inicial do quadro e ter sua progressão conforme se habilitasse.

As classes eram determinadas pela habilitação, sendo "A" para o professor com habilitação em segundo grau com magistério, podendo ser com 03 ou 04 séries; "B" para o professor com segundo grau em magistério de três anos e mais um ano de estudos adicionais ou curso de aperfeiçoamento que totalizasse 150 horas; "C" para o professor com licenciatura curta; "D" para o professor com licenciatura curta e mais um ano de estudos adicionais; "E" para o professor com licenciatura plena; e "F" para o professor com pós-graduação.

⁴⁸ ALMIRANTE TAMANDARÉ, 1993.

⁴⁹ ALMIRANTE TAMANDARÉ, 1993, arts 2º, 10 e 22.

⁵⁰ Representadas pelas letras A, B, C, D, E e F.

A promoção vertical era de acordo com a habilitação, a promoção horizontal por tempo de serviço, sendo elevado um nível a cada ano por promoção automática e a diagonal pelo critério aperfeiçoamento, que a cada 80 créditos corresponderia a um avanço, podendo ter até dois avanços por biênio.

O estágio probatório estabelecido era de dois anos⁵¹, em consonância com o Estatuto do Servidor Municipal Público e a diretriz da Resolução nº 3/1997 do CNE. Além do vencimento básico, o Estatuto do Magistério especificava as vantagens⁵², que são descritas e classificadas em: adicional por tempo de serviço; gratificação especial e por salário família⁵³; ajuda de custo na forma de diárias; e auxílio funeral.

A gratificação especial era concedida de acordo com a função em exercício, e no tocante aos professores, aos que estivessem em exercício na zona rural.

A Lei Orgânica define que o percentual mínimo a ser aplicado pelo município no ensino deve ser de 30%, a lei do Estatuto do Magistério de Almirante Tamandaré define o percentual mínimo em 25%. Na letra, prevalece a Lei Orgânica sobre o Estatuto do Magistério.

No ano de 1997, foi instituído o quadro único de pessoal que passou a ser regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos, incluindo o QPM, que em 1998⁵⁴ passou a ser nomeado de Quadro Ocupacional do Magistério (QOM). Com a lei de 1998, tem-se o primeiro registro de especificação de valor de remuneração aos professores em lei no município, que seguindo a lógica do Estatuto do Magistério compõe a tabela salarial em “A” para professores com habilitação em magistério, “E” para professores com licenciatura plena e “F” para professores com pós-graduação, e suas respectivas remunerações, em valores reais de R\$ 555,55, R\$ 895,62, e R\$ 1056,83.

⁵¹ ALMIRANTE TAMANDARÉ, 1993, art. 25.

⁵² ALMIRANTE TAMANDARÉ, 1993, art. 80.

⁵³ Gratificação Especial: por serviço de secretária, Direção, Supervisão, Orientação, Servente, Merendeira, Assistente Social e outros extras exercidos por professores da zona rural; Gratificação Salário Família: até dezoito (18) anos para os filhos do sexo masculino e vinte e um (21) anos para os filhos do sexo feminino ou até o casamento em qualquer idade, desde que dependente, e para os filhos excepcionais independentemente de idade. (Lei nº 217/ 1993, art. 80).

⁵⁴ ALMIRANTE TAMANDARÉ, 1998, anexo IV. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Municipais e do Plano de Cargos e Vencimentos.

O Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Almirante Tamandaré foi instituído em 2001⁵⁵ e dispunha sobre a carreira do magistério e suas definições: ingresso, carreira, vencimento, progressão salarial, jornada de trabalho e vantagens.

Este manteve algumas das disposições já contempladas pelo Estatuto do Magistério, como a forma de ingresso, período de estágio probatório e jornada de trabalho, e especificou outras configurações como hora aula e hora atividade, reestruturação da tabela salarial, vantagens pecuniárias e o prenúncio da exigência mínima de curso superior de graduação para o ingresso do professor, porém ainda admitia o nível médio na modalidade normal.

Também definiu a profissionalização na carreira do professor como vocação, dedicação ao magistério e qualificação profissional com remuneração condigna e condições de trabalho adequado.

A tabela salarial passou a ser estruturada em três níveis verticais, que são classificadas em: N1, N2 e N3, de acordo com a habilitação, e em doze classes horizontais, que vão das letras A a M. A progressão vertical ocorre de acordo com a habilitação, enquanto que a horizontal incide pela promoção. A promoção é a passagem do titular de cargo de Professor de uma classe para outra superior decorrente de avaliação. Essa avaliação considera o desempenho, a qualificação em instituições credenciadas e os conhecimentos no período de cada dois anos⁵⁶.

O “N1” correspondia ao professor com formação de nível médio, na modalidade normal e com a remuneração inicial, em valores reais de R\$ 557,66, o “N2” com licenciatura plena e remuneração inicial de R\$808,61 e o “N3” para os professores com pós-graduação na área da educação com o mínimo de 360 horas e a remuneração inicial consta no valor de R\$ 929,91⁵⁷.

As gratificações passaram a ser pelo exercício na direção (percentual de acréscimo que varia de 20% a 40% de acordo com porte da escola e número de alunos matriculados), na docência com alunos de necessidades especiais (acréscimo de 25% do vencimento básico) e na função de pedagogo (acréscimo de

⁵⁵ ALMIRANTE TAMANDARÉ, 2001, arts. 3º, 4º e 9º.

⁵⁶ ALMIRANTE TAMANDARÉ, 2001, art. 7º.

⁵⁷ ALMIRANTE TAMANDARÉ, 2001, anexo I.

20% do vencimento básico). O adicional era pelo tempo de serviço, que equivale a 1% do vencimento básico por um ano de efetivo exercício, com o limite de 35%⁵⁸.

Essa lei, que instituiu o Plano de Carreira do Magistério Público de Almirante Tamandaré em 2001, foi revogada no ano de 2006 pela nova lei que dispunha sobre o Estatuto e Plano de Cargos e Salários do Profissional da Educação. Ela alterou o período probatório para três anos e exige a habilitação mínima do professor com formação em nível superior para o ingresso. Também colocou o nível N1 em extinção, o qual se caracterizava por professores com habilitação em magistério no nível médio, com ou sem estudos adicionais, e a licenciatura curta. Por sua vez, ela regulamentou quais vantagens pecuniárias são incorporadas ao vencimento para composição da remuneração, tais como as gratificações e os adicionais por tempo de serviço, de incentivo ao mérito e pelo exercício da docência em educação especial e/ou escolas especiais⁵⁹.

A mesma lei de 2006 regulamentou que o município deveria aplicar nunca menos que 64% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério do Ensino Fundamental.

O vencimento básico⁶⁰ para os professores com carga horária de 20 horas passou a ser de R\$ 340,54 para professores no N1. Esse valor foi alterado novamente em 2010⁶¹ estabelecendo para N1 a remuneração de R\$512,36, N2 de R\$742,92 e N3 de R\$854,35.

O município aprovou duas Leis⁶² que caracterizaram o abono salarial aos professores municipais com recursos do saldo do FUNDEF. Isso para os professores em efetivo exercício em seus respectivos anos de promulgação. Em 2002, a lei não descrevia o valor desse abono, sendo em 2005 especificado o valor de até R\$

⁵⁸ ALMIRANTE TAMANDARÉ, 2001, art. 15, 16, 17 e 18.

⁵⁹ Na Lei Complementar nº6/2006, o art. 57 modifica e classifica as vantagens pecuniárias em: I – gratificação por tempo de serviço; II – adicional por tempo de serviço; III – adicional de incentivo ao mérito; IV – adicional por exercício docência em educação especial; V – ajuda de custo e diária; VI – adicional de insalubridade para docentes em escolas especiais; VII – adicional de 1/3 de férias; VIII – gratificação natalina; e IX – plano odontológico e de saúde aos professores.

⁶⁰ Lei Complementar nº6/2006, art. 55. O art. 56 define o peso de N1 como o valor de 1,00, o de N2 como 1,45 e o N3 como 1,60 sobre o vencimento básico.

⁶¹ Lei Complementar nº15/2010, anexo I.

⁶² Leis nº876/2002 e nº 1.140/2005.

600,00 por professor⁶³. Esses abonos não se incorporaram aos vencimentos dos professores.

Somente no ano de 2001 é que ocorreu reajuste dos valores da tabela salarial dos professores de 1998. Essa atualização foi resultante do Plano de Carreira do Magistério, que reajustou a remuneração dos professores com magistério em 25%, dos professores com graduação em 12% e dos com pós-graduação em 9%.

A tabela 3 registra os percentuais desse reajuste na remuneração inicial para os professores com graduação.

TABELA 3 – PERCENTUAL DE REAJUSTES DA TABELA SALARIAL DOS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO EM ALMIRANTE TAMANDARÉ – 1998 A 2010

Percentual de Reajuste da Remuneração Inicial dos Professores						
1998	2001	2005	2007	2008	2009	2010
12%	11%	11%	11%	13%	12%	7%

FONTE: ALMIRANTE TAMANDARÉ (1998, 2001, 2005, 2007, 2008, 2009, 2010). Elaborado pela autora

A partir de 2005, o município realizou o reajuste de suas tabelas, essas informações foram disponibilizadas pela prefeitura, através do Departamento de Comissão e Gestão da Secretaria de Educação. Os percentuais de reajuste das tabelas salariais foram de 11% em 2005, de 11% em 2007, de 13% em 2008, de 12% em 2009 e de 7% em 2010. A seguir, será observado o que significa, em valores reais, o vencimento inicial dos professores em Almirante Tamandaré.

TABELA 4 – REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - ALMIRANTE TAMANDARÉ - 1998 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/2010) – BRASIL (IBGE)

											PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL		
	FUNDEF										FUNDEB		
	1998	1999*	2000*	2001	2002*	2003*	2004*	2005	2006*	2007	2008	2009	2010
Vencimento Inicial Magistério	555,55	513,99	487,33	557,66	495,47	439,42	421,04	436,29	425,28	450,47	474,83	510,54	512,36
Vencimento Inicial Graduação	895,62	828,62	785,63	808,61	718,45	637,17	610,52	632,62	616,65	653,18	688,50	740,29	742,92
Vencimento Inicial Pós-Graduação	1056,83	977,77	927,05	929,91	826,21	732,75	702,10	727,51	709,15	751,15	791,77	851,33	854,35

* Anos sem reajuste no valor da remuneração

FONTE: ALMIRANTE TAMANDARÉ (1998, 2001, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010). Elaborado pela autora

⁶³ Lei nº 1.140/2005, art. 1º.

A tabela 4 inicia-se no ano de 1998 com a primeira menção de remuneração em lei, e sua construção contemplou as remunerações mencionadas em leis municipais nos anos de 1998 e 2001, bem como as remunerações disponibilizadas pelas tabelas salariais fornecidas pela prefeitura dos anos de 2004 a 2010.

Salvo pelo ano em que foi implantado o Plano de Carreira do Magistério Municipal de 2001, a remuneração inicial dos professores sofreu desvalorização em termos de valores reais.

Durante o período do FUNDEF, de 1998 a 2006 os valores da remuneração inicial entraram em decréscimo. No ano de transição dos fundos, do FUNDEF para o FUNDEB, de 2006 para 2007, registrou-se o aumento na remuneração, expresso na curva ascendente da remuneração. Mesmo assim, a remuneração de 2010 não atingiu ou superou o valor de 1998 em nenhuma faixa de habilitação, conforme o gráfico 1.

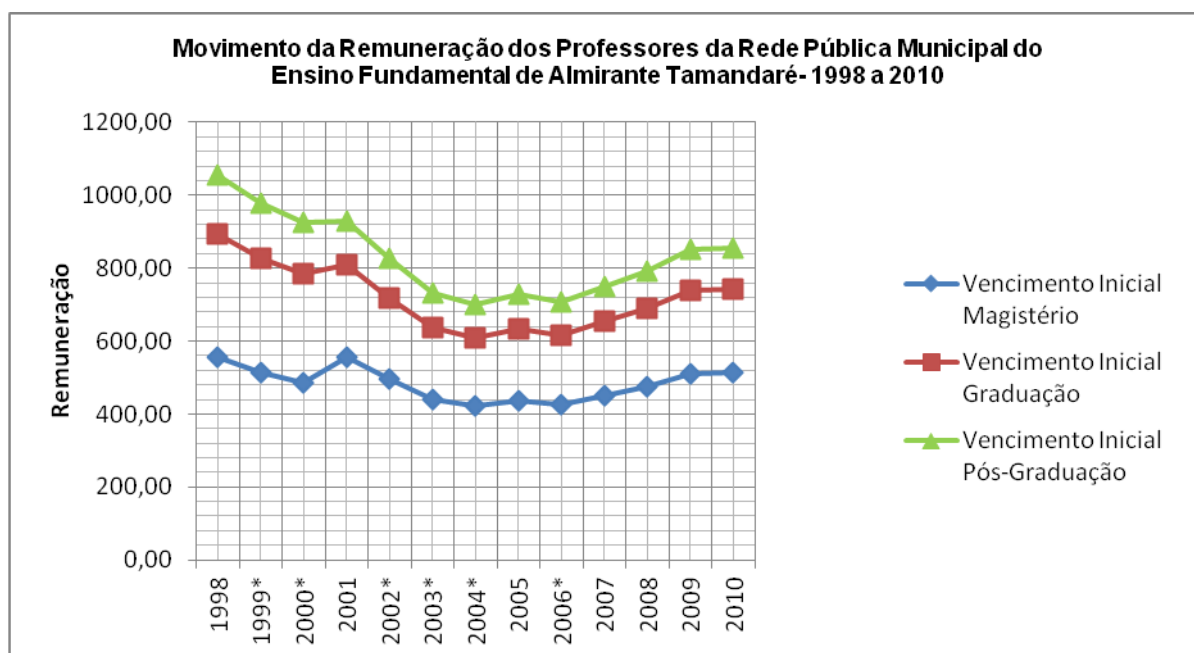


GRÁFICO 1 - MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS - ALMIRANTE TAMANDARÉ- 1998 A 2010

FONTE: ALMIRANTE TAMANDARÉ (1998, 2001, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010).
Elaborado pela autora

A política de fundos primava pela valorização dos profissionais do magistério, e para tanto, subvinculava 60% do fundo à remuneração, porém desde a sua implantação os salários desvalorizaram, segundo os dados apresentados. Durante todo o período do fundo, não houve remuneração semelhante ou maior que a de

1998, data de implantação do FUNDEF. Os abonos salariais realizados com as sobras do fundo não incidiram nos vencimentos.

Ao analisar a remuneração em relação a profissionalização no período de 1998 a 2010, tendo por sinônimo a habilitação e a qualificação profissional, apreende-se que houve tanto maior perda na remuneração quanto maior foi o nível de habilitação do profissional do magistério. Enquanto que a perda na remuneração inicial do professor com formação em nível de ensino médio de magistério corresponde a 7,77%, para o profissional com nível superior consta de 17,05% e para o com pós-graduação de 19,16%. Com o FUNDEB a remuneração retoma o processo de progressão, ainda que lentamente, nos reajustes dos valores.

No ano da implantação do PSPN, Almirante Tamandaré praticava a remuneração em valores reais de R\$ 474,83 para o professor com jornada de trabalho de 20 horas semanais, com o percentual de 10,07% abaixo do PSPN, que para o mesmo ano era de R\$ 528,00 em valores reais, segundo a proporcionalidade, conforme redação da lei do PSPN⁶⁴. Para os anos de 2009 e 2010 o município chegou a praticar o mínimo do PSPN na remuneração, que em valores reais, expressa a quantia de R\$ 510,54, em 2009, e R\$ 512,36, em 2010.

2.2 ARAUCÁRIA

Os dados sobre as condições de remuneração no município foram obtidos na Secretaria de Gestão de Pessoas do Município, coletados pessoalmente no prédio da prefeitura no departamento especificado. Foram necessários dois meses para realizar a coleta dos dados.

Foram disponibilizadas tabelas salariais dos anos de 1997, 1998, 2000, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2008, 2009 e 2010, e as leis que regulamentavam a aprovação de cada tabela e/ ou reajuste salarial dos professores do magistério do ensino fundamental. Os anos de 1999, 2001 e 2007 não tiveram reajustes.

⁶⁴ BRASIL, 2008, art. 2º, parágrafo 3º.

Também foi consultado o Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária (SISMMAR), que redirecionou ao DIEESE. Porém o DIEESE, relatou não possuir esses dados.

A tabela salarial atual dos professores da rede municipal de Araucária é regida pelo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro Próprio do Magistério⁶⁵, o qual foi instituído no ano de 2008. Até então, a tabela salarial dos professores era estruturada e regulamentada pelo Estatuto do Servidor Público de 1986⁶⁶, que regulamentou o provimento de pessoas no quadro de magistério público municipal em regime estatutário, que por sua vez foi alterada em 1991⁶⁷.

A lei de 1986 estabeleceu o QPM⁶⁸, que instituía o ingresso por concurso público de provas e títulos, com estágio probatório de três anos, estruturado em seis classes e onze níveis. As classes eram de A a F e conforme a habilitação profissional. A jornada de trabalho constava de 20 horas semanais com 20% de hora atividade. A classe “A” direcionava-se para o professor com formação mínima específica de 2º grau; a “B” para o professor com formação mínima específica de 2º grau e especialização ou curso de aperfeiçoamento totalizando 150 horas; a “C” para o professor com formação superior de curta duração ou curso de aperfeiçoamento de 300 horas; a “D” para o professor com formação superior de curta duração e um ano de estudos adicionais; a “E” para o professor com graduação em licenciatura plena; e a “F” para o professor com formação superior e mestrado ou doutorado.

A tabela salarial apresentava avanços na vertical, horizontal e diagonal. O avanço na vertical era por habilitação profissional segundo a qualificação; na horizontal, por tempo de serviço, com ajuste automático a cada quinquênio; e na diagonal de acordo com a formação continuada de 100 créditos, o que equivaleria à 5% sobre o vencimento base⁶⁹.

⁶⁵ ARAUCÁRIA, 2008

⁶⁶ ARAUCÁRIA, 1986.

⁶⁷ ARAUCÁRIA, 1991.

⁶⁸ ARAUCÁRIA, 1986, arts. 4º, 12, 22 e 23.

⁶⁹ ARAUCÁRIA, 1986, arts. 26, 29 e 33.

As vantagens eram o adicional por tempo de serviço, a gratificação, a ajuda de custo e o auxílio funeral⁷⁰. As gratificações eram classificadas especialmente por estarem no serviço de secretaria, direção, servente, merendeira, assistente social e outras atividades extras exercidas por professores da zona rural, e no salário família, sendo incorporadas ao vencimento. Aos professores de educação ou reabilitação especial em exercício por dois anos consecutivos e habilitação específica para esse trabalho, a lei validava o percentual de 30% incorporável aos proventos de aposentadoria.

As remunerações⁷¹ disponibilizadas pela lei, pertinentes aos professores com formação mínima de 2º grau, superior em licenciatura plena, e superior com pós-graduação correspondiam às classes “A”, com valores reais,⁷² de R\$ 908,69, “E” de R\$ 1724,24 e “F” de R\$ 2241,51.

Em 2008, foi instituído o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro Próprio do Magistério⁷³, que reestruturava o novo Plano de Carreira do município com algumas modificações e especificações, dentre elas, a extinção das classes iniciais, permanecendo somente as classes E e F. Esse fato resultou no ingresso de professores com formação mínima de nível superior com licenciatura plena, no aumento dos créditos a serem validados para o acréscimo de 5% sobre o vencimento base para 360 créditos, na promoção automática horizontal a cada 2 anos e na gratificação de 5% sobre os vencimentos a cada quinquênio.

A proposição de valorização dos profissionais da educação e sua remuneração condigna era parte constituinte do corpo da lei⁷⁴. O Plano de Carreira era para os profissionais do magistério Docência I, professores de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, Docência II, professores de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental e Pedagogos.

⁷⁰ ARAUCÁRIA, 1986, art. 79.

⁷¹ ARAUCÁRIA, 1986, Anexo III.

⁷² Os valores nominais são Cr\$ 2122,56 para “A”, Cr\$ 4027,56, para “E” e de Cr\$ 5235,83 para “F”.

⁷³ ARAUCÁRIA, 2008, arts. 4º, 32 e 33.

⁷⁴ ARAUCÁRIA, 2008, art. 3º.

O Plano regulamentava duas classes⁷⁵: classe I para docência I; e classe II para docência II e pedagogos. Será contemplada na análise a classe I, que é o objeto desta pesquisa.

A classe I⁷⁶ possuía cinco níveis, de I a V, e cada nível possuía vinte referências, de A a T. Os níveis eram de acordo com a formação: “I” para professores com formação do ensino médio na modalidade normal e com a remuneração inicial, em valores reais⁷⁷, de R\$ 929,35; “II” para professores com licenciatura curta e remuneração de R\$ 1161,69; “III” para professores com licenciatura plena e R\$ 1394,03; “IV” para professores com licenciatura curta ou plena e especialização e R\$ 1533,43; e o “V” para professores com licenciatura curta ou plena e Mestrado e R\$ 1763,44. Para composição de análise serão estudados os níveis I, III e IV.

A progressão na tabela era vertical, horizontal e por certificação⁷⁸. A progressão na horizontal era pelo tempo de serviço e pela avaliação de desempenho, que acontece a cada três anos. A promoção vertical era pela habilitação e formação do professor, a qual também se dava a cada três anos. A progressão por certificação equivale a 5% nos vencimentos por 360 créditos validados, podendo ser a cada três anos, no limite de sete progressões.

As tabelas salariais fornecidas pela prefeitura dos anos de 1997 a 2000 são regidas pela Lei nº792/91⁷⁹, que estabelecia a remuneração inicial, em valores reais⁸⁰, de: “A” em R\$ 473,02; “E” em R\$ 897,72; e “F” em R\$ 1167,06.

No ano de 1998, vigoraram duas tabelas salariais, uma que incorporou o abono aos vencimentos⁸¹ e outra que aprovou o reajuste de 5% sobre os valores do vencimento⁸². Para composição deste trabalho considerar-se-á a última tabela

⁷⁵ ARAUCÁRIA, 2008, art. 7º.

⁷⁶ ARAUCÁRIA, 2008, art. 8º e anexo III.

⁷⁷ Os valores nominais que corresponde a remuneração de acordo com os níveis: “I” – R\$ 836,00; “II” – R\$ 1045,00; “III” – R\$1254,00; “IV” – R\$ 1379,40; “V” – R\$ 1586,31.

⁷⁸ ARAUCÁRIA, 2008, arts. 13 e 15.

⁷⁹ Disponibilizados pelos Anexos III e VIII.

⁸⁰ Os valores nominais correspondentes são de Cr\$ 76.175,06, Cr\$ 144.568,34, e Cr\$ 187.943,20.

⁸¹ ARAUCÁRIA, 1998a.

⁸² ARAUCÁRIA, 1998b.

salarial reajustada, do ano 2000, período em que ocorreu o reajuste de 10% sobre a tabela salarial⁸³.

Em 2001, entrou em vigor outra tabela de vencimentos ao grupo do magistério⁸⁴, e sobre essa tabela incidiram os reajustes homologados em lei a partir de 2002. No ano de 2002 incidiu 10%⁸⁵ de reajuste, em 2003 de 15%⁸⁶, em 2004 de 18,58%⁸⁷ e no ano de 2005 observam-se dois reajustes durante o ano, o primeiro em junho de 4%⁸⁸, e o segundo em outubro de 3%⁸⁹. No mesmo ano da instituição do Plano de Carreira e Cargos do Magistério, 2008, incidiu o reajuste de 10% sobre a tabela vigente. E em 2009, houve reajuste de 6,11%, e 2010 de 7%. A tabela 5 apresenta os valores resultantes dessa movimentação.

TABELA 5 – REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - ARAUCÁRIA - 1996 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/ 2010) – BRASIL (IBGE)

													PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL			
			FUNDEF									FUNDEB				
	1996	1997	1998	1999 *	2000	2001 *	2002	2003	2004	2005	2006	2007 *	2008	2009	2010	
Vencimento Inicial Magistério	343,11	468,04	644,93	596,68	622,30	569,69	556,78	567,86	645,20	627,26	629,77	600,97	1022,39	1041,37	1044,09	
Vencimento Inicial Graduação	651,17	888,31	1074,87	994,46	1037,16	949,47	1056,54	1077,57	1224,34	1190,28	1195,05	1140,41	1533,43	1562,05	1566,14	
Vencimento Inicial Pós-Graduação	846,55	1154,85	1347,53	1246,72	1300,25	1190,32	1373,52	1400,86	1591,65	1547,38	1553,58	1482,55	1686,77	1718,26	1722,75	
* Anos sem reajuste no valor da remuneração																

* Anos sem reajuste no valor da remuneração

FONTE: ARAUCÁRIA (1996, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010). Elaborado pela autora

A tabela salarial da remuneração dos professores pertinente ao ano de 1996 está disposta em lei⁹⁰, e todas as outras tabelas foram fornecidas pela prefeitura. Os anos de 1999, 2001 e 2007 foram os anos que não tiveram reajuste salarial em

⁸³ ARAUCÁRIA, 2000.

⁸⁴ ARAUCÁRIA, 2001, anexo III.

⁸⁵ ARAUCÁRIA, 2002.

⁸⁶ ARAUCÁRIA, 2003.

⁸⁷ ARAUCÁRIA, 2004.

⁸⁸ ARAUCÁRIA, 2005a.

⁸⁹ ARAUCÁRIA, 2005b.

⁹⁰ ARAUCÁRIA, 1991

valores nominais, portanto foi replicada a remuneração do ano antecessor, e esses são os anos em que houve um decréscimo na remuneração, devido aos efeitos inflacionários

A remuneração dos professores no município de Araucária, partindo de 1996 a 2010, apresentou uma progressão com percentual diferenciado na remuneração. Ao partir da análise do ano inicial da tabela e do último ano, nota-se que foi registrado maior ganho na remuneração inicial dos professores com magistério, cerca de 304,30%, já para os professores com nível de ensino superior o ganho chegou a 240,51% e para os professores com pós-graduação a 203,50%.

Os maiores reajustes da remuneração se deram no primeiro ano do FUNDEF, 1998, e em 2008, no ano da implantação do PSPN. No ano de implantação do FUNDEB não ocorreu ganho salarial, e sim perda por falta de reajuste salarial do ano de 2006 a 2007.

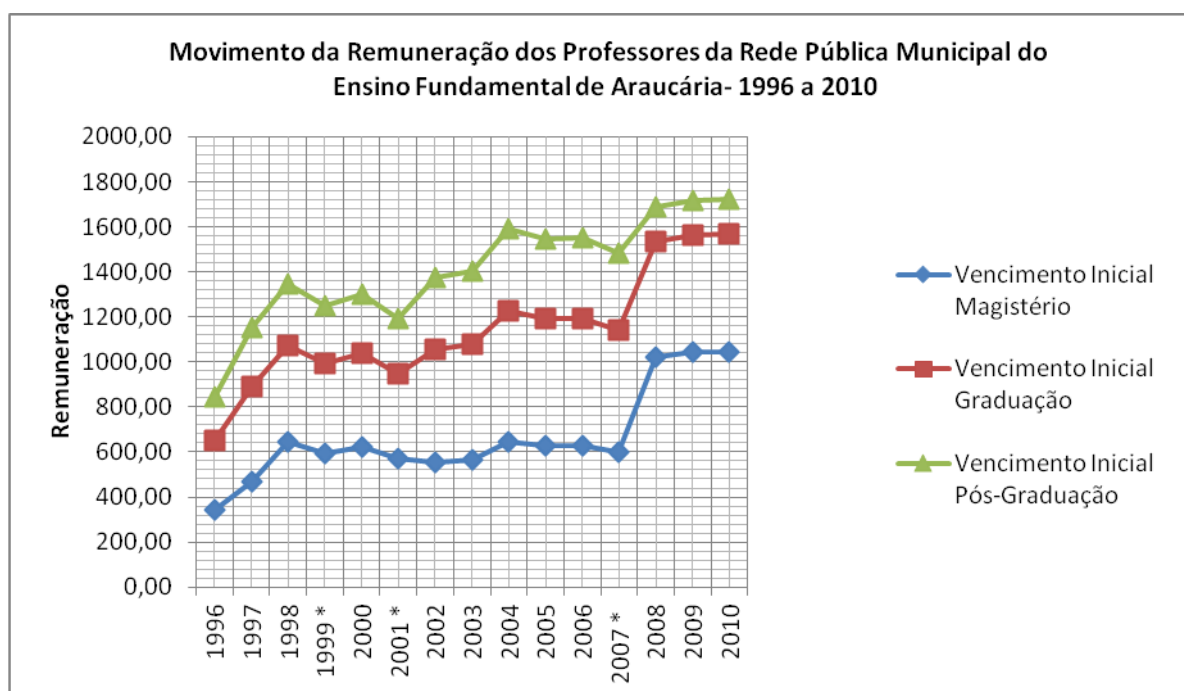


GRÁFICO 2 - MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - ARAUCÁRIA – 1996 A 2010

FONTE: ARAUCÁRIA (1996, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010). Elaborado pela autora

No ano da implantação do PSPN, o valor da remuneração para professor com 20 horas semanais de jornada de trabalho foi de 51,64% maior que a

proporcionalidade mínima do PSPN para o ano de 2008⁹¹ para professores com jornada de trabalho de 20 horas semanais.

Este é o município que apresentou as maiores remunerações de professores da rede municipal pública no PARMC.

2.3 CAMPINA GRANDE DO SUL

O primeiro contato com o município foi com a Secretaria da Educação para coleta de dados. A partir deste, foi encaminhado o contato à Secretaria Administrativa, que informou que poderia redirecionar-se e fazer a intermediação junto à Secretaria de Recursos Humanos. Após alguns contatos, a secretaria administrativa fez a orientação para se entrasse em contato direto com o Departamento de Recursos Humanos, que após ligações insistentes informou não possuir as informações correspondentes ao período solicitado. Somente a partir de 2008 é que seria possível localizar esses dados por meio eletrônico. Foi informado, então, o número da lei para consulta no próprio sítio eletrônico da prefeitura⁹², de onde foram obtidas as informações pertinentes para esta pesquisa no município.

A tabela salarial atual dos professores da rede municipal de Campina Grande do Sul é regida pelo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal de 2008⁹³. Anteriormente, três mecanismos legais legislaram sobre a tabela salarial dos professores, o Estatuto do Magistério, o Estatuto do Servidor Público em regime único e o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério.

O Estatuto do Magistério Público foi instituído em 1986⁹⁴ e regulamentava o ingresso por teste; o período de estágio probatório em 02 anos; a jornada de trabalho em 20 horas semanais; a promoção vertical por habilitação e horizontal por merecimento, a cada biênio; e as vantagens por gratificação, por tempo de serviço

⁹¹ PSPN em 2008 em valores reais aplicado o mínimo de proporcionalidade conforme lei é R\$ 528,00.

⁹² <http://www.pmcgs.pr.gov.br/portal/> Site Prefeitura de Campina Grande do Sul.

⁹³ CAMPINA GRANDE DO SUL, 2008.

⁹⁴ CAMPINA GRANDE DO SUL, 1986.

de 5% a cada quinquênio e ajuda de custo; salário-família e 13º salário. O QPM foi estruturado em classes, com valores de remuneração em salário mínimo.

No ano de 1991⁹⁵, passou a vigorar o Estatuto do Servidor Público em regime único. A disposição sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério foi feita no ano de 1998⁹⁶ em adaptação à lei do FUNDEF, cujo objetivo explicitado era a promoção da valorização dos profissionais da educação. Então, o ingresso passou a ser por concurso público de provas e títulos⁹⁷, com exigência mínima de habilitação de nível médio em magistério ou superior em pedagogia, com a jornada de trabalho mínima de 20 horas e máxima de 40 horas, tendo 20% destinado a hora atividade. Também foi feito a menção ao estágio probatório, no entanto, sem especificação do tempo, e sim, o que seria avaliado.

O plano era estruturado pelos elementos constitutivos de quadro, cargo, classe e referência⁹⁸. A classe correspondia à habilitação e qualificação profissional, e à referência à faixa salarial. Cada classe compreendia onze referências, sendo que a primeira referência igualava-se à remuneração inicial de cada classe, e as demais, às progressões funcionais. A estrutura de classes era definida: “MI” o professor com habilitação de segundo grau na modalidade magistério com a remuneração inicial em valor real⁹⁹ de R\$ 596,76; “MII” o professor com segundo grau na modalidade magistério com estudos adicionais ou especialização com R\$ 683,50; “MIII” o professor com licenciatura curta com R\$ 729,83; “MIV” o professor com licenciatura curta em pedagogia e outra licenciaturas plenas e valor de remuneração inicial de R\$ 787,77; “MV” o professor com licenciatura plena em pedagogia e R\$ 834,11; e “MVI” o professor com pós-graduação e remuneração inicial de R\$ 880,45.

O desenvolvimento do plano se dava por progressão funcional e promoção¹⁰⁰. A promoção era por avanço de classe, segundo a habilitação e qualificação

⁹⁵ CAMPINA GRANDE DO SUL, 1991.

⁹⁶ CAMPINA GRANDE DO SUL, 1998, art. 2º

⁹⁷ CAMPINA GRANDE DO SUL, 1998, arts. 8º, 9º, 11 e 23.

⁹⁸ CAMPINA GRANDE DO SUL, 1998, arts. 12, 13, 14 e anexo II.

⁹⁹ Os valores nominais eram “MI” – R\$ 270,60; “MII”- R\$ 302,37; “MIII”- R\$322,87; “MIV”- R\$ 348,50; “MV”- 369,00; 3 “MVI” – R\$389,50.

¹⁰⁰ CAMPINA GRANDE DO SUL, 1998, art. 15.

profissional em titulação, e o progresso por avanço de referência por merecimento, mediante obtenção de créditos, sendo realizado a cada dois anos e com a totalização de 100 créditos.

As gratificações incorporadas ao vencimento eram por exercício na função de direção, coordenação orientação e supervisão educacional¹⁰¹; para os professores em classes especiais; para os professores de 1ª série; e por dia de aula efetivamente ministrado como regência de classe. Existia ainda o adicional por tempo de serviço¹⁰².

Em 2008¹⁰³, passou a vigorar um novo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério no Município, objetivando a promoção da valorização, desenvolvimento na carreira e aperfeiçoamento continuado com remuneração dos profissionais do magistério condigna¹⁰⁴ e adequadas condições de trabalho.

O plano promoveu algumas regulamentações e modificações, tais como: o período do estágio probatório em três anos¹⁰⁵; o ingresso do professor com habilitação mínima de nível superior em licenciatura plena¹⁰⁶, extinguindo as classes de ingresso do professor com ensino médio na modalidade normal, com estudos adicionais e licenciatura curta; alterando a nomenclatura da estrutura de classes para “F”¹⁰⁷, cada uma com dezesseis referências.

Segundo as classes com jornada de trabalho de 20 horas semanais, “F-1” para o professor com ensino médio na modalidade magistério com a remuneração, em valor real¹⁰⁸, de R\$ 682,45; “F-2” para o professor com licenciatura plena ou pedagogia e R\$ 931,10; “F-3” para o professor com licenciatura plena ou pedagogia e especialização e R\$ 987,51; e “F-4” para o professor com licenciatura plena ou pedagogia e mestrado ou doutorado e remuneração inicial de R\$ 1023,68.

¹⁰¹ CAMPINA GRANDE DO SUL, 1998, anexo III.

¹⁰² CAMPINA GRANDE DO SUL, 1991, art. 73.

¹⁰³ CAMPINA GRANDE DO SUL, 2008, revoga a Lei nº17/1998.

¹⁰⁴ CAMPINA GRANDE DO SUL, 2008, art. 5º.

¹⁰⁵ CAMPINA GRANDE DO SUL, 2008, art. 16.

¹⁰⁶ CAMPINA GRANDE DO SUL, 2008, art. 10.

¹⁰⁷ CAMPINA GRANDE DO SUL, 2008, anexo da lei, tabela I.

¹⁰⁸ Os valores nominais de remuneração são: “F-1”- R\$613,90; “F-2”-R\$837,57; “F-3”- R\$888,32; “F-4” – 920,85 .

A promoção como mecanismo de progressão funcional passou a ser por avanço vertical e diagonal¹⁰⁹. O avanço vertical se deu pela mudança de classe, segundo a habilitação do professor, e o avanço diagonal caracterizou-se pela mudança de referência por merecimento, segundo critérios estabelecidos e especificados na tabela III dessa lei, sendo possível a cada dois anos, desde que possuindo o mínimo de 100 créditos.

Os únicos reajustes localizados no período proposto¹¹⁰ pela pesquisa foram do ano de 2003, os quais estabeleciam o reajuste de 10% da tabela de vencimentos do Quadro Único do Magistério constante no QPM, com vistas ao cumprimento ao FUNDEF¹¹¹, no ano de 2004 e em 2010, com o reajuste¹¹² de 4,31% aos servidores públicos sobre seus vencimentos.

TABELA 6 - REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - CAMPINA GRANDE DO SUL -1998 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/2010) – BRASIL (IBGE)

			PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL		
	FUNDEF		FUNDEB		
	1998	2003	2008	2009*	2010
Vencimento Inicial Magistério	596,76	415,38	682,45	655,16	640,36
Vencimento Inicial Graduação	813,76	566,43	931,10	893,86	873,67
Vencimento Inicial Pós-Graduação	858,97	597,89	987,51	948,02	926,61

* Ano sem reajuste no valor da remuneração

FONTE: CAMPINA GRANDE DO SUL (1998, 2003, 2008, 2009, 2010). Elaborado pela autora

A tabela 6 foi construída com os valores de remuneração localizados nas leis municipais da prefeitura. Optou-se por não projetar os valores nos anos faltantes justamente por caracterizarem intervalos de quatro anos consecutivos sem informação de remuneração, evitando, assim, possíveis distorções.

¹⁰⁹ CAMPINA GRANDE DO SUL, 2008, arts. 20 e 21.

¹¹⁰ A lei ordinária nº100/2009 tem a mesma tabela com os mesmos valores de remuneração praticada no ano de 2008 em seu anexo, na tabela I.

¹¹¹ CAMPINA GRANDE DO SUL, 2003, art. 1º

¹¹² CAMPINA GRANDE DO SUL, 2010, art. 1º

Com esses dados foi possível visualizar que ocorreu ganho de 7% na remuneração inicial dos professores, analisando os anos de 1998 e 2010, independentemente do nível de qualificação de ingresso.

Durante o período do FUNDEF tem-se dois anos de referência de tabela salarial da remuneração inicial dos professores, o ano de implantação do fundo, 1998, e o de 2003. Esse período expressou perda na remuneração, ainda que sobre o ano de 2003 apresentasse a incidência de 10% de reajuste sobre a remuneração inicial de 1998.

O ano de 2008 foi o primeiro ano com registro de valor de remuneração dos professores no período do FUNDEB. Os três últimos anos da tabela salarial acima, 2008, 2009 e 2010 configuraram uma segunda curva de declínio da remuneração, após a ascensão do ano de 2003 a 2008.

A remuneração praticada pelo município, com exceção do ano de 2003, apresentou valores mínimos condizentes com o PSPN, mesmo antes de sua implantação. No ano da implantação do PSPN, 2008, a remuneração praticada pelo município estava 29,25% acima da proporcionalidade mínima da remuneração.

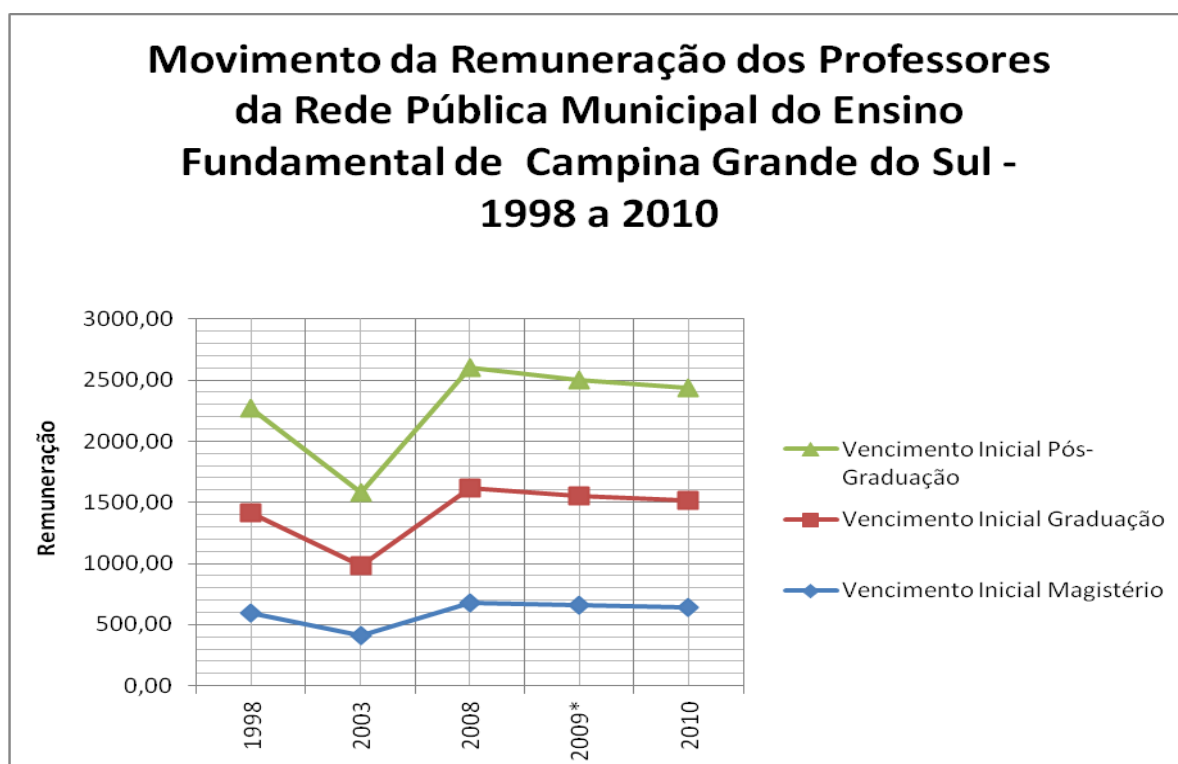


GRÁFICO 3 - MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA, COM JORNADA DE 20 HORAS SEMANAIS - CAMPINA GRANDE DO SUL - 1998 A 2010
 FONTE: CAMPINA GRANDE DO SUL (1998, 2003, 2008, 2009, 2010). Elaborado pela autora

A remuneração dos professores no município de Campina Grande do Sul esteve em processo crescente na curva do movimento das remunerações, comparando ao ano inicial e ao ano final do gráfico 3. O destaque é para o ano de 2003 em que ocorreu a desvalorização da remuneração, contabilizando a perda do percentual de 30%. Por sua vez, os anos de 2009 e 2010 apresentaram um leve declínio na remuneração.

A remuneração inicial dos professores com nível superior, tanto em graduação quanto em especialização, apresentou valores aproximados, representando um percentual de 6% de variação entre os níveis, enquanto do magistério para o superior o diferencial percentual foi de 36%, o que permite identificar uma valorização da formação inicial dos professores na remuneração.

2.4 CAMPO LARGO

Foram obtidos contatos com a Secretaria Municipal da Educação deste município e com o Sindicato. O Sindicato mencionou não possuir as informações solicitadas, a não ser as correspondentes ao ano de 2010.

A Secretaria Municipal da Educação transferiu à Secretaria de Recursos Humanos, e este, para o Departamento de Educação Salarial, o qual, por sua vez, disponibilizou as tabelas salariais dos anos 1996, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, e as leis pertinentes ao estatuto, plano de carreira, tabelas e reajustes salariais¹¹³. A remuneração dos professores no ano de 2002 foi especificada na Lei Municipal Ordinária nº1647/2002.

O estatuto do magistério foi instituído no ano de 1986¹¹⁴. Em 1991¹¹⁵, essa lei foi revogada, retornando ao regime do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, ou seja, o mesmo que regeria os professores da rede pública.

No ano de 1996¹¹⁶, ocorreu a organização das carreiras funcionais dos servidores públicos do município. Nesse processo, os professores faziam parte do 'II'

¹¹³ CAMPO LARGO, 1998; 1996; 2003; 2004a; 2004b; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009.

¹¹⁴ CAMPO LARGO, 1986.

¹¹⁵ CAMPO LARGO, 1991.

- Grupo Ocupacional do Magistério (MG)¹¹⁷, que exigia a habilitação em nível de primeiro e segundo grau, com progressão funcional por mérito e avaliação, no período de dois anos, como estágio probatório¹¹⁸.

A tabela salarial do Grupo Ocupacional Magistério e a remuneração dos professores eram definidas de acordo com a habilitação e qualificação de titulação, sendo classificado por referências: “MG-23” para professor com habilitação em magistério com a remuneração em valor real¹¹⁹ de R\$428,27; “MG-16” para especialista com R\$ 443,77; “MG-30” para professor com licenciatura curta de 1ª a 4ª série com R\$ 480,33; “MG-34” para professor com licenciatura plena para séries iniciais com R\$ 519,94; e “MG-88” para professor com pós-graduação e remuneração inicial de R\$ 1514,82.

Em 1998¹²⁰, foi contemplado o reconhecimento do direito de reposição salarial aos servidores municipais, na proporção de 32%¹²¹, correspondente ao período de 1995 a 1998, apurados pelo INPC, segundo a prefeitura de Campo Largo.

No quadro ocupacional do magistério, as classes pertinentes a esta pesquisa são dos professores públicos com habilitação em magistério (MG-23), graduação (MG-34) e pós-graduação (MG-88). Portanto, com o reajuste em 1998, a remuneração inicial em valores reais¹²² foi: “MG-23” com R\$ 454,01, “MG-34” com R\$ 495,27, e “MG-88” com R\$ 1351,14.

Em 2002¹²³, foi instituído o Plano de Carreira do Magistério Público, o qual especificava que a remuneração deveria ser condigna. O ingresso do professor era

¹¹⁶ CAMPO LARGO, 1996.

¹¹⁷ Redação dada pela Lei Ordinária nº1925/2006, modificando a nomenclatura do grupo anteriormente denominado Grupo Ocupacional Profissional da Educação (PE), segundo a Lei Ordinária nº1.200/1996, art. 6º.

¹¹⁸ CAMPO LARGO, 1996, art. 27.

¹¹⁹ Os valores nominais da remuneração inicial eram de: “MG-23”- R\$173,15; “MG-16”- R\$ 183,75; “MG-30” – R\$ 198,89; “MG-34”- R\$ 215,29; e “MG-88” – R\$ 627,24.

¹²⁰ Lei Ordinária nº1.354/1998.

¹²¹ Segundo a Lei Ordinária nº1.354/1998 a proporção de até 32% fica especificada como: I – 32% aos que percebem vencimentos até R\$ 112,00; II – 16% aos que percebem vencimentos entre R\$ 112,01 e R\$ 200; III – 10% aos que percebem vencimentos entre R\$ 200,01 e R\$ 300; IV – 6% aos que percebem vencimentos entre R\$ 300,01 e R\$ 500; e V – de 3% que percebem vencimentos superiores a R\$ 500,01.

¹²² Os valores nominais são: “MG-23” - R\$ 200,85; “MG-34” – R\$ 236,82; e “MG-88” – R\$646,06.

¹²³ CAMPO LARGO, 2002, art. 5º.

estabelecido por concurso público de provas e títulos, para a jornada de trabalho de 20 horas semanais, sendo 16 horas aula e 4 horas atividade.

O plano passou a ser estruturado¹²⁴ em três níveis, de I a III segundo a titulação, e dez classes. Além dos vencimentos, possuía gratificações por exercício de direção, coordenação e em escola de difícil provimento, assim como, docência com alunos de necessidades especiais e adicional por titulação. Definia Nível I para os professores com formação em curso normal ou nível Médio; Nível II para os professores com licenciatura plena; e Nível III para professores com pós-graduação em nível de especialização. A remuneração de NI, em valor real¹²⁵, era de R\$589,77.

Além de estabelecer o valor da remuneração, o plano informava que o município deveria aplicar no mínimo 60% dos recursos do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério¹²⁶ e autorizava o abono aos vencimentos, no caso de excesso de execução orçamentária da receita, porém previa que tal benefício não seria permanente e nem incorporado aos vencimentos¹²⁷.

A partir de 2003, ocorreram reajustes contínuos à remuneração dos professores, de 10% no ano de 2003¹²⁸, 5% em 2004¹²⁹, de 7% no ano de 2005¹³⁰ e de 5% em 2009¹³¹.

O valor da remuneração inicial especificado na lei do Plano de Carreira do Magistério Público foi alterado por três vezes, a primeira no ano de 2004, modificando a remuneração inicial, em valores reais, para R\$ 578,84¹³², a segunda

¹²⁴ CAMPO LARGO, 2002, arts. 7º, 22, 40 e anexo.

¹²⁵ Valor nominal de R\$ 365,68.

¹²⁶ CAMPO LARGO, 2002, art. 43.

¹²⁷ Redação incluída pela Lei Ordinária nº1665/2007 ao Plano de Carreira e Magistério de Campo Largo.

¹²⁸ CAMPO LARGO, 2003, autorizando reajuste de vencimento aos integrantes do Plano de Carreira do Magistério Municipal.

¹²⁹ CAMPO LARGO, 2004a como reposição salarial aos servidores do magistério. Ainda no mesmo ano a lei nº1.754/2004 fixa em R\$422,35 o vencimento básico da carreira para jornada de 20 horas, e dá nova redação ao artigo 40 da Lei Municipal de nº1.647/2002.

¹³⁰ CAMPO LARGO, 2005.

¹³¹ CAMPO LARGO, 2009.

¹³² CAMPO LARGO, 2004b, cuja remuneração inicial no valor nominal é de R\$ 422,35.

em 2006 alterando para R\$ 598,22¹³³ e a terceira em 2007, reajustando para R\$ 616,54¹³⁴.

Em 2008¹³⁵, foi instituído novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério Municipal de Campo Largo, mantendo algumas das regulamentações do plano revogado como forma de ingresso, tais como a jornada de trabalho de 20 horas semanais e as vantagens pecuniárias, e alterando outras, como a exigência mínima de escolaridade do professor em nível superior de graduação em licenciatura plena, extinguindo, dessa forma, o nível do professor com nível médio na modalidade normal, bem como a estrutura e formas de avanço na carreira, e o período de estágio probatório para três anos.

TABELA 7 - REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – CAMPO LARGO -1996 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/2010) – BRASIL (IBGE)

													PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL			
			FUNDEF									FUNDEB				
	1996	1997*	1998	1999*	2000*	2001*	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Vencimento Inicial Magistério	418,17	401,73	454,01	420,05	398,26	364,59	589,77	575,35	578,84	578,97	598,22	616,54	592,36	597,10	598,67	
Vencimento Inicial Graduação	519,94	499,50	535,32	495,27	469,58	429,88	678,24	661,66	665,67	665,82	687,95	709,01	681,22	686,67	688,47	
Vencimento Inicial Pós-Graduação	1514,82	1455,29	1460,39	1351,14	1281,05	1172,75	746,07	727,81	732,23	732,41	756,75	779,92	749,34	755,34	757,31	

* Anos sem reajuste no valor da remuneração

* Anos sem reajuste no valor da remuneração

FONTE: CAMPO LARGO (1996, 1998, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010)
Elaborado pela autora

No ano de implantação do FUNDEF, ocorreu o reajuste da remuneração dos professores em lei com a reposição salarial aos servidores públicos do município em 1998.

¹³³ CAMPO LARGO, 2006, cuja remuneração inicial no valor nominal é de R\$ 479,02.

¹³⁴ CAMPO LARGO, 2007, cuja remuneração inicial no valor nominal é de R\$ 517,34.

¹³⁵ CAMPO LARGO, 2008b que revoga a lei Lei nº1647/2002

A tabela salarial do município permitiu notar que ocorreu a valorização da remuneração para os professores com titulação em magistério e graduação. No entanto, conforme a tabela 7, a remuneração inicial para os professores com pós-graduação entrou em declínio. Para investigar essa questão, seriam necessários estudos de como o valor dessa remuneração inicial impactou na remuneração dos professores que compunham o quadro de efetivos com pós-graduação no município de Campo Largo.

O ano inicial do FUNDEF e do FUNDEB apresentaram o reajuste na remuneração, impactando no aumento real do valor deste. Porém, no período dos fundos, a lógica da remuneração no município foi de desvalorização em valores reais da remuneração, a exceção estava no ano em que foi instituído o plano de carreira e cargos do magistério, em 2002.

No período do PSPN, o município de Campo Largo já praticava o valor da remuneração inicial, segundo a proporcionalidade mínima para a jornada de trabalho de 20 horas semanais. Isso representava 12% acima do mínimo do piso estabelecido.

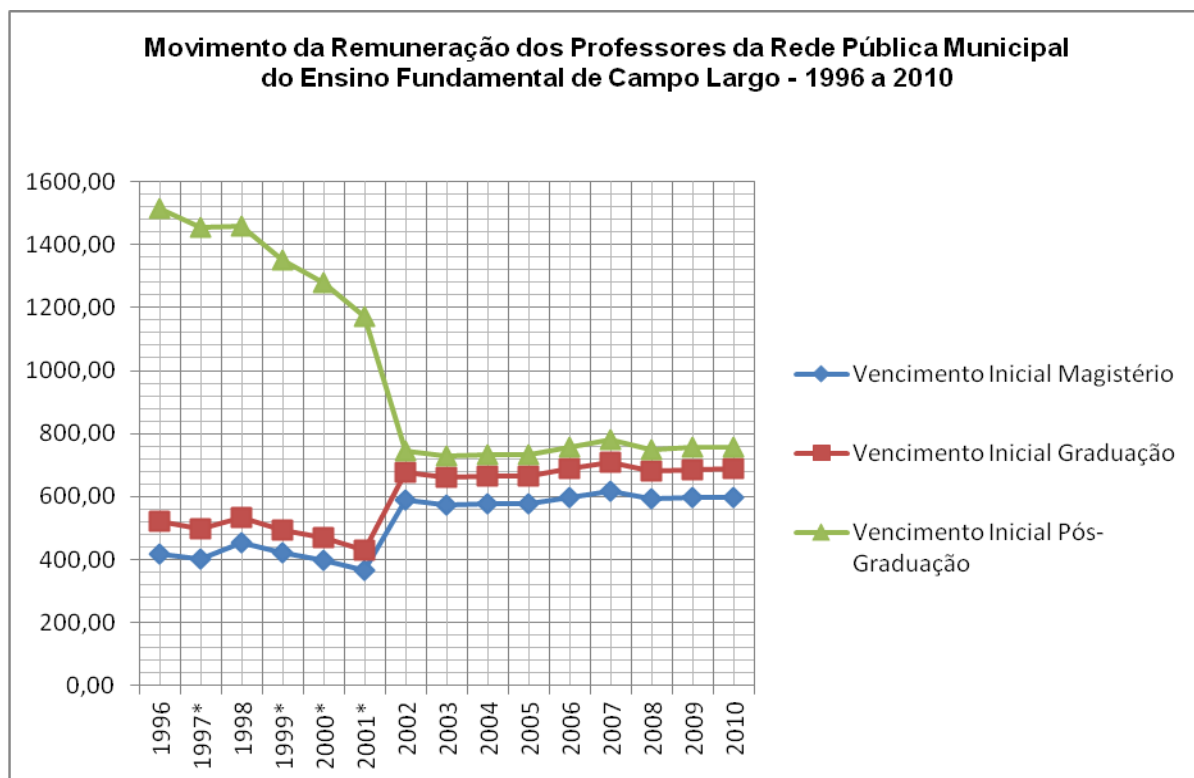


GRÁFICO 4 - MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - CAMPO LARGO - 1996 A 2010

FONTE: CAMPO LARGO (1996, 1998, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010)
Elaborado pela autora

O percentual de valorização da remuneração para os professores com titulação em magistério é de 43%, tomando a referência dos valores praticados nos anos de 1996 e 2010. Para os professores com graduação, a valorização foi um pouco menor, totalizando 32%. E para os professores com pós-graduação, ocorreu a desvalorização em 50% do valor da remuneração. O que ocorreu foi a aproximação da remuneração entre os diferentes níveis de habilitação em titulação, refletindo no achatamento do plano de carreira do magistério no município. Esse estudo não revelou o percurso do professor com pós-graduação.

2.5 CAMPO MAGRO

Não foi localizado o Sindicato de Professores neste município. O único contato foi com a Prefeitura através da Secretaria Municipal de Educação. Essa direcionou o contato para o Departamento de Recursos Humanos. A tramitação para obtenção das informações foi de forma eletrônica, com a carta de apresentação da pesquisa. Após encaminhamento, foi possível obter os dados em aproximadamente dois meses. Eles foram prontos em disponibilizar as leis e as tabelas salariais, assim como em tirar dúvidas. Junto às tabelas, havia somente a parte da lei que regulamentava a remuneração dos professores. Essa foi a única fonte de obtenção dos dados, pois não havia documentos disponibilizados no meio eletrônico, nem mesmo no site da prefeitura, portanto as explicações das tabelas salariais fornecidas pela prefeitura foram dadas pela Secretaria Municipal de Educação.

A prefeitura forneceu as tabelas salariais dos anos de 1997, 1998, 2000, 2001, 2002, 2005, 2006 e 2009.

A tabela salarial atual dos professores é regida pelo Estatuto e Plano de Cargos e Salários do Profissional da Educação¹³⁶. Anteriormente, dois mecanismos legais regularam as tabelas salariais no período pesquisado, sendo eles o Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Públicos Municipais, do ano de 1997, e o Plano de Carreira do magistério Público do Município, do ano de 2001.

¹³⁶ CAMPO MAGRO, 2009

O Plano de Cargos e Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, instituído no ano de 1997¹³⁷, estabelecia o Grupo Ocupacional Magistério (GOM). Esse grupo era estruturado em quatro classes e cada classe com doze referências: “Classe I” para os professores com titulação em pós-graduação com a remuneração inicial, em valor real¹³⁸, de R\$ 858,45; “Classe II” para professores com graduação e R\$ 696,04; “Classe III” para os professores com magistério e estudos adicionais e R\$ 510,43; e “Classe IV” os professores com magistério e remuneração de R\$ 580,04.

Em 1998¹³⁹, ocorreu a reestruturação da tabela salarial dos professores alterando as classes, que passaram a ser de A a E, porém mantendo as doze referências. A “Classe A” para professores com titulação em magistério e remuneração inicial em valor real¹⁴⁰ de R\$ 576,42; “B” para professores com magistério e estudos adicionais e R\$ 632,93; “C” para professores com licenciatura curta e R\$ 700,74; “D” para professores com licenciatura plena e R\$ 836,37; e “E” para professores com pós-graduação e R\$ 926,79.

Em 2000¹⁴¹, ocorreu outra modificação na estrutura e remuneração da tabela salarial dos professores, passando a ter seis classes, e cada classe, com dezesseis referências, que vão de A a P. De acordo com a explicação da secretaria, as adequações para as classes foram: “1” para o professor leigo e remuneração inicial em valor real¹⁴² de R\$ 498,83; “2” para o professor com magistério e R\$ 543,72; “3” para o professor com magistério e estudos adicionais e R\$ 592,64; “4” para o professor com superior de licenciatura plena e R\$ 704,12; “5” para o professor com pós-graduação especialização e R\$ 767,49; e “6” para o professor com pós-graduação mestrado ou doutorado e remuneração de R\$ 1816,91.

¹³⁷ CAMPO MAGRO, 1997a.

¹³⁸ Os valores nominais da remuneração inicial correspondem à: “Classe I” - R\$ 370,00; “Classe II” - R\$ 300,00; “Classe III” - R\$220,00; e “Classe IV” - R\$ 250,00.

¹³⁹ CAMPO MAGRO, 1998.

¹⁴⁰ Os valores nominais que correspondem a remuneração inicial são: “Classe A” - R\$ 255,00; “Classe B” - R\$ 280,00; “Classe C” - R\$ 310,00; “Classe D” - R\$ 370,00; e “Classe E” - R\$ 410,00.

¹⁴¹ CAMPO MAGRO, 2000.

¹⁴² Os valores nominais que correspondem a remuneração inicial são: “Classe 1” - R\$ 251,57; “Classe 2” - R\$274, 21; “Classe 3” - R\$298,88; “Classe 4” - R\$355,10; “Classe 5” - R\$ 387,06; e “Classe 6” - R\$ 916,32.

O Plano de Carreira do Magistério Público do Município foi instituído no ano de 2001¹⁴³, estruturando a tabela salarial dos professores em três níveis, N1, N1.1, N2 e N3, e doze classes, de A a M, para jornada de trabalho de 20 horas semanais. A de nível “N1” para o professor com titulação em magistério e remuneração inicial, em valor real¹⁴⁴, de R\$ 534,29; dentro do mesmo nível o “N1.1” para o professor com o pós-médio e R\$ 550,32; “N2” para o professor com graduação superior e R\$ 748,00; e “N3” para professores com pós-graduação e remuneração de R\$ 822,81.

A partir de 2002, observam-se reajustes da tabela de vencimentos dos profissionais do magistério, sendo em 2002 de 7%¹⁴⁵, em 2005 de 33%¹⁴⁶, e em 2006 de 19%¹⁴⁷.

No ano de 2009 foi instituído o Estatuto e o Plano de Cargos e Salários do Profissional da Educação¹⁴⁸, trazendo na redação da lei que a remuneração dos profissionais do magistério deveria ser digna e permitir-lhe melhores condições sociais e econômicas. Esse foi o único documento disponibilizado pela prefeitura na íntegra. As outras leis continham somente duas folhas, a primeira com o número da lei e sua disposição, e a segunda com as tabelas salariais dos professores.

O Estatuto de 2009 especificou a forma de ingresso na carreira de professor da rede municipal do ensino fundamental, a qual se dava por concurso público de provas e títulos; pela exigência de habilitação mínima em nível superior; com o período probatório de três anos e a jornada de trabalho de 20 horas semanais, sendo 16 para hora aula e 4 para hora atividade.¹⁴⁹ A lei também considerava a possibilidade de ter professores na jornada de 40 horas semanais¹⁵⁰.

¹⁴³ CAMPO MAGRO, 2001, art. 32 e anexo I.

¹⁴⁴ Os valores nominais que correspondem a remuneração inicial; “N1” – R\$ 294,34; “N1.1” – R\$ 303,17; “N2” – 412,07; e “N3” – R\$ 453,28.

¹⁴⁵ CAMPO MAGRO, 2002.

¹⁴⁶ CAMPO MAGRO, 2005.

¹⁴⁷ CAMPO MAGRO, 2006.

¹⁴⁸ CAMPO MAGRO, 2009, art. 30.

¹⁴⁹ CAMPO MAGRO, 2009, arts. 7º, 23, 30, 56 e 58.

¹⁵⁰ CAMPO MAGRO, 2009, art. 59.

O Plano alterou a estrutura da tabela salarial dos professores, passando a ser constituída por três níveis¹⁵¹: “NEP” sendo o nível em extinção, formado por professores com habilitação inferior à exigida para início de carreira, especificado com a remuneração inicial em valor real¹⁵² de R\$ 604,49; “NSP” por professores com ensino superior e R\$ 816,06; e “NPP” por professores com pós-graduação e R\$ 897,66.

A progressão na carreira foi por meio de crescimento vertical e horizontal¹⁵³. O crescimento vertical era por apresentação de título de habilitação. O crescimento horizontal se dava por critérios próprios, entre eles a avaliação de desempenho.

As vantagens pecuniárias¹⁵⁴ eram: gratificações pelo exercício da função de direção, de coordenação pedagógica e pela docência na modalidade de educação especial; adicional por tempo de serviço; indenização de transporte, vale alimentação e plano odontológico e de saúde, sendo que destes, os dois primeiros itens são incorporados ao vencimento.

O município deveria aplicar no mínimo 60% dos recursos provenientes do FUNDEB para a remuneração dos profissionais da educação¹⁵⁵.

¹⁵¹ CAMPO MAGRO, 2009, art. 68 e anexo IV.

¹⁵² Os valores nominais que correspondem a remuneração inicial: “NEP” – R\$ 566,42; “NSP” – R\$ 764,67; e “NPP” – R\$ 841,13.

¹⁵³ CAMPO MAGRO, 2009, arts. 45º e 47º.

¹⁵⁴ CAMPO MAGRO, 2009, art. 70º.

¹⁵⁵ CAMPO MAGRO, 2009, art. 76.

TABELA 8 – REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - CAMPO MAGRO -1997 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/2010) – BRASIL IBGE)

												PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL			
		FUNDEF									FUNDEB				
	1997	1998	1999 *	2000	2001	2002	2003 *	2004 *	2005	2006	2007 *	2008 *	2009	2010 *	
Vencimento Inicial Magistério	580,04	576,42	533,30	543,72	534,29	507,94	450,48	431,63	536,64	624,45	595,89	555,85	604,49	566,42	
Vencimento Inicial Graduação	696,04	836,37	773,80	704,12	748,00	711,12	630,68	604,29	751,30	874,23	834,26	778,20	816,06	764,67	
Vencimento Inicial Pós-Graduação	858,45	926,79	857,46	767,49	822,81	782,23	693,74	664,72	826,43	961,64	917,68	856,01	897,66	841,13	
* Anos sem reaiuste no valor da remuneração															

FONTE: CAMPO MAGRO (1997, 1998, 2000, 2001, 2002, 2005, 2006, 2009). Elaborado pela autora

No ano que antecedia ao FUNDEF, o município praticava remuneração, em valor real, maior que nos oito anos consecutivos desse fundo. O último ano do FUNDEF, 2006, apresentou a maior remuneração em todo período da pesquisa no município, esse era o ano antecessor do FUNDEB. Os anos de 2003 e 2004 foram marcados pela forte queda na remuneração. Ainda que de forma discreta, ocorreu a desvalorização, em valores reais, da remuneração dos professores no período do FUNDEF. Em 2005 e 2006, ocorreram reajustes salariais que objetivaram minimizar a desvalorização da remuneração dos professores.

Durante o FUNDEB tem-se a mesma lógica de desvalorização da remuneração em valores reais, excetuando o ano de 2009, que foi o da implantação do novo plano de cargos da educação no município, o qual refletiu no reajuste salarial dos professores pertinente ao plano.

Desde o período de implantação do PSPN, o município tem praticado a remuneração mínima exigida na proporcionalidade para os professores com jornada de 20 horas semanais, com 5% acima do mínimo da proporcionalidade do piso.

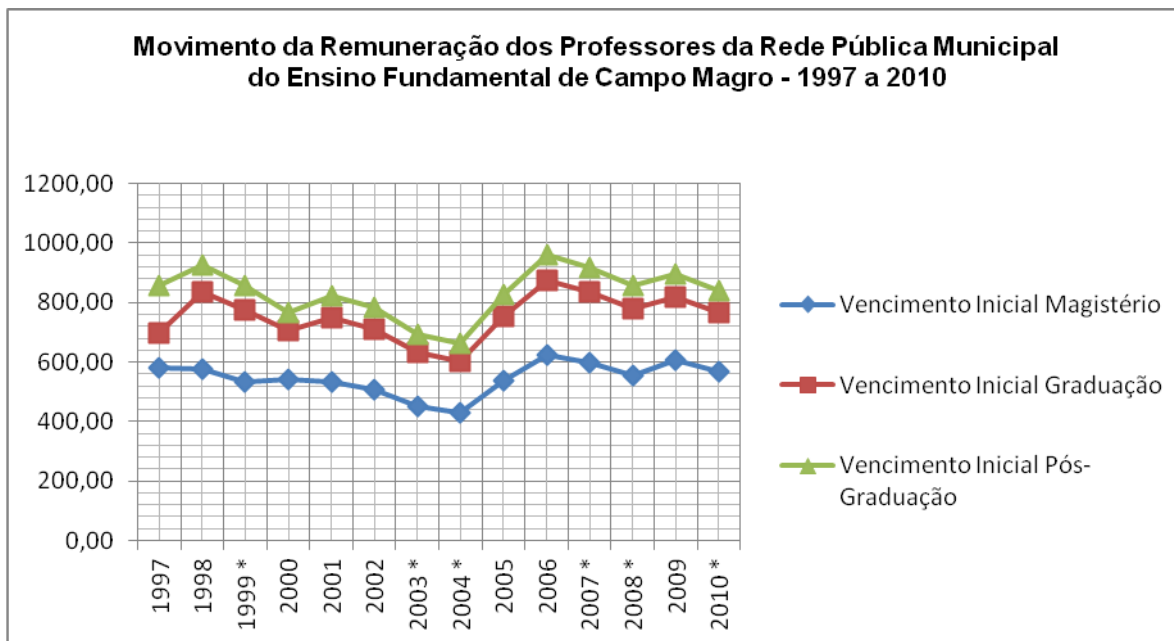


GRÁFICO 5 - MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - CAMPO MAGRO - 1997 A 2010
 FONTE: CAMPO MAGRO (1997, 1998, 2000, 2001, 2002, 2005, 2006, 2009). Elaborado pela autora

Este município, no período proposto pela pesquisa, apresentou movimentos inconstantes na remuneração inicial dos professores, oscilou em movimento crescente e decrescente nos anos analisados. O ano de 2004 foi o que registrou a maior queda no gráfico 5, com a pior remuneração na análise do período selecionado.

2.6 COLOMBO

Os contatos com este município se deram através da Associação dos Professores Municipais de Colombo e a Prefeitura. A Associação afirmou não possuir os dados requisitados. A Secretaria Municipal de Educação recomendou o Departamento de Recursos Humanos (RH). Dois meses após contato inicial, o departamento de RH informou que não havia conseguido localizar os dados, pois estavam no arquivo da prefeitura em um galpão que está em reforma. Então, solicitaram diretamente a Associação, que disponibilizou as tabelas salariais de 2006 a 2010. Para compreensão e complemento das informações sobre remuneração dos

professores, contamos com as informações disponíveis no meio eletrônico do sítio eletrônico da prefeitura¹⁵⁶.

O Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério do Município foi instituído no ano de 1998¹⁵⁷, e regulamentou o ingresso do professor por concurso público de provas e títulos, com o período probatório de três anos, qualificação mínima exigida em nível médio na modalidade normal, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, sendo 20% desta carga horária destinada a hora atividade¹⁵⁸. A lei considerou também, ao professor, a possibilidade da jornada de 40 horas semanais.

Os valores da remuneração não estavam disponíveis, conforme indicava o texto da lei que estaria no anexo, mas explicitava que o município deveria aplicar no mínimo 60% dos recursos do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério¹⁵⁹.

A estrutura da tabela salarial¹⁶⁰ dos professores era em classes, de A a D, e referências, sem especificação. A classe “A” para professores com nível médio na modalidade normal, “B” para professores com nível médio, modalidade normal e licenciatura plena em área própria do ensino fundamental, “C” para professores com nível médio, modalidade normal e licenciatura plena em pedagogia e “D” para professores com nível médio, modalidade normal e licenciatura plena em área própria do ensino fundamental e pós-graduação.

O avanço, na forma de progressão funcional, poderia ser na vertical e na horizontal¹⁶¹. Na vertical, por habilitação, e na horizontal, no período bienal e por critérios de avaliação de desempenho, dedicação, tempo de serviço, entre outros.

As gratificações pecuniárias¹⁶² eram por exercício em educação especial, função de supervisor ou coordenador na educação, de supervisor pedagógico e por tempo de serviço.

¹⁵⁶ <http://www.colombo.pr.gov.br>. Disponíveis no site estão as Leis Ordinárias nº723/1998, nº 938/2005, nº 1.074/2008 e nº 1.097/2009.

¹⁵⁷ COLOMBO, 1998.

¹⁵⁸ COLOMBO, 1998, arts.6º, 8º e 10.

¹⁵⁹ O município deverá aplicar no mínimo 60% dos recursos do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério, art. 24.

¹⁶⁰ COLOMBO, 1998, art.12.

¹⁶¹ COLOMBO, 1998, art. 14.

Em 2004, a estrutura da tabela salarial foi alterada¹⁶³, modificando as classes para A, B e C. A classe “A” para os professores com nível médio na modalidade normal, “B” para os professores com licenciatura plena, e “C” para os professores com pós-graduação, com o mínimo de 360 horas.

No ano de 2005, foi instituído novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal¹⁶⁴, estabelecendo que a remuneração dos profissionais do magistério deveria ser condigna, compatível com a dignidade, peculiaridades e importância da profissão, permitindo melhores condições sociais e econômicas aos professores.

O Plano promoveu alterações como a extinção do quadro dos professores com habilitação em nível médio “MA”¹⁶⁵, da nomenclatura das classes¹⁶⁶, para “MB” para os professores com graduação em licenciatura plena, “MC” os professores com pós-graduação em especialização, e “MD” os professores com pós-graduação em mestrado ou doutorado, especificando as vantagens pecuniárias, que são por gratificação, tempo de serviço, mérito e ajuda de custo em diárias.

Em 2009¹⁶⁷, a tabela de remuneração inicial dos professores foi reajustada.

TABELA 9 - REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - COLOMBO - 2006 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC – BRASIL (IBGE)

	PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL				
	FUNDEF	FUNDEB			
	2006	2007	2008	2009	2010
Vencimento Inicial Magistério	633,12	628,33	627,13	638,17	639,84
Vencimento Inicial Graduação	804,60	798,53	797,01	811,03	813,16
Vencimento Inicial Pós-Graduação	885,07	878,37	876,70	892,13	894,47

FONTE: APMC (2006, 2007, 2008, 2009, 2010). Elaborado pela autora

¹⁶² COLOMBO, 1998, art. 17.

¹⁶³ COLOMBO, 2004.

¹⁶⁴ COLOMBO, 2005a, art. 5º.

¹⁶⁵ COLOMBO, 2005a, art. 9º.

¹⁶⁶ COLOMBO, 2005a, art. 10.

¹⁶⁷ COLOMBO, 2009

A única tabela disponibilizada no período do FUNDEF foi do ano de 2006, e apresentou remuneração maior que os dois anos consecutivos do início do FUNDEB. No ano de 2009, ocorreu o reajuste salarial, refletindo no aumento da remuneração ultrapassando, em valores reais, aquela do ano de 2006.

O município praticou, mesmo antes da implantação do PSPN, a remuneração do piso salarial acima do mínimo da proporcionalidade estabelecida por essa lei. No ano de implantação do PSPN, 2008, a remuneração dos professores do município era 19% acima da remuneração mínima.

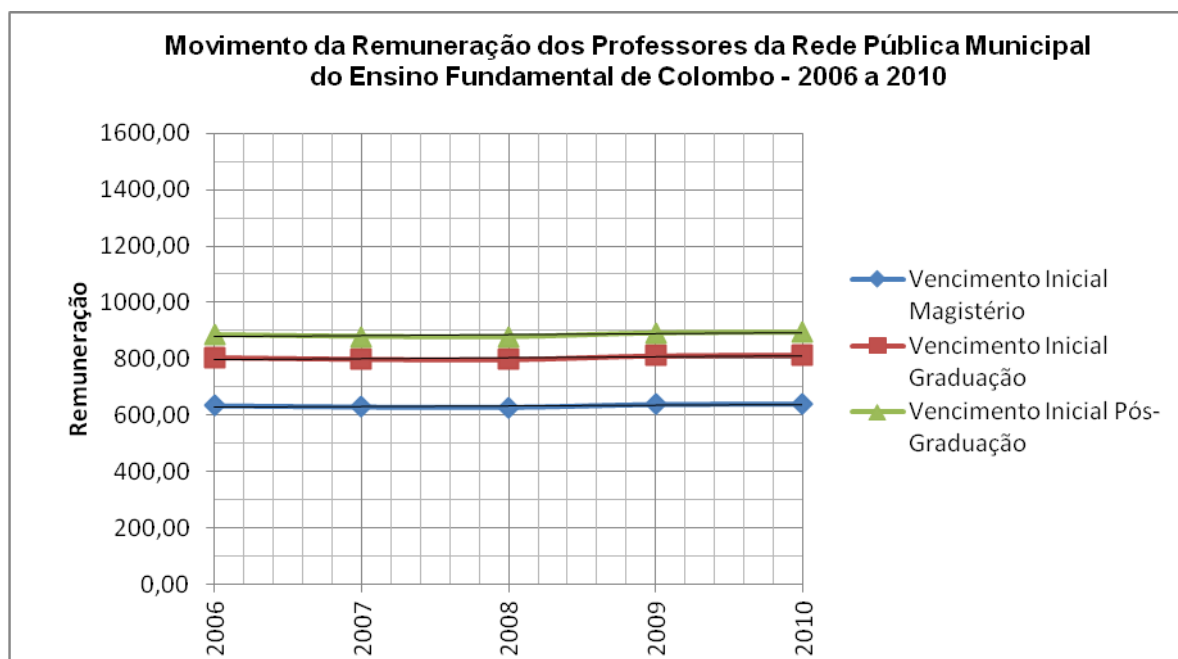


GRÁFICO 6 - MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - COLOMBO - 2006 A 2010

FONTE: APMC (2006, 2007, 2008, 2009, 2010). Elaborado pela autora

No município de Colombo, ocorreu pouca variação na remuneração no período das tabelas disponibilizadas. Não houve perda dos salários, visto que também não houve incremento. Atingiu o mínimo do PSPN, porém na lógica da valorização, não houve progresso.

2.7 CURITIBA

Os dados pertinentes a Curitiba foram obtidos junto ao Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (SISMMAC), o qual forneceu as tabelas salariais de 1996 a 2010. Em contato com a prefeitura de Curitiba, foi recomendado entrar com a solicitação pela assessoria da Secretaria Municipal de Educação. Foi o último município contatado, via telefone, no dia 27 de julho de 2011, e a entrega da carta de apresentação se deu em 29 de julho e não houve retorno. O SISMMAC foi contactado em 27 de julho de 2011. Foi feita a coleta dos dados no dia 29 do mesmo mês em seu acervo das publicações dos jornais, com as tabelas salariais. E para compreensão das tabelas salariais, recorreu-se às leis disponíveis no site de leis municipais e à dissertação¹⁶⁸ de Abreu (2008) sobre carreira em Curitiba.

A tabela salarial atual dos professores da rede municipal de Curitiba é regida pelo Plano de Carreira do Magistério Público, instituído no ano de 2001. Anteriormente a esse período, dois mecanismos legais contribuíram na análise das tabelas salariais dos professores, sendo eles: o estatuto do Magistério e o Plano de Carreira da Administração Municipal

O Estatuto do Magistério¹⁶⁹, instituído em 1985, organizou o Quadro Próprio do Magistério (QPM) do Ensino de 1º Grau e estabeleceu o regime jurídico a ele vinculado. Nesse estatuto, o QPM¹⁷⁰ era estruturado em quatro classes, sendo cada classe com quinze referências. O ingresso era regulamentado por concurso público de provas e títulos, com o período de estágio probatório de dois anos com a exigência de grau de habilitação profissional específica, para jornada de trabalho de 20 horas semanais e destas 20% de hora atividade. As vantagens eram de adicional por tempo de serviço, que correspondia a 5% sobre o vencimento a cada quinquênio; gratificações especiais, como salário-família e natalina; ajuda de custo; e por auxílio funeral. O avanço era na vertical, segundo a habilitação de titulação

¹⁶⁸ Disponível em:
<http://www.redefinanciamento.ufpr.br/pesquisas/remuneracaodeprofessores/textos/carreiractba.pdf>.

¹⁶⁹ CURITIBA, 1985a.

¹⁷⁰ CURITIBA, 1985a, arts. 2º, 3º, 4º, 19, 20, 23, 26, 28 e 81.

profissional, e o avanço horizontal, de nível, por tempo de serviço a cada biênio¹⁷¹ e mérito a cada triênio, segundo critérios estabelecidos em lei.

Em 1987, foram regulamentados¹⁷² os critérios para promoção por merecimento no QPM. A promoção constituía na elevação de nível dentro da mesma classe, a cada triênio, para os professores que atingissem a computação de 550 créditos, que seriam apurados através de avaliação do exercício profissional e do aperfeiçoamento profissional.

Em 1991¹⁷³, foi instituído o Plano de Carreiras da Administração Municipal, revogando o estatuto do magistério, o que segundo Abreu (2008), foi um retrocesso para os profissionais do magistério, pois essa lei colocava os professores no regime jurídico dos servidores públicos, extinguindo a especificidade do estatuto dos professores, nivelando, assim, a remuneração dos professores, independentemente de sua titulação, e para além, reenquadrando os professores com ensino superior em outros cargos.

Essa lei reestruturou a condição dos profissionais do magistério e os professores de pré a 4ª série do ensino fundamental nos padrões 20, 21 e 22 da tabela do servidor público, correspondendo respectivamente às classes de professor de pré a 4ª série do 1º Grau I, professor de pré a 4ª série do 1º Grau II e professor de pré a 4ª série do 1º Grau III. Cada classe com nove referências, de A a I.

O avanço¹⁷⁴ passou a ser por progressão, ou seja, a cada 365 dias em efetivo exercício correspondia a passagem de referência dentro da mesma classe; por promoção, a cada 730 dias mediante procedimento seletivo, condicionado a vagas disponíveis; e por ascensão que mediante procedimento seletivo, permitindo o avanço na carreira de determinado nível de escolaridade para o seguinte padrão e referência em que o vencimento fosse superior, este também condicionado à existência de vaga.

¹⁷¹ CURITIBA, 1989, incluído na lei nº6761/1985.

¹⁷² CURITIBA, 1987.

¹⁷³ CURITIBA, 1991, anexo II-A.

¹⁷⁴ CURITIBA, 1991, art. 8º.

Dez anos depois, em 2001¹⁷⁵, foi instituído o Plano de Carreira do Magistério Público, retomando a questão da habilitação e titulação dos profissionais do magistério e reestruturando a tabela salarial dos professores.

Essa lei¹⁷⁶ passa a especificar quatro áreas de atuação, a dos professores era a Docência I, que estava estruturada em duas partes, a Especial e a Permanente. A Parte Especial estava em extinção e contemplava os professores com formação no nível médio na modalidade magistério. A Parte Permanente era formada por três Níveis, e cada nível, com padrões. O “Nível I” era para os professores com licenciatura plena; “Nível II” para os professores com pós-graduação em especialização com mínimo de 360 horas; “Nível III” para os professores com pós-graduação em mestrado; e “Nível IV”¹⁷⁷ para os professores com pós-graduação em doutorado. A titulação mínima para o ingresso era de habilitação em nível superior de licenciatura plena.

O crescimento¹⁷⁸ na tabela salarial se dava na vertical e horizontal. O crescimento vertical era por passagem de nível também condicionado a disponibilidade orçamentária e abertura de procedimento seletivo específico pela administração. Até 2005 foi por provas de conhecimentos, em 2005 por critérios de tempo de serviço, tempo de titulação na pós-graduação e publicação de textos científicos, e em 2007 passou a ser por comprovação de titulação.

O crescimento horizontal era caracterizado pela passagem de referência a cada biênio, conforme a existência de vagas e disponibilidade orçamentária. Os critérios analisados eram: curso de aperfeiçoamento, capacitação profissional, publicações, participação em comissão designada pelo prefeito e participação nos conselhos escolar e associação de pais e professores. O município vinculava a progressão na tabela salarial com a existência de vagas, segundo a disponibilidade orçamentária.

¹⁷⁵ CURITIBA, 2001, art. 3º.

¹⁷⁶ CURITIBA, 2001, arts. 3º, 6º e 7º.

¹⁷⁷ O nível IV foi incluído na tabela com a lei nº12.348/2007, antes desta redação era até o nível III e este contemplava a pós-graduação em mestrado e doutorado.

¹⁷⁸ CURITIBA, 2001, arts. 10 e 11.

As vantagens eram de quatro formas, a “I” de 50% sobre o vencimento básico inicial em exercício no suporte técnico pedagógico ou na função diretiva em escola de educação especial; “II” de 30% para exercício em classes especiais; “III” de 30% correspondendo ao exercício em sala de recursos; e “IV” de 30% para exercício nos centros municipais de atendimento especializado¹⁷⁹. O anexo dessa lei disponibilizava a tabela salarial dos profissionais do magistério e o vencimento básico inicial. O ingresso passou a ser no Nível I, na primeira referência do padrão 103, com habilitação em nível superior de licenciatura plena, para carga horária de 20 horas. Essa tabela foi alterada pela lei nº13143/2009, modificando seus valores.

Uma particularidade deste município é a equiparação das Docências I e II¹⁸⁰, instituído em 2007, para ocorrer de forma gradativa até o ano de 2010. Segundo a definição do Plano de Carreira do Magistério Público de 2001, a Docência I abrangia os profissionais que realizam o conjunto de atividades pedagógicas e didáticas no atendimento direto ao alunos da educação básica, da educação infantil a 4ª série do ensino fundamental e, a Docência II compreendia os profissionais da educação que realizavam o conjunto de atividades pedagógicas didáticas no atendimento a educação básica, aos alunos de de 5ª a 8ª série. Essa alteração impactou diretamente sobre a remuneração inicial dos professores no Nível I, que em 2007 era no padrão 103 referência D, em 2008, padrão 103 referência G, em 2009, padrão 103 referência I, e a partir de 2010, no padrão104 referência B.

O período de estágio probatório era regulamentado em três anos, conforme redação da lei¹⁸¹ do Servidor Público, caminho este indicado pelo Plano de Carreira do Magistério Público.

Durante a pesquisa, o que foi mais surpreendente era a quantidade de decretos¹⁸², sete, que regulamentavam e especificavam o crescimento horizontal e o vertical dos professores.

¹⁷⁹ Incluído pela Lei Ordinária nº13.399 (CURITIBA, 2009).

¹⁸⁰ CURITIBA, 2007.

¹⁸¹ CURITIBA, 2003.

¹⁸² CURITIBA, 2003; 2004a; nº537/2004b; 2004c; 200; 2008; 2010.

TABELA 10 – REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - CURITIBA -1996 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/2010) – BRASIL (IBGE)

													PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL			
			FUNDEF									FUNDEB				
	1996	1997	1998	1999 *	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Vencimento Inicial Magistério	824,94	864,76	875,54	810,04	829,40	792,55	754,33	689,09	700,48	721,86	745,86	711,76	738,95	755,51	743,32	
Vencimento Inicial Graduação	1237,50	1297,24	1313,42	1215,16	1244,19	911,43	867,47	792,47	805,54	830,13	857,73	889,23	1002,91	1083,63	1126,68	
Vencimento Inicial Pós-Graduação						1048,15	997,61	911,34	926,38	954,66	986,41	1022,61	1153,35	1246,16	1295,69	
* Ano sem reajuste no valor da remuneração																

* Ano sem reajuste no valor da remuneração

FONTE: SISMMAC (1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010). Elaborado pela autora

A tabela 10 expressava as remunerações de cada nível de valor de remuneração correspondente a habilitação do professor. Em Curitiba, o ingresso do professor era exclusivamente com nível de graduação. A Parte Especial da tabela salarial do professores estava em extinção, caracterizada pelo professor com nível médio na modalidade magistério, e foi adicionada a tabela acima somente como um referencial de valor.

A linha de vencimento inicial com pós-graduação da tabela 10 apresentava a remuneração inicial do Nível II, de professores com especialização. Os quais, por sua vez, possuíam valores inferiores a remuneração inicial dos professores com graduação desde o ano de 2008, com a lei de equiparação de docências. Essa mesma lei regulamentava mais um nível na tabela salarial, o nível de doutorado, expresso pelo “Nível IV” na tabela salarial. Cabe observar que nenhum professor poderia ser enquadrado diretamente na tabela salarial em pós-graduação, todos ingressavam no plano de carreira com o ensino superior, e teriam que passar por avaliações para o reenquadramento, mediante disponibilidade orçamentária.

Anteriormente ao ano de 2001, ano da implantação do Plano de Carreira do Magistério no município de Curitiba, a pós-graduação não era contemplada na tabela salarial dos professores, por esse motivo há ausência de valores na tabela acima. Este foi o único município que apresentou essa peculiaridade.

No ano da implantação do FUNDEF, 1998, foi registrado a maior remuneração dos professores nos diferentes níveis até 2010. O ano de 1999 foi o único que não sofreu reajuste na tabela salarial, ainda assim, observa-se, no período de análise, um decréscimo na remuneração se forem comparados o anos de 1996 ao de 2010.

Nos anos iniciais do FUNDEB, houve prosseguimento dessa lógica de decréscimo na remuneração dos professores, excetuando o ano de 2009, em que ocorreu o reajuste da tabela salarial. O valor da remuneração do professor com magistério se aproximava ao valor praticado no ano de 2002.

O valor da remuneração inicial dos professores, praticada no município de Curitiba, no período da pesquisa, atingiu o mínimo da proporcionalidade do PSPN, e no ano da implantação da lei do piso, o município praticava a remuneração 36% acima do valor mínimo.

A remuneração inicial da carreira dos professores sofreu desvalorização para os professores que ingressaram com nível superior em graduação, representando 25% do decréscimo da remuneração dos anos de 1996 e 2010, para os professores com magistério representou o decréscimo de 10% e para os professores com pós-graduação de 6%.

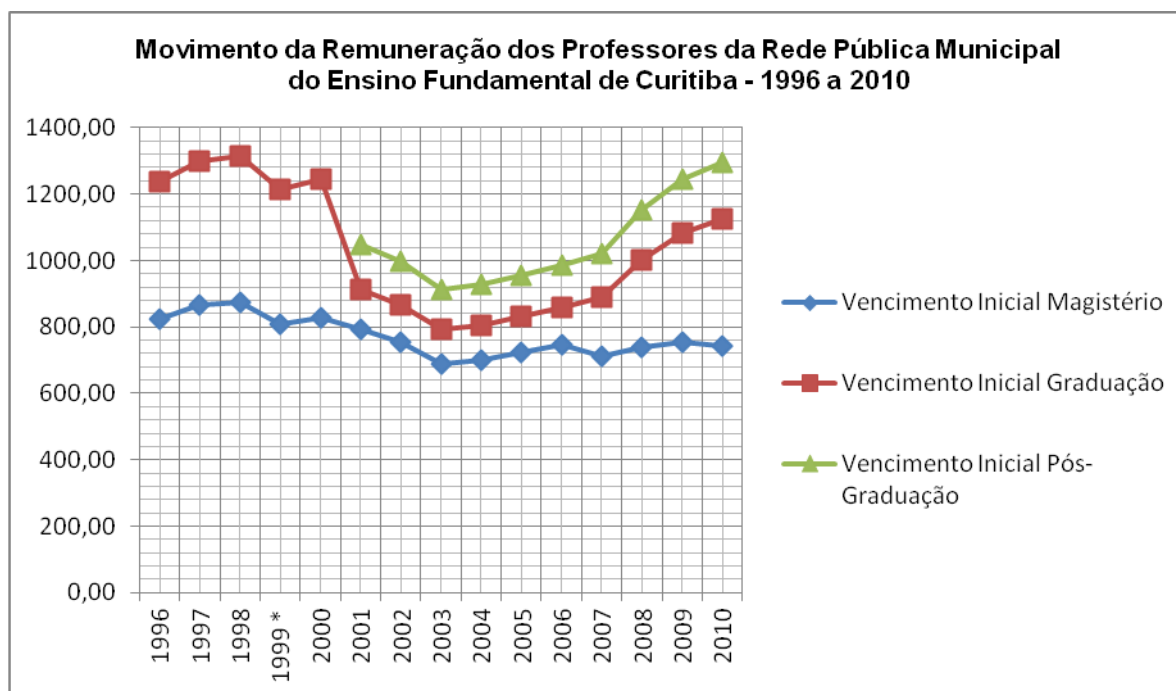


GRÁFICO 7 - MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - CURITIBA - 1996 A 2010

FONTE: SISMMAC (1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010). Elaborado pela autora

O valor da remuneração dos professores com nível médio na modalidade magistério passou por constante desvalorização. Isso devido ao fato do Plano de Carreira do magistério em Curitiba ser elaborado pelo nível de graduação e ter o professor com nível médio como classe em extinção.

No caso da remuneração dos professores com nível de formação superior em licenciatura plena, dos anos de 1996 a 1998, a curva estava no movimento crescente, anos iniciais da implantação do FUNDEF. Salvo o ano de 2000, de 1999 até 2003 a curva continuava no movimento de decréscimo da remuneração. Em 2003 o movimento mudou, começando a curva de crescimento da remuneração dos professores, em valores reais, até o ano de 2010. A partir de 2007, a curva teve um crescimento mais acentuado, devido à política de equiparação de docência e progressão gradativa da remuneração para este fim, coincidindo com o ano de implantação do PSPN.

A curva do movimento da remuneração dos professores com pós-graduação seguiu a mesma lógica dos professores com graduação, porém tendo seu início no ano de 2001, com a lei que instituiu o Plano de Carreira do Magistério Público em Curitiba.

2.8 FAZENDA RIO GRANDE

O contato foi realizado somente com a prefeitura, começando pela Secretaria Municipal de Educação, que direcionou o contato à Secretaria de Recursos Humanos. Esta disponibilizou o Plano de Carreira e os salários base do professor de jornada de 20 horas, a partir do ano de 2001 até 2010. Neste município não foi estabelecido contato com o Sindicato de Professores e nem com o dos Servidores Públicos, devido à dificuldade de localização de contato. As informações complementares às tabelas salariais foram obtidas no sítio eletrônico de leis municipais¹⁸³.

As tabelas salariais dos professores da rede municipal de Fazenda Rio Grande são regidas pela lei que instituiu, em 2005, o novo Plano de Carreira e

¹⁸³ No site de leis municipais: <http://www.leismunicipais.com.br>.

Remuneração do Magistério Público Municipal¹⁸⁴. Anteriormente a essa lei, o município apresentou dois Planos de Carreira do Magistério Municipal¹⁸⁵, o primeiro no ano 1998, e o segundo em 2001.

O Plano de Carreira de 1998¹⁸⁶ especificava a forma de ingresso do professor por concurso público de provas e títulos, com período de estágio probatório não detalhado nessa lei, e estruturava o plano de carreira em classes, de A a F, e cada classe com dez referências. A promoção era pelo avanço diagonal a cada triênio, avaliando o merecimento, a vida funcional e a antiguidade.

A estrutura de classes era estabelecida em “A” para professores com 2º grau em magistério, “B” para professores com 2º grau magistério e estudos adicionais, “C” para professores com licenciatura curta, “D” para professores com licenciatura plena, “E” para professores com licenciatura plena e especialização e “F” para professores com licenciatura plena e mestrado ou doutorado.

Esse é o único plano, dentre os municípios do PARMC, que especificou e já contemplou a concessão de gratificação¹⁸⁷ aos integrantes da carreira a título excedente do FUNDEF em parcelas ou cota única aos profissionais em exercício.

No ano de 2001, ocorreu a instituição do abono salarial para o mês de abril para os profissionais do magistério¹⁸⁸, sendo de 60% sobre o salário base dos que estavam em sala de aula, na rede municipal, proporcionalmente ao tempo de serviço prestado no ano de 2001. Esses recursos eram oriundos da sobra de recursos da “conta 60%” do FUNDEF.

Ainda no mesmo ano, foi disposto o segundo Plano de Carreira do Magistério Público Municipal¹⁸⁹, mencionando que o princípio da remuneração deveria ser condigna. Esse plano alterou a estrutura de classes da tabela salarial dos professores e a progressão funcional, e especificou as gratificações, a jornada

¹⁸⁴ FAZENDA RIO GRANDE, 2005.

¹⁸⁵ FAZENDA RIO GRANDE, 1998; 2001.

¹⁸⁶ FAZENDA RIO GRANDE, 1998, arts. 3º, 4º, 6º, 7º e 9º.

¹⁸⁷ FAZENDA RIO GRANDE, 1998, art. 11.

¹⁸⁸ Lei Ordinária nº25/2001, art. 2º. Há outra lei no mesmo ano que dispõe sobre a autorização de abono salarial aos profissionais do magistério, a lei nº41/2001, cujo percentual fica a ser definido na reunião mensal do conselho do FUNDEF.

¹⁸⁹ Lei Ordinária nº72/2001, at. 3º.

de trabalho e os valores de remuneração¹⁹⁰. Ademais, estruturou a tabela salarial em classes, de A a J, e cada classe com três níveis: “N1” para professores com nível médio na modalidade normal com o valor de referência de 1,00; “N2” para professores com licenciatura Plena e referência 1,14; e “N3” para professores com pós-graduação com mínimo de 360 horas e referência 1,25. Com valor de remuneração de N1, em valor real¹⁹¹, de R\$ 560,69.

A progressão funcional passou a ser na vertical, conforme habilitação profissional, e na horizontal, sendo decorrente da avaliação de desempenho, a cada três anos.

A jornada de trabalho era de 20 horas, sendo 16 horas aula e 4 horas atividade, e existia também a jornada de 40 horas para os professores, como também o período de estágio probatório¹⁹² de 03 anos.

Além dos vencimentos, existiam as gratificações por exercício na direção, na docência com alunos de necessidades especiais, e na coordenação pedagógica.

Essa lei foi revogada em 2005¹⁹³, mas manteve a estrutura geral da lei anterior, abarcando evoluções específicas, como o objetivo de estabelecer o piso de vencimento dos profissionais da educação de forma a assegurar o vencimento condigno, o aumento no valor da remuneração, em valor real¹⁹⁴, de N1 para R\$ 514,97, representando um reajuste de 30% na remuneração dos professores, a especificação da progressão na horizontal e as gratificações.

A progressão na horizontal era constituída pela avaliação de critérios como o desempenho, a qualificação em instituições credenciadas e os conhecimentos do professor, e era realizada conforme disponibilidade orçamentária. E em 2006¹⁹⁵, o conjunto de outros critérios passa a compor a progressão horizontal, como o tempo de serviço, o desenvolvimento profissional em produção acadêmica e titulação e avaliação de conhecimento e desempenho.

¹⁹⁰ Lei Ordinária nº72/2001, arts. 5º, 6º, 7º e 10.

¹⁹¹ Valor nominal de R\$ 398,88.

¹⁹² Lei Ordinária nº866/2004.

¹⁹³ Lei Ordinária nº279/2005.

¹⁹⁴ Valor nominal de R\$ 401,95.

¹⁹⁵ FAZENDA RIO GRANDE, 2006.

As gratificações passaram a ser pelo exercício na função de direção, vice-direção, técnico-pedagógica e por docência com alunos com necessidades especiais.

Desde 2005, ocorreram reajustes¹⁹⁶ na remuneração dos professores, como de 16% em 2006, de 13% em 2008 e de 7% em 2009.

TABELA 11 – REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - FAZENDA RIO GRANDE - 2001 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/ 2010) – BRASIL (IBGE)

							PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL			
	FUNDEF						FUNDEB			
	2001	2002 *	2003*	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Vencimento Inicial Magistério	560,69	498,17	441,81	491,86	514,97	502,18	554,16	541,64	597,31	614,61
Vencimento Inicial Graduação	637,36	566,29	502,23	559,34	587,06	572,32	631,74	617,46	680,93	700,65
Vencimento Inicial Pós-Graduação	698,86	620,93	550,69	613,31	643,70	627,54	692,70	677,05	746,63	768,26
* Anos sem reajuste no valor da remuneração										

FONTE: FAZENDA RIO GRANDE (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010).
Elaborado pela autora

A primeira tabela salarial disponibilizada foi de 2001, período de vigência do FUNDEF, e o que se pode visualizar é o decréscimo na remuneração até o ano de 2003.

De 2004 até 2010, o município reajustou a tabela salarial dos professores, porém esses reajustes, em valores reais, representaram uma curva que oscilou em “des” valorização até o ano de 2008. Em 2009 e 2010, a curva seguiu crescente, anos subseqüentes a implantação do PSPN.

Mesmo registrando decréscimo salarial dos professores dos anos de 2001 a 2003, analisando os anos de 2001 e 2010, notou-se que houve o crescimento acumulado da remuneração de 9% em todos os níveis da carreira.

¹⁹⁶ FAZENDA RIO GRANDE, 2006; 2008; 2009.

No ano da implantação do PSPN, 2008, o município praticava o valor da remuneração inicial dos professores em 2% acima da remuneração mínima estabelecida, conforme proporcionalidade da lei do piso.

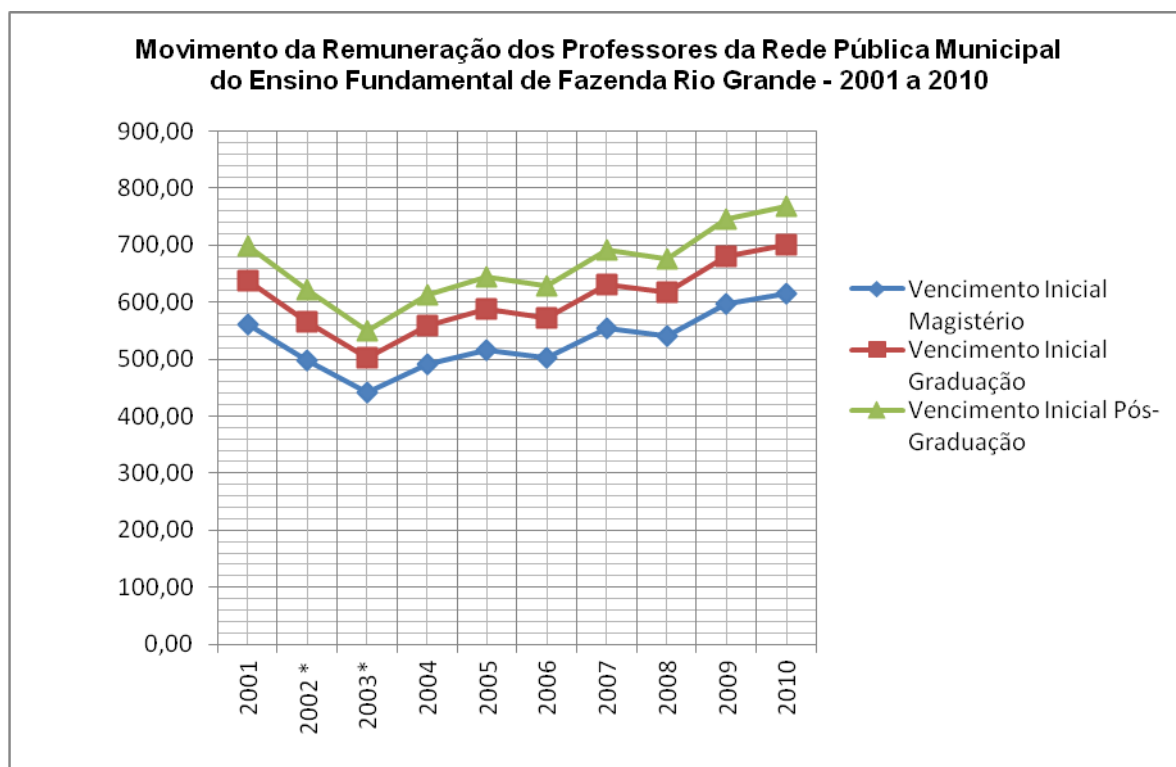


GRÁFICO 8 - MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - FAZENDA RIO GRANDE - 2001 A 2010
 FONTE: FAZENDA RIO GRANDE (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010).
 Elaborado pela autora

O movimento da remuneração dos professores no município de Fazenda Rio Grande foi proporcionalmente igual entre os diferentes níveis de habilitação, seguindo a mesma lógica de reajuste dos valores das tabelas salariais.

2.9 PINHAIS

O contato foi realizado com a prefeitura na Secretaria Municipal da Educação, a qual encaminhou ao Departamento de Recursos Humanos. O departamento disponibilizou os dados por email, conforme solicitado, contendo todas as tabelas

salariais desde 1996 até 2010, assim como o plano de carreira e leis que alteraram as tabelas salariais. Foram muito prontos no retorno dos dados. E em complementação às informações disponibilizadas, foram utilizadas as leis disponíveis no sítio eletrônico de leis municipais¹⁹⁷.

O único sindicato localizado foi o Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Pinhais (Sinserp) que informou não possuir essas informações.

O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Municipal¹⁹⁸ instituído em 2009 é o que regula as tabelas salariais dos professores no município. De 1998 a 2008 vigorou o antigo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério. E, anteriormente a 1998, era o Estatuto do Servidor Público que regulava a remuneração dos professores do magistério público.

A primeira tabela salarial disponibilizada pela prefeitura foi a do ano de 1996¹⁹⁹ que contemplava a autorização de abono salarial de R\$50,00 sobre o vencimento, e o reajuste de 7% sobre a tabela salarial da lei que cria o quadro pessoal da Prefeitura Municipal²⁰⁰, entre eles o quadro do magistério formado por classes da I a V, e referências: “Classe I” para professores com 2º grau na modalidade magistério e remuneração, em valores reais²⁰¹, de R\$ 495,64; “Classe II” para professores com 2º grau na modalidade magistério e estudos adicionais e R\$ 575,13; “Classe III” para professores com licenciatura curta e R\$ 579,90; “Classe IV” para professores com licenciatura plena e R\$ 604,69; e “Classe V” para professores com licenciatura plena e pós-graduação e R\$ 629,46.

No ano de 1997, houve o reajuste de 9,5% de todas as tabelas salariais no município para recuperação salarial²⁰², alterando a tabela salarial dos profissionais do magistério.

Em 1998, foi instituído o Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério Municipal²⁰³, que dispunha sobre a forma de ingresso do professor por concurso de

¹⁹⁷ <http://www.leismunicipais.com.br>.

¹⁹⁸ PINHAIS, 1996; 1998; 2009.

¹⁹⁹ PINHAIS, 1996, anexo I.

²⁰⁰ Anexo da tabela salarial do quadro dos profissionais do magistério foi incluído pela Lei Ordinária nº90/1994. (PINHAIS, 1993).

²⁰¹ Os valores nominais que correspondem a remuneração: “Classe I” - R\$ 152,11; “Classe II” - R\$ 170,37; “Classe III” - R\$ 177,97; “Classe IV” - R\$ 185,58; e “Classe V” - R\$ 193,18.

²⁰² PINHAIS, 1997, anexo I.

provas e títulos, com período de estágio probatório de três anos, com a habilitação mínima de ensino médio na modalidade magistério, para jornada de trabalho de 20 horas semanais, sendo 20% de hora atividade e com avanço funcional de progressão funcional segundo critérios de avaliação, entre eles, o tempo de serviço no período trienal e por progressão de classe, de acordo com a qualificação de habilitação profissional.

A estrutura²⁰⁴ do Plano de Carreira era feito em classes, de A a F, conforme a habilitação profissional, “A” para professores com 2º grau na modalidade magistério e remuneração inicial em valor real²⁰⁵ de R\$ 836,69, “B” para professores com 2º grau na modalidade magistério e estudos adicionais e R\$ 942,59, “C” para professores com licenciatura curta e R\$ 1061,85, “D” com licenciatura plena e R\$ 1196,23, “E” para professores com licenciatura plena em pedagogia e pós-graduação em área específica de educação e R\$ 1347,64 e “F” para professores com licenciatura em pedagogia e pós-graduação em mestrado ou doutorado e R\$ 1518,45.

Os adicionais²⁰⁶, além do vencimento, eram por férias, o equivalente à um terço do vencimento, e por tempo de serviço, o quinquênio, que equivale à 5% sobre o vencimento, com limite de seis reajustes.

A partir de 2001, ocorreram reajustes²⁰⁷ da tabela de cargos e salários do magistério como reposição salarial aos servidores municipais. No ano de 2001, o reajuste foi de 10%, em 2002 de 10%, em 2004 de 5%, em 2005 de 10%, em 2006 de 10%, 2007 de 5%, 2008 de 7,74% e em 2009 de 6%.

No ano de 2009, foi instituído o novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Municipal²⁰⁸. Essa lei modificou a tabela de vencimentos do plano de cargos e carreira do magistério ao promover a extinção das classes iniciais, A, B e C, do quadro permanente do magistério, e ao acrescentar

²⁰³ PINHAIS, 1998, arts. 5º, 6º, 14, 22 e 24.

²⁰⁴ PINHAIS, 1998, arts. 10º, 14º e anexo.

²⁰⁵ Os valores nominais que correspondem a remuneração inicial: “Classe A” – R\$ 370,14; “Classe B” – R\$ 416,99; “Classe C” – R\$ 469,75; “Classe D” – R\$ 529,20; “Classe E” – R\$ 596,17; e “Classe F” – R\$ 671,61.

²⁰⁶ PINHAIS, 1998, art. 20.

²⁰⁷ PINHAIS, 2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008. 2009.

²⁰⁸ Lei Municipal Ordinária nº1.063 revoga a Lei Municipal Ordinária nº306/1998 (PINHAIS, 2009).

a classe G, de professores com a titulação em doutorado, como também ao ampliar os níveis de cada classe de dez para trinta e dois. Especificava ainda a forma de avanço de progressão na carreira.

Quanto à remuneração docente, estabelecia que a remuneração deveria ser condigna, permitindo condições para os profissionais da educação de melhores condições sociais e econômicas. E especificava que teria como referência o custo médio aluno/ano e a média de alunos por turma da educação municipal de ensino, bem como seria considerada a capacidade financeira do município, obedecido o piso salarial profissional conforme disposto na lei nº11.738/2008²⁰⁹. É a primeira vez que aparece explicitamente essa preocupação em lei com a correspondência à determinação federal do PSPN.

Desde então, passaram a fazer parte do quadro permanente do magistério as classes D, E, F, e G, sendo: "D" para professores com licenciatura plena; "E" para professores com licenciatura plena e especialização; "F" para professores com licenciatura plena e mestrado; e "G" para professores com licenciatura plena e doutorado.

A progressão na carreira se deu de forma vertical, segundo a habilitação profissional, e horizontal, a cada triênio e segundo critérios de avaliação estabelecidos pela lei²¹⁰.

As vantagens por gratificações eram por exercício na função de direção, e adicional por tempo de serviço²¹¹.

²⁰⁹ PINHAIS, 2009, art. 5º, inciso I e art. 82.

²¹⁰ PINHAIS, 2009, arts. 46 e 47.

²¹¹ PINHAIS, 2009, art. 62.

TABELA 12 - REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - PINHAIS -1996 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/2010) – BRASIL (IBGE)

												PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL			
	FUNDEF											FUNDEB			
	1996	1997	1998 *	1999 *	2000 *	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Vencimento Inicial Magistério	816,36	858,78	836,69	774,09	733,94	739,09	722,33	704,69	815,34	838,40	898,97	900,75	905,26	921,20	906,35
Vencimento Inicial Graduação	1167,18	1227,82	1196,23	1106,74	1049,34	1056,68	1032,74	1007,49	1165,72	1198,69	1285,28	1287,84	1294,29	1317,08	1295,85
Vencimento Inicial Pós-Graduação	1314,90	1383,22	1347,64	1246,82	1182,15	1190,41	1163,44	1135,01	1313,26	1350,39	1447,94	1450,83	1458,09	1483,77	1425,95

* Anos sem reajuste no valor da remuneração

FONTE: PINHAIS (1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010). Elaborado pela autora

No ano da implantação do FUNDEF, 1998, o valor da remuneração decresceu referente ao ano antecessor. E no período deste fundo, a característica era de decréscimos e acréscimos na remuneração em valores reais. Foi o município que apresentou as maiores remunerações da tabela salarial dos professores durante o FUNDEF e parte do FUNDEB.

Com o FUNDEB, a remuneração atuou na lógica de progressão da remuneração, excetuando o ano de 2010, no qual ocorreu um pequeno decréscimo de 2% na remuneração se comparado ao ano anterior.

Depois de Araucária, este foi o município da PARMC, que no período da implantação do PSPN, apresentou maiores remunerações aos professores. No ano da implantação do PSPN o valor praticado na remuneração dos professores foi de 71% acima da remuneração mínima, conforme a proporcionalidade, para os professores com a jornada de trabalho de 20 horas semanais.

A remuneração inicial dos professores com magistério e graduação obteve o ganho de 11% pertinente aos anos de 1996 e 2010, enquanto aos da pós-graduação esse percentual foi um pouco menor, de 8%.

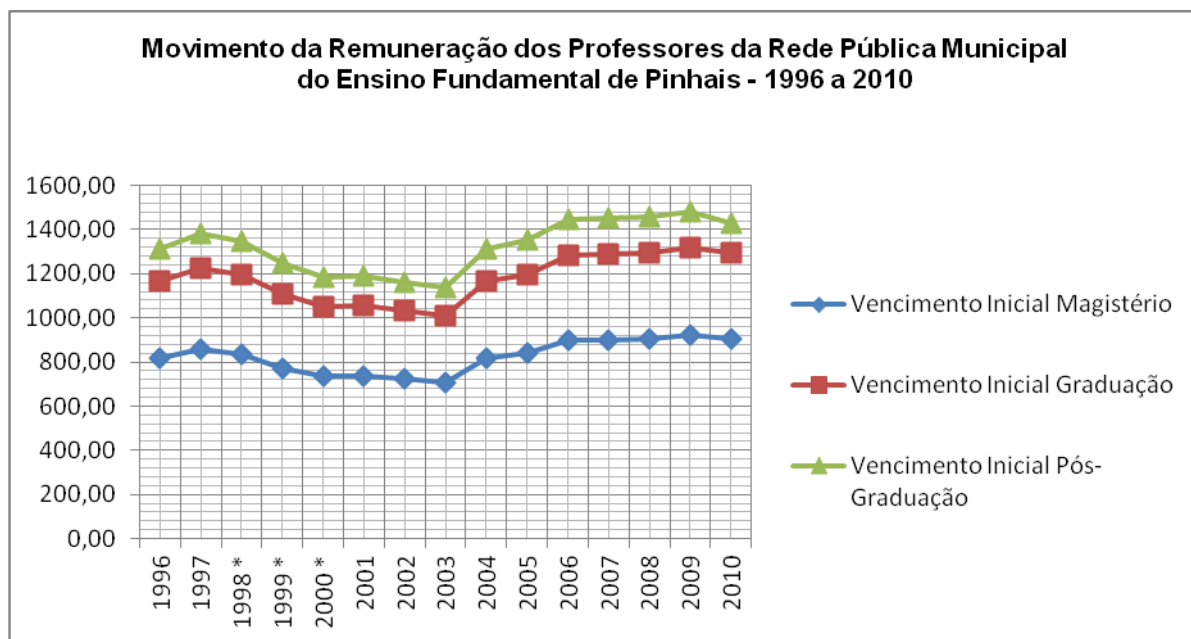


GRÁFICO 9 - MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - PINHAIS - 1996 A 2010

FONTE: PINHAIS (1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010). Elaborado pela autora

O gráfico 9 permite a visualização do movimento inconstante da remuneração inicial dos professores de 1996 até 2003. Em 2004, iniciou-se um movimento de progressão na remuneração, e no ano de 2010 um pequeno decréscimo.

A remuneração inicial dos professores com magistério dista 42% dos com graduação, e desses, 11% dos com pós-graduação.

2.10 PIRAQUARA

Foram realizados contatos com a prefeitura e com o sindicato do município. O Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Piraquara informou a possibilidade de se conseguir as tabelas salariais com os conselheiros do FUNDEB, no município.

Na prefeitura, o contato foi com a Secretaria Municipal de Educação, que informou não possuir essas informações, redirecionando este ao Departamento de Recursos Humanos, o qual solicitou que se protocolasse o pedido de tabelas salariais e leis.

O documento disponibilizado foi o quadro próprio do magistério e a tabela de vencimentos do quadro do magistério do ano de 2010, e foi recomendado que se buscasse as outras leis no sítio eletrônico de leis municipais. Esse quadro próprio do magistério está contido na lei que regulamenta o novo Plano de Cargos, Emprego, Carreira, Vencimentos e Salários, instituído no ano de 2008²¹². Anteriormente a este plano o município contemplou dois outros planos pertinentes ao magistério público, o primeiro em 1998, e o segundo em 2004.

O primeiro Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público, instituído no ano de 1998²¹³, regulamentava a forma de ingresso dos professores na carreira por concurso publico de provas e títulos, o período de estágio probatório de três anos, a jornada de trabalho de 20 horas semanais, destas 20% destinados à hora atividade, estruturou o plano em classes, de A a F, e quinze referências, as formas de progressão na tabela salarial e especificou as gratificações.

Segundo as classes, “A” para professores com ensino médio na modalidade magistério, “B” para professores com ensino médio na modalidade magistério e estudos adicionais, “C” para professores com ensino médio na modalidade magistério e licenciatura curta; “D” para professores com ensino médio na modalidade magistério e licenciatura plena, “E” para professores com ensino médio na modalidade magistério e superior mais especialização em área da educação e “F” para professores com ensino médio na modalidade magistério e superior em mestrado ou doutorado.

A progressão funcional de referência era segundo critérios de avaliação a cada dois anos, e a progressão de classes conforme a habilitação em titulação profissional.

As gratificações pelo exercício na direção, na função de assessor pedagógico, na coordenação e por tempo de serviço.

Sobre a remuneração dos professores, a lei²¹⁴ regulamentava que o município deveria aplicar no mínimo 60% dos recursos do FUNDEF na remuneração do magistério.

²¹² PIRAQUARA, 2008.

²¹³ PIRAQUARA, 1998, arts. 5º, 6º, 11, 12, 13, 14, 16, 20 e 21.

²¹⁴ PIRAQUARA, 1998, art. 24.

A próxima modificação na remuneração ocorreu em 2002²¹⁵, com a aprovação do “abono” aos profissionais do magistério do ensino fundamental, que, por sua vez, não era incorporado ao vencimento. Os recursos do abono eram provenientes da sobra dos recursos do FUNDEF. Em 2004²¹⁶, também ocorreu este abono aos profissionais em efetivo exercício, no ano de 2003.

Em 2004²¹⁷, ocorreram alterações na estrutura do Plano de Carreira e no valor da remuneração, além de outras regulamentações, tais como: os percentuais das gratificações, a especificação da hora atividade e hora aula, e a progressão por níveis e classes.

A tabela salarial passou a ser estruturada em quatro níveis, segundo a habilitação profissional e titulação comprovada. Os níveis correspondiam a Nível I (NI) para professores com ensino médio na modalidade magistério, e com ou sem estudos adicionais ou licenciatura curta, cuja remuneração em valor real²¹⁸ era de R\$ 589,33, o Nível II (NII) para os professores com magistério e licenciatura plena e remuneração de R\$ 1158,10, o Nível III (NIII) para professores com magistério e especialização na área de educação e com remuneração de R\$ 1016,59, e o Nível IV (NIV) para professores com magistério e mestrado ou doutorado²¹⁹ com a remuneração de R\$ 1219,91. Nessa tabela salarial, o professor com ingresso na carreira com especialização na área da educação tinha remuneração inferior ao que ingressasse com o superior em licenciatura plena de pedagogia, valorizando esse tipo de formação na carreira docente. A progressão de nível²²⁰ era por tempo de serviço e avaliação de desempenho, segundo critérios estabelecidos na lei, a cada triênio.

Além dos vencimentos, existiam as gratificações por tempo de serviço, sendo 5% a cada quinquênio incidindo sobre valor do vencimento limitando ao percentual de 35%; e por estar no exercício em direção, vice-direção e coordenação.

²¹⁵ PIRAQUARA, 2002.

²¹⁶ PIRAQUARA, 2004a.

²¹⁷ PIRAQUARA, 2004b, arts. 18, 30, 31, 37, 41 e anexo III.

²¹⁸ Os valores nominais que correspondem a remuneração inicial: “Nível I” – R\$ 430,00; “Nível II” – R\$ 845,00; “Nível III” – R\$ 741,75; e “Nível IV” – R\$ 890,10.

²¹⁹ PIRAQUARA, 2004b, art. 12.

²²⁰ PIRAQUARA, 2004b, art. 18.

Quanto à remuneração, a lei²²¹ especificava que um dos princípios era assegurar salário condigno para o profissional da educação, mediante qualificação profissional e crescimento na carreira.

Em 2006²²², aprovou-se o reajuste de 11% da remuneração dos servidores públicos, impactando na remuneração dos professores no ano de 2007.

No ano de 2008²²³, ocorreram modificações no Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, consolidando princípios e normas sobre o novo Plano de Cargos, Emprego, Carreira, Vencimentos e Salário do Magistério Público Municipal como o de se estabelecer o Piso Salarial Profissional compatível com a profissão²²⁴, a definição do que é remuneração²²⁵, e a reestruturação do Quadro Permanente do Plano de Carreira, que permaneceu em quatro níveis como mencionado na lei anterior, porém com doze classes, que vão de A a I, e cada classe com três sub-classes, totalizando trinta e cinco sub-classes, de 0 a 35. E a remuneração reajustada²²⁶, em valor real²²⁷, expressava NI de R\$566,95; NII de R\$850,42; NIII de 977,99; e o NIV de R\$1173,58. Nessa tabela salarial do quadro do magistério, o professor que ingressava na carreira com especialização passava a ter remuneração maior que o que ingressasse com superior em licenciatura plena, reajustando a lógica predominante no plano de carreira do magistério.

²²¹ PIRAQUARA, 2004b, art. 4º, inciso IV.

²²² Lei Ordinária nº878/2006.

²²³ Lei Ordinária nº947/2008.

²²⁴ Lei Ordinária nº947/2008, art. 40, inciso VII.

²²⁵ Lei Ordinária nº947/2008, art. 31.

²²⁶ Lei Ordinária nº947/2008, anexo II.

²²⁷ Os valores nominais da remuneração correspondem a: “NI” – R\$ 510,00; “NII” – 765,00; “NIII” – R\$879,75; e “NIV” – R\$ 1055,70.

TABELA 13 – REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - PIRAQUARA -2002 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/ 2010) – BRASIL (IBGE)

					PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL		
	FUNDEF			FUNDEB			
	2004	2005 *	2006	2007*	2008	2009*	2010
Vencimento Inicial Magistério	589,33	550,90	596,07	568,82	566,95	544,28	604,55
Vencimento Inicial Graduação	1158,10	1082,59	1171,35	1117,79	850,42	816,41	906,83
Vencimento Inicial Pós-Graduação	1016,59	950,31	1028,22	981,21	977,99	938,88	1042,85

* Anos sem reajuste no valor da remuneração

FONTE: PIRAQUARA (2004, 2006, 2008, 2010). Elaborado pela autora

O ano de 2004 foi o primeiro ano com tabela salarial disponibilizado em lei, e o que apresentou maior remuneração em valores reais até o ano de 2010. A tabela contemplou somente três anos do FUNDEF, e nesse período, somente no ano de 2006, último ano do FUNDEF, a remuneração dos professores passou a ter um aumento comparando com os anos anteriores. Isso decorreu da política de reajuste da remuneração dos servidores públicos, e não pela política do Plano de Carreira do Magistério.

A desvalorização incidente do ano de 2007 para 2008 para os professores com graduação foi de 31%, enquanto que para os professores com pós-graduação foi de 0,3%. Esse movimento é percebido no gráfico 10.

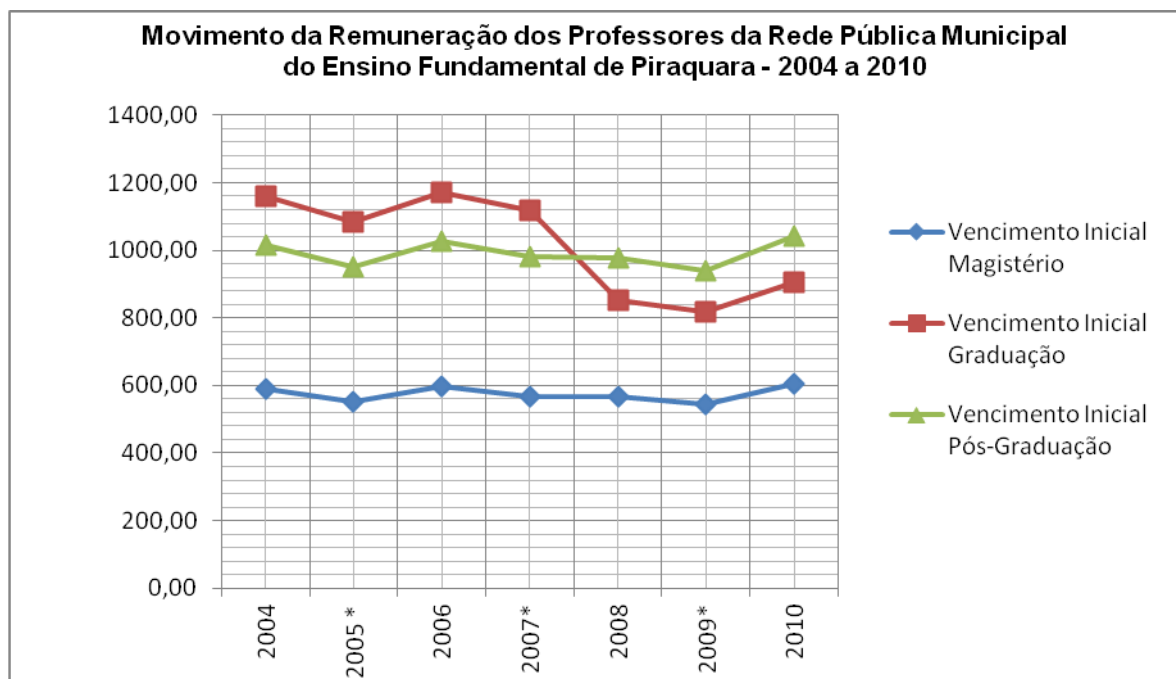


GRÁFICO 10 - MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - PIRAQUARA - 2002 A 2010
 FONTE: PIRAQUARA (2004, 2006, 2008, 2010). Elaborado pela autora

O gráfico 10 demonstra as curvas do movimento das remunerações iniciais dos professores nos diferentes níveis de habilitação. Percebe-se que a curva da remuneração inicial do professor com graduação é sobre a qual incide maior desvalorização, como já apontado, destacando no gráfico o movimento do ano de 2007 para 2008.

Nos três níveis de titulação de ingresso na carreira do magistério, analisando o ano inicial, 2004, e o final, 2010, a remuneração inicial apresentou o movimento descontínuo de decréscimo e acréscimo na remuneração, em valores reais

Pode-se apreender disso que o município praticava o mínimo do valor da proporcionalidade do PSPN, antes mesmo da implantação da lei. No ano em que foi implantado nacionalmente o piso, Piraquara praticava 7% acima do valor mínimo estabelecido na remuneração dos professores com magistério.

O ano de 2010 foi o que apresentou maior remuneração inicial para os professores com magistério e pós-graduação. Já para os professores com graduação, a maior remuneração foi registrada no ano de 2006.

2.11 QUATRO BARRAS

O contato inicial foi com a prefeitura do município, via Secretaria de Educação, que redirecionou o contato para a Secretaria de Recursos Humanos, a qual disponibilizou as informações que possuíam. Não foi localizado o sindicato dos profissionais do magistério e nem do servidor público no município.

Foram disponibilizadas as tabelas salariais a partir do ano de 2001, mesmo ano em que foi revogado o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, e o regime estatutário do Servidor Público retomou a legislação sobre o magistério público.

O Plano de Carreira e Remuneração do Magistério foi instituído em 1998²²⁸, adaptando-se aos termos da lei o que regulamentava o FUNDEF e especificando a forma de ingresso do professor por concurso público de provas e títulos. Também estruturou a tabela salarial em cinco classes, de I (MI) a IV (MIV), segundo a habilitação profissional, e em dezesseis referências, de 1 a 16 segundo a faixa salarial; a jornada de trabalho em 20 horas semanais, das quais, 20% foram destinados à hora atividade; e especificou os avanços na carreira e gratificações.

Sobre as classes, “MI” correspondia ao professor com curso médio na modalidade magistério, “MII” ao professor com curso médio na modalidade magistério, “MIII” ao professor com curso médio na modalidade magistério e estudos adicionais ou especialização e “MIV” ao professor com ensino superior em licenciatura plena com habilitação em magistério²²⁹.

O avanço funcional era por progressão funcional segundo merecimento, medido por critérios estabelecidos na própria lei, e por promoção segundo a habilitação profissional.

As gratificações eram por exercício em direção, em coordenação na educação, em orientação educacional, e supervisão educacional; e adicional por tempo de serviço.

²²⁸ QUATRO BARRAS, 1998, arts. 1º, 8º, 12, 16, 17, 22 e 23.

²²⁹ QUATRO BARRAS, 1998, art. 13.

Em 2001, ocorreu a reorganização da estrutura de classificação de cargos dos servidores públicos²³⁰, incluindo os professores da rede municipal, revogando, assim, o Plano de Carreira do magistério Público.

Os professores foram classificados como pertencentes ao Grupo Ocupacional do Magistério (GOM). Esse grupo passou a ser estruturado em seis classes, de I a VI e dez níveis, de A a J. As classes eram: “I” para professores habilitados em ensino médio em magistério com remuneração, em valores reais²³¹ de R\$ 653,48; “II” para professores com licenciatura plena e R\$ 780,55; “III” para professores com licenciatura plena e aperfeiçoamento e R\$ 925,77; “IV” para professores com licenciatura plena e especialização e R\$ 1107,29; “V” para professores com licenciatura plena e mestrado e R\$ 1325,12; e “VI” para professores com licenciatura plena e doutorado e R\$ 1579,25.

O avanço funcional permaneceu por progressão e promoção. No caso do avanço por progressão, ou mudança de nível, era feito por avaliação de desempenho, e a promoção, ou mudança de classe, permaneceu conforme a titulação.

No início de 2006²³², a tabela salarial dos professores foi reajustada nos valores e reestruturada para cinco classes e não mais seis, conforme lei anterior. Extinguiu-se a classe VI, que fazia menção aos professores com formação em licenciatura plena com doutorado. Durante a coleta de dados no município, o departamento de RH deu a informação que o município tomou essa iniciativa, pelo fato dos profissionais que obtinham essa graduação e titulação, migrarem para outros municípios vizinhos, em busca de remuneração mais atrativa que a do próprio município de Quatro Barras. Com o reajuste²³³ da remuneração dos professores, a tabela salarial que passou a vigorar era “I” para professores com ensino médio em magistério e remuneração, em valores reais²³⁴, de R\$ 700,77, “II” para professores

²³⁰ QUATRO BARRAS, 2001, art. 6º, anexo 6.

²³¹ Os valores nominais da remuneração correspondem a: “Classe I” – R\$ 360,00; “Classe II” – R\$ 430,00; “Classe III” – R\$ 510,00; “Classe IV” 610,00; “Classe V” – R\$ 730,00; e “Classe VI” – R\$ 870,00.

²³² QUATRO BARRAS, 2006.

²³³ QUATRO BARRAS, 2006, anexo, tabela 6.

²³⁴ Os valores nominais da remuneração correspondem a: “Classe I” – R\$ 561,14; “Classe II” – R\$670,15; “Classe III” 763,27; “Classe IV” – R\$ 950,82; e Classe V” – 1137,86.

com normal superior e outras licenciaturas e R\$ 836,91, “III” para professores com licenciatura plena em pedagogia e R\$ 1045,33, “IV” para professores com licenciatura plena em pedagogia e especialização de 360 horas e R\$ 1187,42 e “V” para professores com licenciatura plena em pedagogia e pós-graduação em mestrado e R\$ 1421,01.

Ocorreram três reajustes para reposição salarial dos servidores públicos, no ano de 2004 de 6,62%, em 2005 de 6,08% e 2010 de 4,31%²³⁵.

TABELA 14- REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - QUATRO BARRAS -2001 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC (DEZ/ 2010) – BRASIL (IBGE)

							PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL			
	FUNDEF						FUNDEB			
	2001	2002	2003 *	2004 *	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Vencimento Inicial Magistério	653,48	768,28	681,37	652,87	690,27	700,77	690,81	676,41	694,82	679,12
Vencimento Inicial Graduação	780,55	917,68	813,87	779,82	824,48	837,04	825,13	807,94	829,91	811,17
Vencimento Inicial Pós-Graduação	1107,29	1557,90	1381,66	1106,25	1169,62	1187,42	1170,52	1146,14	1177,32	1150,73
* Anos sem reajuste no valor da remuneração										

FONTE: QUATRO BARRAS (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010).
Elaborado pela autora

A primeira tabela salarial disponibilizada pela prefeitura do município foi a do ano de 2001. Ao realizar a análise dos anos inicial e final da tabela, 2001 e 2010, o percentual apresenta 4% de acréscimo na remuneração, nos diferentes níveis de titulação e plano de carreira do magistério público.

Ou seja, o município já praticava na remuneração dos professores do magistério público o mínimo da proporcionalidade do piso, durante o período desta pesquisa, e no ano da implantação do PSPN, apresentava o percentual de 22% acima do piso na remuneração inicial para o professor com magistério na jornada de vinte horas semanais.

²³⁵ Leis pertinentes aos reajustes salariais: lei nº20/2004, lei nº10/2005 e lei nº552/2010.

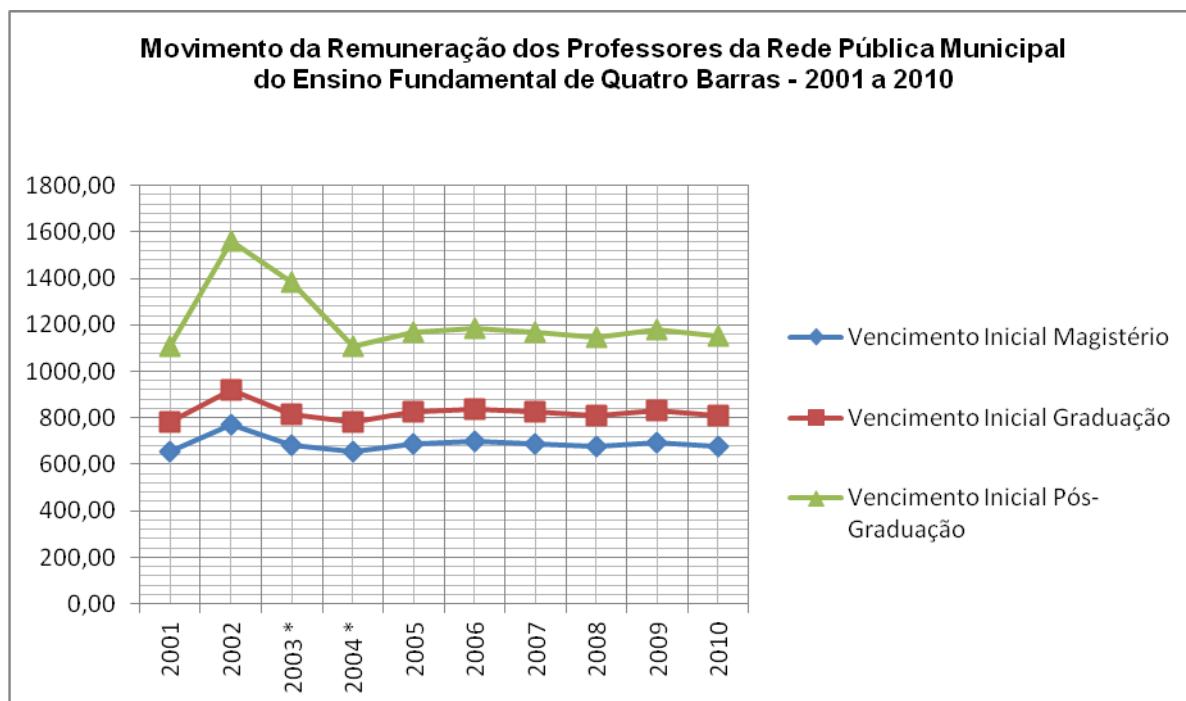


GRÁFICO 11 - MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - QUATRO BARRAS - 2001 A 2010

FONTE: QUATRO BARRAS (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010).
Elaborado pela autora

De acordo com o gráfico 11, o município registrou pouca variação salarial durante o período dos fundos, FUNDEF e FUNDEB, para os professores com magistério e graduação, o que permite entender que houve pouco incremento do município sobre a remuneração dos professores durante os fundos.

O destaque é para ano de 2002, que apresentou o maior valor de remuneração, no período da pesquisa. Isso devido à política de reorganização dos cargos públicos feita em agosto de 2001, tendo por princípio a valorização da função pública, que reajustou a remuneração dos distintos grupos organizados do servidor público com expressão na remuneração dos professores em 2002. O percentual de acréscimo do ano de 2001 para 2002 foi de 17% para a remuneração dos professores com magistério e graduação, e de 41% para os com pós-graduação.

A diferença na remuneração inicial do professor com magistério para o com graduação foi de 19%, e desse para o com pós-graduação, foi de 42%, analisando o ano inicial e final da tabela salarial.

2.12 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Os contatos foram feitos com o sindicato e a prefeitura. O Sindicato dos Servidores Públicos de São José dos Pinhais (Sinsep) informou que teria somente a tabela salarial dos professores no ano de 2010 e o estatuto do servidor público que regulamenta o regime do professor público municipal. A prefeitura solicitou que se entrasse em contato via protocolo, o qual foi feito em 31 de março de 2011, porém não houve retorno. Em contato com a secretaria municipal de educação, a solicitação foi redirecionada ao departamento de RH, e este informou que seria necessário aguardar o retorno. Informaram estar em poucos funcionários para a quantidade de serviços, e que a solicitação feita não era prioritária. Para a compreensão da tabela salarial e do estatuto foi realizada a pesquisa das leis municipais no sítio eletrônico²³⁶.

As tabelas salariais dos professores da rede municipal de São José dos Pinhais são regulamentadas pela lei que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais²³⁷, instituído no ano de 2004. Anteriormente a esse estatuto de 2004, as tabelas salariais eram regulamentadas pelo Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira do Magistério Público.

O Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira do Magistério Público foi aprovado no ano de 1998²³⁸ e regulamentava que a remuneração dos profissionais do magistério deveria ser condigna, dentre outras especificações, com o ingresso por concurso público de provas e títulos, período de estágio probatório de três anos²³⁹, jornada de trabalho de 20 horas semanais ou 40 horas semanais e dessas 20% em hora atividade, e estruturou a tabela salarial extinguindo o cargo de professor leigo.

A estrutura do plano de cargo dos professores era de seis classes e cada classe com dez níveis²⁴⁰. Segundo as classes, titulação e remuneração em valores

²³⁶ www.leismunicipais.com.br.

²³⁷ Lei Ordinária nº 525/2004.

²³⁸ Lei Ordinária nº 16/1998, arts. 11, 13, 36, 327 e 337.

²³⁹ Redação dada pela Lei Ordinária nº 32/1998, anteriormente eram dois anos.

²⁴⁰ Lei Ordinária nº 16/1998, art. 7º e anexo I.

reais²⁴¹, “DA” para professores com 2º grau e habilitação em magistério com remuneração de R\$ 768,56, “DB” para professores com 2º grau e habilitação em magistério mais estudos adicionais com remuneração de R\$ 845,41, “DC” para professores com ensino superior ligado à área do magistério e remuneração de R\$ 1098,58, “DD” para professores com ensino superior com licenciatura plena e habilitação específica para séries iniciais do ensino fundamental e remuneração de R\$ 1209,34, “DE” para professores com ensino superior específico na área de ensino e especialização ligada à educação e R\$ 1329,15, “DF” para professores com superior específico na área de ensino e mestrado em educação e remuneração de R\$ 1598,14 e “DG” para professores com ensino superior específico na área de ensino e doutorado em educação e remuneração de R\$ 1916,87.

A progressão funcional de nível era por mérito, e a promoção de classe, segundo a qualificação em titulação do profissional²⁴².

As vantagens especificadas eram por gratificação, adicionais, auxílios, adiantamento, um terço de férias e 13º pagamento²⁴³.

Os adicionais²⁴⁴ incidiam sobre os vencimentos por tempo de serviço, correspondendo a 1% a cada ano efetivo em exercício; em função de atendimento à educação especial correspondendo a 25%; e em serviço noturno com 20% da hora diurna. As gratificações²⁴⁵ eram por encargos extraordinários, horas extraordinárias de serviço e por função de direção. E o plano contemplava os auxílios²⁴⁶ para doença, salário família, vale transporte e vale refeição.

Em 2004, a lei que instituía o Plano de Carreira do Magistério Público foi revogada²⁴⁷ por outra que regulamentava o Estatuto do Servidor Público. Com o estatuto, o ingresso do professor passou a ter a exigência de habilitação mínima de nível ensino superior com licenciatura plena específica, e por sua vez, extinguiu a

²⁴¹ Os valores nominais da remuneração correspondem a: “DA” – R\$ 340,00; “DB” – R\$ 374,00; “DC” – R\$ 486,00; “DD” – R\$ 535,00; “DE” – R\$ 588,00; “DF” – R\$ 707,00; e “DG” – R\$ 848,00.

²⁴² SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 1998a, arts. 54 e 58.

²⁴³ SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 1998a, art. 94.

²⁴⁴ SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 1998a, art. 95.

²⁴⁵ SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 1998a, art. 103.

²⁴⁶ SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 1998a, art. 201.

²⁴⁷ SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2004b; 2004a.

classe do professor com magistério para ingresso na carreira²⁴⁸. Na tabela salarial do servido público, o ingresso especificado correspondia ao nível 40 do Grupo Ocupacional do Magistério, com a remuneração, em valores reais²⁴⁹, de R\$ 1207,44 para a jornada de 20 horas semanais.

A progressão na tabela salarial dos servidores públicos era por nível e segundo a qualificação e titulação. Segue o estabelecido²⁵⁰: elevação de quatro níveis assim que concluído a especialização na área de atuação do profissional, seis níveis concluído o mestrado na área de atuação, e seis níveis quando concluído o doutorado na área de atuação. O professor com formação mínima de ensino médio em magistério correspondia ao nível 24 da tabela salarial dos servidores públicos municipal, com especialização ao nível inicial 44, com mestrado ao nível 50, e com doutorado ao nível 56.

TABELA 15 - REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS -1998 A 2010 – EM VALORES REAIS, ATUALIZADOS PELO INPC – BRASIL (IBGE)

					PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL
	FUNDEF				FUNDEB
	1998	2002	2003	2004	2010
Vencimento Inicial Magistério	768,56	729,43	711,61	826,17	874,51
Vencimento Inicial Graduação	1209,34	1147,81	1119,76	1207,44	1278,08
Vencimento Inicial Pós-Graduação	1329,15	1261,53	1230,70	1327,59	1405,26

FONTE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (1998, 2002, 2003, 2004, 2010). Elaborado pela autora

A tabela 15 foi construída com as remunerações localizadas em leis municipais. E nesse município também optou-se pela não projeção de valores nos anos faltantes de informação.

²⁴⁸ SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2004a, art. 35. O anexo II desta lei, na planilha de Magistério temos os valores de 2002 e 2003 praticados pelo município.

²⁴⁹ Valor nominal correspondente é de R\$ 881,00.

²⁵⁰ SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2004a, art. 12.

Verificou-se pouca variação na remuneração inicial dos professores nos diferentes níveis de titulação, ainda que tenha o discreto movimento de decréscimo da remuneração nos anos de 2002 e 2003.

O município praticava o mínimo da proporcionalidade do piso mesmo antes da implantação do PSPN. Desde a implantação do PSPN, 2008, o único valor de remuneração localizado foi o de 2010, que apresentou o valor da remuneração inicial do professor com magistério 70% acima do valor do PSPN.

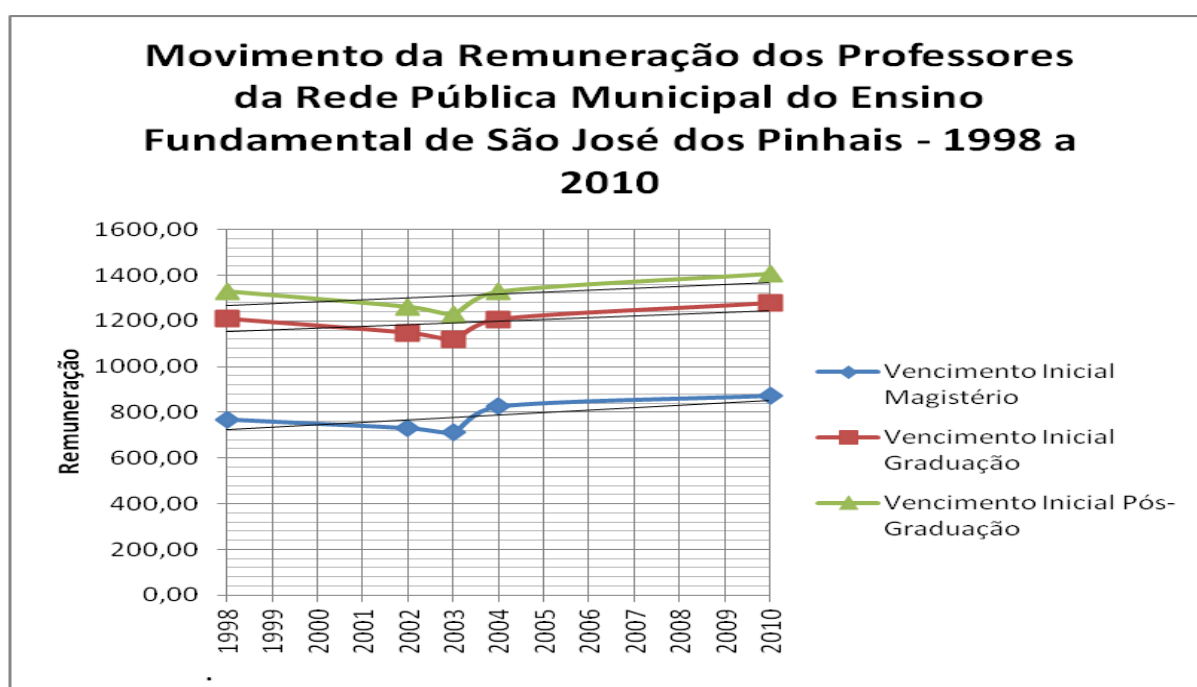


GRÁFICO 12 - MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 1998 A 2010
FONTE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (1998, 2002, 2003, 2004, 2010). Elaborado pela autora

A diferença da remuneração inicial do professor com magistério para aquele com graduação correspondia a 57%, e desse para com aquele com pós-graduação, a 9%, conforme visualização do gráfico acima, elucidando a política de remuneração de valorização de ingresso do professor com nível superior.

O movimento de acréscimo da remuneração apresentou-se discreto, refletindo no percentual de 14% para os professores com graduação, e de 6% para os com graduação e pós-graduação, para os anos de 1998 e 2010.

A proposta deste capítulo foi de apresentar o movimento da remuneração inicial dos professores nos municípios do PARMC, durante o período da política de fundos e do PSPN. Ao reconhecer o município como ente federado, o sistema de

governo federativo brasileiro atribuiu-lhe autonomia sobre as legislações municipais, essas, por sua vez, subordinadas às leis supranacionais outorgadas por leis nacionais. Cabe destacar que, entre as funções dos municípios, está a de legislar sobre o salário do funcionalismo público.

As políticas educacionais nacionais expressam as regulamentações, às quais o sistema municipal deve se adaptar, porém a capacidade efetiva de pagamento da remuneração aos professores do magistério público submete-se a gestão municipal e sua capacidade orçamentária.

Os quatro mecanismos legais apontados no capítulo 1, LDB, FUNDEF, FUNDEB e PSPN, referenciam o Plano de Carreira do Magistério Público²⁵¹ como forma de assegurar aos profissionais da educação a remuneração condigna, e que deveriam ser implantados, dispostos, elaborados e adequados dentre outros aspectos para este fim. O quadro 2 sintetiza como isso se configura nos municípios do PARMC.

²⁵¹ BRASIL, 1996b, art. 67; BRASIL, 1996c, arts. 9º e 10; BRASIL, 2007, art. 40; BRASIL, 2008, art. 6º.

Município	Estatuto do Servidor Público e/ou Plano de Cargos, Remuneração do	Estatuto do Magistério	Plano de Carreira, Cargos e Remuneração do Magistério	Leis que Alteraram mecanismos legais	Reajustes/ Reposição Salarial	Abono com sobras do FUNDEF	Percentual da receita do município em MDE (%)
Almirante Tamandaré	1997	1993	2001 2006	1998	2001 - 25% 2005 - 11% 2007 - 11% 2008 - 13% 2009 - 12% 2010 - 7%	2002 2005	30
Araucária	1986		2008	1991	1998 - 5% 2000 - 10% 2002 - 10% 2003 - 15% 2004 - 18% 2005 - 4 e 3% 2008 - 10% 2009 - 6% 2010 - 7%		25
Campina Grande do Sul	1991	1986	1998 2008	2009	2003 - 10% 2010 - 4,31%		25
Campo Largo	1991	1986	2002 2008	1996 2004 2006 2007	1998 - 32% 2002 - 82% 2003 - 10% 2004 - 5% 2005 - 7% 2006 - 13% 2007 - 8% 2009 - 5%		25
Campo Magro	1997		2001 2009	1998 2000	2002 - 7% 2005 - 33% 2006 - 19%		25
Colombo	2004		1998 2005 2010	2004 2009 2010			25
Curitiba	1991	1985	2001	1994 2007 2009			25
Fazenda Rio Grande	1994		1998 2001 2005	2004 2006	2006 - 16% 2008 - 13% 2009 - 7%	2001	25
Pinhais	1993		1998 2009		1996 - 7% 1997 - 9% 2001 - 10% 2002 - 10% 2004 - 5% 2005 - 10% 2006 - 10% 2007 - 5% 2008 - 8% 2009 - 6%		25
Piraquara		1988	1998 2004 2008		2006 - 11%	2002 2004	25
Quatro Barras	2001	1986	1998	2006	2004 - 7% 2005 - 6% 2010 - 4%		25
São José dos Pinhais	2004		1998				25

QUADRO 2 - RESUMO DOS MECANISMOS LEGAIS MUNICIPAIS, PERTINENTES A REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO NOS MUNICÍPIOS DO PARMC

FONTE: ALMIRANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, CAMPO MAGRO, COLOMBO, CURITIBA, FAZENDA RIO GRANDE, PINHAIS, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (anos citados na tabela).
Elaborado pela autora

Na pesquisa sobre legislações, constatou-se que todos os municípios elaboraram o Plano de Carreira do Magistério Público, mas analisando a dinâmica das leis no município, percebeu-se que nem todos permanecem nele na regulação do Magistério Público, como é o caso dos municípios de Quatro Barras e São José dos Pinhais, que são regulados pelo Plano de Cargos, Remuneração do Servidor Público.

Outros municípios passaram do Estatuto do Magistério para o Estatuto do Servidor Público, e posteriormente, para o Plano de Carreira do Magistério Público, entre estes estão Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, Campo Largo e Curitiba.

O município de Piraquara partiu do Estatuto do Magistério para o Plano de Carreira do Magistério diretamente.

Araucária, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais e São José dos Pinhais são os municípios que não tiveram o Estatuto do Magistério.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que os municípios deveriam aplicar o mínimo percentual de vinte e cinco por cento da receita proveniente de impostos à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Cada município, segundo o prescrito na Constituição Federal de 1988, deve estabelecer, em sua Lei Orgânica Municipal, o percentual mínimo das receitas a MDE. Dos doze municípios do PARMC, somente o município de Almirante Tamandaré estabeleceu um percentual mínimo diferenciado da constituição, estipulando o percentual mínimo de trinta por cento.

Almirante Tamandaré, Fazenda Rio Grande e Pinhais são os municípios que realizaram abono salarial aos professores, não incorporados aos vencimentos, com as sobras do FUNDEF.

Essas configurações diversificadas nos municípios refletem a heterogeneidade das tabelas salariais dos professores do magistério público municipal no PARMC e das políticas.

O comportamento dos municípios frente as leis nacionais em políticas educacionais conotam a diversidade de como os municípios interagem. A lei do FUNDEF estabelecia o prazo de seis meses, a partir de sua vigência, para os entes federados se adequarem em lei e disporem de Novo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, tendo como uma das justificativas o princípio da remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público. O Plano

deveria ser de acordo com as diretrizes emanadas do CNE, e o não cumprimento estava passível de sanção administrativa (BRASIL, 1996c).

Alguns municípios do PARMC seguiram o prescrito na lei e elaboraram o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, promulgados no ano de 1998. Dentre eles, Campina Grande do Sul, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

Ainda no período do FUNDEF, outros municípios implantaram o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério: no ano de 2001, os municípios de Almirante Tamandaré, Campo Magro e Curitiba, e em 2002, o município de Campo Largo.

Outros municípios alteraram seus Planos, como Almirante Tamandaré em 2006, Colombo em 2005, Fazenda Rio Grande com duas alterações, nos anos de 2001 e 2005, e Piraquara em 2004.

A lei do FUNDEB também abordou a questão dos entes federados implantarem Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais da educação básica de forma que assegurasse a remuneração dos profissionais da educação básica da rede pública. Não estipulava prazo para essa regulação (BRASIL, 2007).

A partir de 2008, tem-se as alterações por parte dos municípios, que implantaram ou estabeleceram, como o caso de Araucária, novo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público no período do FUNDEB no PARMC, e da mesma forma Campina Grande do Sul, Campo Largo e Piraquara.

A lei do PSPN também apresentou especificação acerca do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério. Os entes federados deveriam elaborar ou adequar seu Plano até 31/12/2009, tendo em vista o cumprimento do PSPN aos profissionais do magistério público da educação básica (BRASIL, 2008). Dois municípios elaboraram seus Planos de Carreira e Remuneração do Magistério em 2009, Campo Magro e Pinhais.

As três políticas educacionais acima mencionadas legislam sobre a questão da remuneração docente e seu plano de carreira, as quais, em vistas ao PARMC, refletiram de forma heterogênea nos municípios.

O quadro 3 apresenta uma síntese das regras em vigor para a organização da carreira docente no PARMC. Em alguns municípios, o mecanismo legal é o Estatuto do Servidor Público e em outros, o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público.

Município	Mecanismo legal que legisla tabela salarial atual dos professores	Forma de Ingresso	Formação mínima exigida	Jornada de Trabalho	Período Estágio Probatório	Estrutura Tabela Salarial	Formas de Progressão	Vantagens Pecuniárias
Almirante Tamandaré	Piano de Carreira, Cargos e Remuneração do Magistério	Concurso público de provas e títulos	Superior com Licenciatura Plena (2006)	20h - 16 h/aula e 4 h/atividade (40h)	03 anos	3 Níveis 30 Referências	Vertical - habilitação; Horizontal - avaliação desempenho (2% anual)	Gratificação por exercício da função de direção, supervisão, docência em turmas de educação especial e professor responsável por escolas rurais; Adicional por tempo de serviço (anual), incentivo ao mérito (avaliação desempenho) e do exercício de docência na educação especial
Araucária			Superior com Licenciatura Plena (2008)	20 h - 20% hora atividade		5 Níveis 20 Referências	Vertical - habilitação (triênio); Horizontal - tempo de serviço (biênal), e por avaliação desempenho (triênal); Certificação - 5% cd 360 cred cd triênio	Gratificação por exercício da função de direção, auxiliar de unidade de ensino da rede municipal, atividade natureza especial, atividade com portador de necessidades especiais, prestação de serviço em período integral e dedicação exclusiva, participação comissão e rendimento de trabalhos relevante, técnico ou científico; Adicional por tempo de serviço (5% a cada quinquênio), serviço extraordinário
Campina Grande do Sul			Superior com Licenciatura Plena (2008)	20 h - 20% hora atividade - (40h)		4 Classes 16 Referências	Vertical - habilitação ; Diagonal - merecimento (biênal)	Gratificação por exercício na função de direção, prêmio e 0,5% ao dia de regência classe
Campo Largo			Superior com Licenciatura Plena (2008)	20h - 16 h/aula e 4 h/atividade		4 Níveis 45 Classes	Vertical - escolaridade ; Horizontal - avaliação desempenho e cursos (biênal)	Gratificação por exercício na função de direção, especial e por titulação em doutorado;
Campo Magro			Superior com Licenciatura Plena (2009)	20h - 16 h/aula e 4 h/atividade (40 h)		3 níveis 12 classes	Vertical - titulação; Horizontal - avaliação desempenho	Gratificação por exercício na função de direção, coordenação pedagógica e docência na modalidade de educação especial;
Colombo			Superior com Licenciatura Plena (2005)	20h - 16 h/aula e 4 h/atividade (40 h)		3 Classes 15 Referências	Vertical - habilitação ; Horizontal - avaliação desempenho (anual), tempo de serviço, entre outros critérios	Adicional por tempo de trabalho
Curitiba			Superior com Licenciatura Plena (2001)	20h - 16 h/aula e 4 h/atividade		4 Níveis 9 Referências	Vertical - habilitação ; Horizontal - avaliação desempenho (anual), tempo de serviço, entre outros critérios	Gratificações por exercício na função de supervisão, coordenação, e por docência em educação especial; Adicional por tempo de serviço (quinquênio) e por incentivo ao mérito;
Fazenda Rio Grande			Magistério - nível médio (2005)	20h - 16 h/aula e 4 h/atividade (40 h)		3 níveis 10 classes	Vertical - habilitação Horizontal - avaliação desempenho (triênal)	Gratificação por exercício na função de suporte técnico pedagógico, diretiva em escolas de educação especial, docência em classes especiais, exercício em sala de recursos e em centros municipais de atendimento especializado
Pinhais			Superior com Licenciatura Plena (2009)	20 h - 20% hora atividade		6 Classes 32 Níveis	Vertical - habilitação; Horizontal - avaliação de critérios (triênal) como o tempo de serviço, desempenho profissional, incluindo produções acadêmicas e titulações e avaliação de conhecimento e desempenho	Gratificação por exercício na função de direção; Adicional por tempo de serviço
Piraquara			Magistério - Nível Médio (2008)	20h - 16 h/aula e 4 h/atividade (40 h)		4 Níveis 12 Classes 35 Subclasses	Vertical - habilitação; Horizontal - avaliação desempenho e participação em programas de desenvolvimento da carreira	Gratificação por tempo de serviço (5% cada quinquênio) e por exercício na função de direção, vice e coordenação pedagógica
Quatro Barras	Estatuto do Servidor Público e/ou Plano de Cargos, Remuneração do Servidor Público		Magistério - Nível Médio (2001)	20 h - 20% hora atividade (40h)		5 Classes 10 Níveis	Promoção - classe - horizontal -titulação; Progressão - nível - vertical - avaliação desempenho	Gratificação por tempo de serviço e por exercício na função de direção, orientação educacional, supervisão escolar e regência em classe
São José dos Pinhais			Superior com Licenciatura Plena (2004)	20 h - 20% hora atividade		120 Níveis	Progressão simples (biênal) - avaliação desempenho 2 vezes ao ano (mérito), elevação de um nível; Progressão qualificada - titulação, elevação de dois ou mais níveis	Gratificação por função de direção, direção auxiliar de unidades de ensino, por participação em comissões e natalina; Adicional por tempo de serviço, serviço noturno, serviço extraordinário

QUADRO 3 – COMPARATIVO MECANISMOS LEGAIS QUE REGEM AS TABELAS SALARIAIS DOS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO PARMC

FONTE: ALMIRANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, CAMPO MAGRO, COLOMBO, CURITIBA, FAZENDA RIO GRANDE, PINHAIS, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (anos citados na tabela).
Elaborado pela autora

Entre as semelhanças dos municípios do PARMC, encontra-se a forma de ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, a carga horária da jornada de trabalho em vinte horas semanais, sendo vinte por cento destinado à hora atividade, ou como especificado em alguns planos, dezesseis horas semanais de hora aula, e quatro horas semanais a hora atividade, e o período de estágio probatório de três anos. Em alguns municípios, é permitida a jornada de quarenta horas semanais, entre eles, Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Piraquara e Quatro Barras. Independentemente da jornada de trabalho, segundo o PSPN, a hora aula teria o limite máximo de dois terços da carga horária, mas o que se observa nos planos de carreira no PARMC ultrapassa esse limite. Se for aplicada a proporcionalidade à jornada de trabalho de 20 horas semanais, segundo o PSPN, são treze horas semanais a hora aula, e sete a hora atividade.

Dos doze municípios do PARMC, Quatro Barras e São José dos Pinhais, como destacados no quadro 3, são os que possuem as tabelas salariais do magistério público regulamentado pelo Estatuto e/ou Plano de Cargos e Remuneração do Servidor Público. Os demais são regulamentados pelo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, em conformidade com as políticas educacionais federais pertinentes a remuneração dos professores (BRASIL, 1996b; 2006; 2008).

A maioria dos municípios apresenta como exigência mínima de ingresso na carreira a habilitação de nível superior com licenciatura plena em educação, que se diversificam quanto ao ano de regulamentação dessa diretriz. Os municípios de Fazenda Rio Grande, Piraquara e Quatro Barras ainda permitem em sua legislação o ingresso com nível médio na modalidade magistério.

Apesar da diversidade de composição, a estrutura das tabelas salariais pressupõe valorização da habilitação, tempo de serviço e qualificação. A forma de progressão na tabela salarial por titulação já fora sinalizada desde a LDB e FUNDEF, e está em todos os municípios, descrita na maioria deles por avanço na vertical. Em Quatro Barras, é nomeada por promoção, e em São José dos Pinhais, por progressão qualificada.

Existe outra forma de progressão na tabela salarial, que é constituída por critérios diversos apontados no quadro 3. Na maioria dos municípios é denominado por progressão na horizontal. Em Quatro Barras, por progressão, e em São José dos Pinhais, por progressão simples.

Como já exposto, a remuneração dos professores é constituída de vencimentos e vantagens pecuniárias. Na maioria dos municípios do PARMC, as vantagens pecuniárias são compostas por gratificações e adicionais. As gratificações comuns nos municípios são por exercício na função de direção, vice, coordenação, orientação, supervisão. E o adicional comum no PARMC é por tempo de serviço. Alguns municípios apresentam a gratificação por exercício na função de docência com alunos com necessidades especiais e classes com atendimento especiais. Outros adicionais mencionados em alguns municípios são por serviço noturno, por serviço extraordinário e por incentivo ao mérito.

No âmbito da análise da remuneração inicial, quatro, dos doze municípios do PARMC, colaboraram com as informações no período total proposto para coleta das tabelas salariais dos professores no magistério público da rede municipal. Dentre estes, estão os municípios de Araucária, Campo Largo, Curitiba e Pinhais. Novamente o município de Curitiba apresenta outra especificidade quanto aos dados, visto ser o único que apresentou as informações completas disponibilizadas por outro sujeito político, diferente da prefeitura, ou seja, o sindicato-SISMMAC. Isso demonstra a organização do sindicato e sua articulação com o contexto político social.

O município de Campo Magro disponibilizou tabelas salariais a partir de 1997, Colombo somente a partir de 2006, e Fazenda Rio Grande e Quatro Barras a partir de 2001.

Almirante Tamandaré disponibilizou informações a partir de 2004. Os outros anos na tabela salarial foram compostos por leis disponíveis acerca da remuneração.

Somente nos municípios de Campina Grande do Sul e São José dos Pinhais foi encontrado mais entraves na composição da tabela salarial no período proposto pela pesquisa. Isso devido à escassez das informações em sítios eletrônicos, à

dificuldade das prefeituras em retornar esta solicitação e à precariedade destas informações nos sindicatos. O Sinserp, sindicato dos professores de São José dos Pinhais, disponibilizou as informações recentes pertinentes a esta pesquisa, entre elas, o Estatuto que rege a tabela do servidor do magistério e a tabela salarial de 2010, que em muito contribuíram na investigação da remuneração docente deste município.

O PSPN, implantado em 2008, estabeleceu a remuneração do piso salarial aos professores com jornada de 40 horas semanais e habilitação no nível médio na modalidade Normal em R\$ 950,00. Em valores reais, isso representa R\$ 1056,08. O ano de 2009 teve o mesmo valor do piso, e em 2010 foi reajustado.

Ao aplicar a proporcionalidade da jornada de trabalho de 20 horas semanais à remuneração, em valores reais, temos R\$ 528,04 no ano de 2008. No ano de 2009 de R\$ 506,92 e em 2010 com o valor reajustado em lei²⁵², tem-se R\$512,33.

No ano em que foi implantado o PSPN, Almirante Tamandaré foi o único município que apresentou remuneração inicial dos professores no nível médio inferior ao piso salarial, R\$474,54. Nos anos seguintes, 2009 e 2010, o município chegou a praticar o mínimo do piso salarial, em 2009 de R\$510,54 e em 2010 de R\$512,36.

O gráfico 13 demonstra o percentual de crescimento acumulado da remuneração inicial do professor do magistério público municipal no PARMC, em valores reais, com as informações obtidas nos municípios para os anos de 2003, 2007 e 2010.

²⁵² O reajuste do piso salarial deve ser calculado utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental.

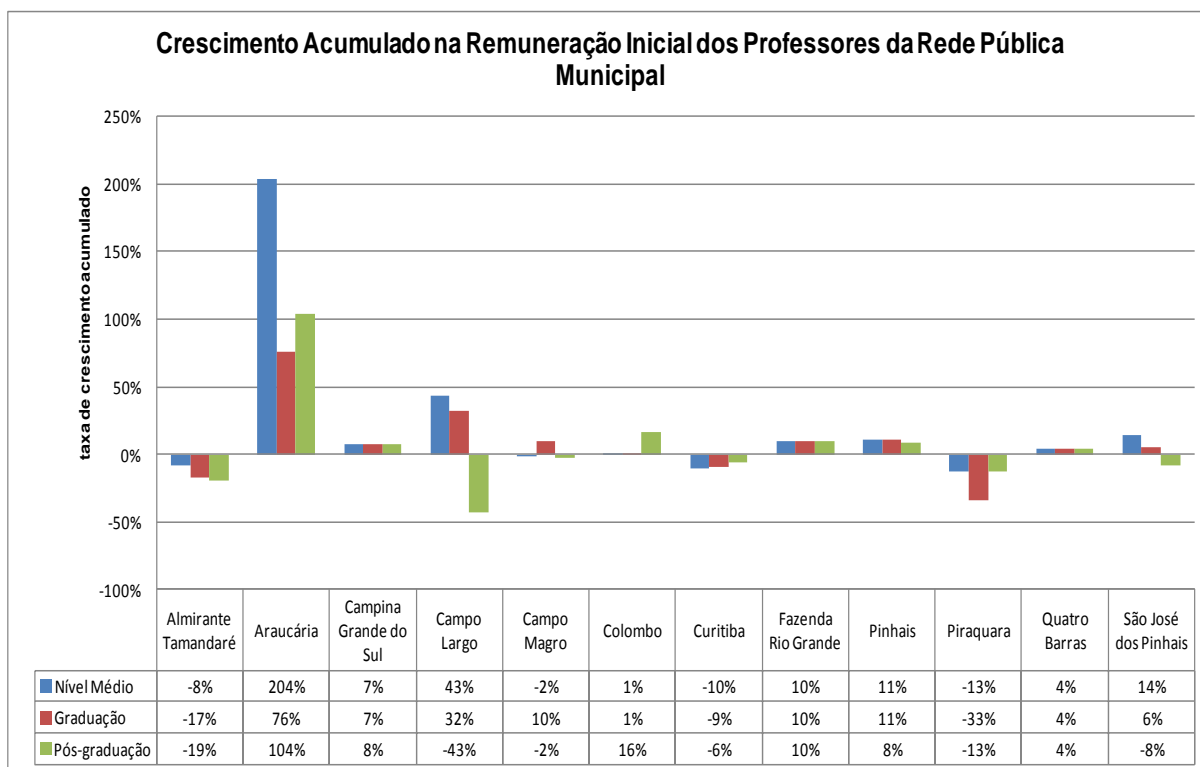


GRÁFICO 13 - PERCENTUAL DE CRESCIMENTO ACUMULADO

FONTE: ALMIRANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, CAMPO MAGRO, COLOMBO, CURITIBA, FAZENDA RIO GRANDE, PINHAIS, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (1996 a 2010). Elaborado pela autora

Almirante Tamandaré foi o município do PARMC que mais sofreu perda na remuneração inicial dos professores, nos três diferentes níveis de habilitação. O nível de habilitação do professor, nesse município, que mais perdeu na remuneração inicial, foi o do professor com pós-graduação.

O município de Araucária foi o que teve maior ganho na remuneração inicial dos professores, nos três diferentes níveis de habilitação. O nível médio na modalidade Magistério/Normal foi o que apresentou maior ganho.

Campo Largo, Campo Magro, Curitiba e Piraquara apresentaram ganho e perda na remuneração inicial dos professores. Dentre estes, o município de Campo Largo foi o que apresentou maior ganho na habilitação no nível médio e graduação e a maior perda no nível de pós-graduação de todos do PARMC, representando o percentual de -50%. O município de Campo Magro obteve ganho somente no nível de graduação, enquanto Curitiba obteve ganho somente no nível de pós-graduação, e Piraquara apresentou perda somente no nível de graduação.

Os municípios de Campina Grande do Sul, Colombo, Fazenda Rio Grande e Quatro Barras obtiveram crescimento acumulado da remuneração inicial dos professores mais linear nos três diferentes níveis de habilitação. Colombo se destacou ao apresentar a menor taxa de crescimento acumulado, a de 1%.

Pinhais e São José dos Pinhais apresentaram taxa de crescimento acumulado pouco diferenciado entre os diferentes níveis de habilitação.

O gráfico que segue demonstra a taxa do crescimento acumulado da remuneração inicial dos professores com nível superior de graduação, durante o período do FUNDEF e FUNDEB. Destaca-se que o período do FUNDEB ainda está em andamento, portanto a análise se deteve até o ano de 2010.

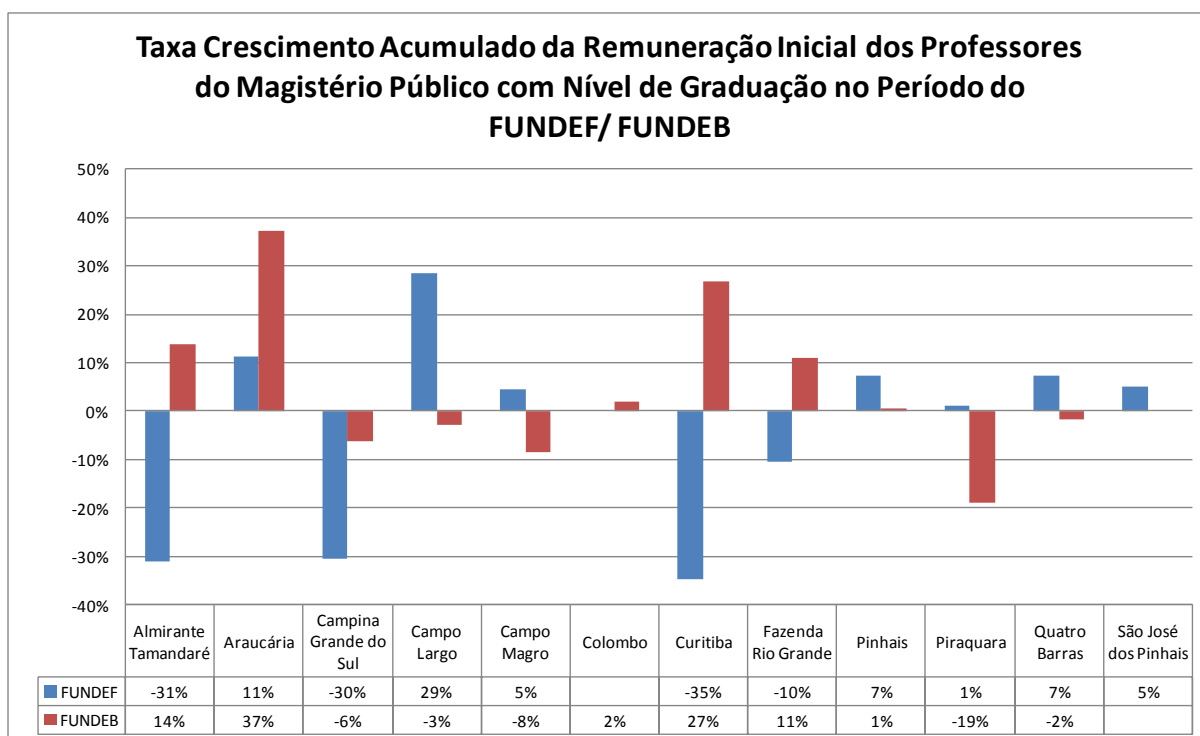


GRÁFICO 14 – MOVIMENTO REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES MAGISTÉRIO PÚBLICO NO FUNDEF/ FUNDEB

FONTE: ALMIRANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, CAMPO MAGRO, COLOMBO, CURITIBA, FAZENDA RIO GRANDE, PINHAIS, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2003, 2007, 2010).
Elaborado pela autora

No movimento da remuneração inicial dos professores com graduação, o município de Almirante Tamandaré apresentou perda no período do FUNDEF de 31%, porém com o FUNDEB revelou o ganho de 14%.

Com o FUNDEF²⁵³, sete dos municípios do PARMC apresentaram ganho e quatro sofreram perda da remuneração inicial dos professores, entre eles: Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, Curitiba e Fazenda Rio Grande.

Com o FUNDEB²⁵⁴, seis municípios do PARMC apresentaram ganho e cinco mostraram perda da remuneração inicial dos professores. Araucária e Curitiba destacaram-se pelos ganhos mais elevados, 37% e 27%, respectivamente. O município com a maior perda na remuneração no FUNDEB foi Piraquara, com o percentual de -19%.

As tabelas salariais não expressam somente as ações das políticas educacionais federais sobre a política municipal, mas o conjunto de ações que atuam sobre o magistério público municipal. Desse conjunto de informações sobre o magistério público, alguns serão analisados no próximo capítulo, considerando os contextos municipais.

²⁵³ Ano referência de 2003 para o período do FUNDEF no PARMC.

²⁵⁴ Ano referência de 2010 para o período do FUNDEB no PARMC.

3 REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DO PARMC NO CONTEXTO MUNICIPAL

“A natureza de uma política educacional alternativa não pode ser pensada doutrinariamente, mas no próprio processo sociopolítico administrativo. Nesse sentido, o que *deve ser* só interessa se estiver apoiado no *que é e está sendo*.” (CURY, 2002, p. 161)

Para a análise da remuneração inicial dos professores do PARMC, no contexto municipal, foram consideradas informações pertinentes a economia, educação e população nos municípios do PARMC. Para tanto, os dados selecionados para análise foram a receita do município; o gasto com MDE; ganho/perda com o FUNDEF/FUNDEB; as matrículas do ensino fundamental; e a remuneração inicial dos professores da rede pública municipal. Todos os dados trabalhados neste capítulo foram também atualizados pelo INPC de dezembro de 2010 para comparação de grandezas.

A proposta inicial do período de análise dos dados era dos anos de 1996 a 2010. Frente às informações disponibilizadas pelos municípios, a análise foi feita com os anos de referência que possuem a maior quantidade de informações de remuneração inicial dos professores, nos períodos do FUNDEF, FUNDEB e PSPN.

No período do FUNDEF, o ano de 2003 é o que corresponderia ao requisito acima mencionado, porém dois municípios do PARMC não possuíam essas informações, Colombo e Piraquara. Como no ano de 2004, o município de Piraquara possuía o valor da remuneração, foi considerado este ano para a análise. O município de Colombo permanecerá nesta dissertação com a ausência dessa informação, pois as tabelas salariais que foram disponibilizadas iniciam-se em 2006.

Semelhantemente ocorreu com a análise da remuneração inicial no período do FUNDEB, ao ser selecionado o ano de 2007, pois os municípios de Campina Grande do Sul e São José dos Pinhais não possuíam informação de remuneração

inicial, mas no ano de 2008, Campina Grande o possuía. Já em São José dos Pinhais, depois de 2003, a próxima tabela disponibilizada foi de 2010.

No período do PSPN, o ano selecionado foi de 2010, por compreender também o ano final de análise desta investigação.

Considerando as situações no período dos fundos, os cortes de anos selecionados para análise da remuneração inicial dos professores que compõe este capítulo constam de 2003/2004, 2007/2008 e 2010. Esses também foram os anos em que as outras informações concernentes a análise de contexto foram analisados.

Os dados acerca da receita dos municípios, do gasto em MDE e da perda/ganho com o FUNDEF/FUNDEB foram coletados no sítio eletrônico²⁵⁵ do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal, dos Relatórios Municipais no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). As informações de matrículas dos municípios foram coletadas no sítio eletrônico do INEP/MEC em Censo Escolar.

Na remuneração dos professores do magistério público tem-se três níveis de habilitação, os quais foram explanados nas tabelas salariais no transcorrer do capítulo 2. Para análise deste capítulo, será trabalhado com a remuneração do professor com habilitação no nível de graduação em jornada de trabalho de vinte horas semanais. Dos doze municípios do PARMC, somente três ainda permitem o ingresso do professor com habilitação no nível médio, os outros nove exigem a habilitação no nível superior com licenciatura plena na área da educação.

²⁵⁵ <http://www.tce.pr.gov.br/> e <http://www.fnde.gov.br/index.php/sistemas-siope>

3.1 PERFIL DOS MUNICÍPIOS DO PARMC

A tabela comparativa 16 apresenta uma breve caracterização dos municípios do PARMC quanto a sua demografia, extensão geográfica, economia, ano de fundação e indicadores sociais.

TABELA 16 – PERFIL DOS MUNICÍPIOS DO PARMC

Município	População (pessoas) 2010	Área da unidade territorial (Km²) 2010	PIB/ per capita (R\$1,00) 2009	Taxa Pobreza (%) 2000	Taxa Analfabetismo (%) 2000	Ano Fundação
Araucária	119.123	471,337	101.411	17,71	5,80	1890
São José dos Pinhais	264.210	944,280	41.217	14,03	5,70	1897
Quatro Barras	19.851	181,265	27.510	17,46	7,20	1961
Curitiba	1.751.907	435,495	24.720	8,61	5,40	1854
Pinhais	117.008	61,137	20.129	14,18	5,80	1992
Campina Grande do Sul	38.769	540,631	12.876	21,35	7,80	1956
Campo Largo	112.377	1.282,56	11.922	15,91	6,80	1873
Colombo	212.967	197,805	7.547	17,34	7,20	1943
Campo Magro	24.843	278,224	7.483	21,46	9,70	1995
Fazenda Rio Grande	81.675	115,377	5.968	20,11	7,20	1990
Almirante Tamandaré	103.204	191,114	5.926	22,17	10,10	1956
Piraquara	93.207	225,223	5.489	23,17	8,60	1992
Média				17,79	7,28	

FONTE: IBGE (2000, 2010), IPARDES (2010). Elaborado pela autora

Dos doze municípios do PARMC, somente quatro foram fundados após a Constituição Federal de 1988, o que equivale a um terço do PARMC. Esse um terço, representado pelos municípios de Campo Magro, Fazenda Rio Grande, Pinhais e Piraquara, foram fundados em anos que precede a implantação do FUNDEF.

Como já citado no transcorrer dessa dissertação, com a Constituição Federal de 1988, o município é considerado como ente federado, o que lhe outorga dentre suas responsabilizações a autonomia de legislar.

Então, cabe destacar a questão da municipalização do ensino mediante aos mecanismos legais. A Constituição Federal de 1988 explicitou que o dever do Estado com a educação seria a garantia de educação básica obrigatória e gratuita, em regime de colaboração, e responsabilizou os municípios para atuarem

prioritariamente no ensino fundamental e educação infantil (BRASIL, 1988). O FUNDEF estabeleceu que o repasse do fundo aos municípios fosse mediante o censo das matrículas no município, tendo, entre seus princípios, a universalização do ensino (BRASIL, 1996). Esses dois mecanismos legais reforçam a idéia da municipalização do ensino.

O FUNDEF tinha o pressuposto da universalização do ensino segundo a motivação do recebimento de recursos financeiros, proporcional ao número de alunos atendidos, porém Arelaro (2007) evidencia que, ao observar os dados estatísticos, o que se constata é a municipalização no atendimento ao ensino fundamental em foco, e nem tanto a universalização do ensino.

No estado do Paraná, a municipalização do ensino é parte resultante de uma história antiga de iniciativas voltadas para a municipalização através de várias modalidades de parcerias entre o governo estadual e prefeituras, na tentativa do desenho de um sistema de colaboração e responsabilidades compartilhadas, as quais vieram a ser empregadas a partir de 1991 (SANTOS, 2001).

Os estudos de documentos da SEED e do contexto político administrativo e financeiro realizados por Santos (2001) permitem compreender que o processo de municipalização do ensino encontra na década de 1950 medidas administrativas como mecanismos preparatórios de *descentralização da administração da rede estadual*. Em 1964, o Paraná implantou seu sistema de ensino – Lei do Sistema de Ensino – o que repercutiu na expansão da oferta municipal do ensino primário. A reforma do ensino brasileiro, através da Lei 5692/1971, efetivou o aspecto político na ampliação da dimensão administrativa pelos municípios, no atendimento ao ensino de 1º grau. O estado do Paraná reforça esse mecanismo da reforma do ensino, através do Plano de Reforma do Ensino (1973-1976), ao estabelecer o prazo de cinco anos de etapas a serem cumpridas no atendimento do ensino de 1º grau pelos municípios, e com recursos que auxiliariam no financiamento dessa ampliação, mediante projetos de cooperação até em âmbito federal, como o *Promunicípio*.

Portanto, no período que vai dos anos de 1960 a 1980, a natureza administrativo-financeira do processo de municipalização do ensino evidenciou mecanismos favoráveis a essa implantação como parte de “um movimento mais

amplo de âmbito nacional” (SANTOS, p.12, 2001), decorrentes da reforma de ensino e participação do estado em projetos federais.

Nos anos posteriores ao fim da ditadura militar e ao processo de abertura política, tem-se a promulgação da Constituição Federal de 1988. Diante desse contexto, na década de 1980, o estado do Paraná vivenciou a precarização das condições de financiamento público decorrente da crise econômica herdada após a ditadura militar, refletidas sobre as condições de financiamento do ensino no estado e nos municípios. Em 1988 e 1990, foram registradas duas grandes greves por parte dos professores do sistema de ensino de 1º grau, dado o arrocho salarial à crescente precarização das condições de trabalho no ensino municipal, frente ao crescente em matrículas da rede municipal (SANTOS, 2001).

Em 1991, o governo estadual firmou o *Termo de Cooperação Técnica Financeira* entre a SEED e os municípios, na disposição de ceder servidores estaduais e/ou recursos para a rede municipal de ensino na transferência de recursos à manutenção da rede municipal de ensino. Em 1992, 81,6% dos municípios aderiram ao termo, muito provavelmente com vistas aos estímulos financeiros aos municípios parceiros (SANTOS, 2001). Esse termo apresentava alguns problemas destacados no Fórum Paraense na Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal, concernente a valorização do professor, enquanto carreira, salário, regime de trabalho e organização dos profissionais da educação:

“não há garantia de tratamento isonômico para a carreira e salários unificados nacionalmente (p.3); não há falta de definição de qual instância arcará com o ônus da manutenção de pessoal administrativo e de serviços das escolas onde o Estado e o Município mantenham classes (p.4); risco de tratamento desigual na formulação e implantação de critérios, padrão de exigência e de qualidade para o provimento dos cargos (p.4); indefinição sobre o regime de trabalho (p.3); risco de perda de direitos já alcançados pela categoria (p.3); risco de esfacelamento da organização sindical (p.3)” (FORUM PARANAENSE EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E UNIVERSAL, 1991)

Essas ponderações realizadas no Fórum foram desconsideradas pelo Grupo de Planejamento Setorial da Secretaria de Estado da Educação, ao designar, em 1992, o *Termo Cooperativo da Parceria Educacional (TCPE)*, em que as reformulações orientavam a municipalização até 1994. Conforme Santos (2001), não houve alterações substantivas até a implantação do FUNDEF, seriam necessários

outros estudos para essa análise. A política do FUNDEF foi o solo fértil no processo de financiamento da municipalização do ensino, mediante o recebimento do fundo por matrículas no ensino fundamental.

Essa digressão detalhando o processo de municipalização no Estado foi necessária para poder-se contextualizar a condição de expansão das redes municipais do PARANÁ, e conseqüentemente, do PARMC.

Dentre os municípios mais antigos, estão os municípios com os maiores PIB per capita e maior concentração da população do PARMC. São eles: Araucária, Curitiba e São José dos Pinhais. Os municípios de Araucária e São José dos Pinhais estão entre os mais industrializados do PARMC, como podemos verificar na tabela 17.

TABELA 17 - DISTRIBUIÇÃO DO PIB NOS MUNICÍPIOS DO PARMC

PIB						
Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
	Números Absolutos			%		
Almirante Tamandaré	8.795	155.746	368.235	2	29	69
Araucária	51.066	4.656.428	5.923.105	0	44	56
Campina Grande do Sul	9.952	95.285	320.412	2	23	75
Campo Largo	45.633	362.176	787.079	4	30	66
Campo Magro	20.686	38.592	104.700	13	23	64
Colombo	21.979	417.929	1.231.939	1	25	74
Curitiba	16.193	7.366.563	30.508.607	0	19	81
Fazenda Rio Grande	4.676	109.533	327.497	1	25	74
Pinhais	1.248	652.858	1.419.889	0	32	68
Piraquara	6.744	132.905	304.617	1	30	69
Quatro Barras	1.294	267.424	175.432	0	60	40
São José dos Pinhais	48.245	5.231.008	4.662.329	0	53	47

Fonte: IBGE (2009). Elaborado pela autora

Na macroeconomia dos municípios do PARMC, a maioria dos municípios tem o PIB predominantemente resultante de serviços, com destaque aos municípios de Colombo, Pinhais e Curitiba que apresentam os maiores percentuais do PIB em serviços, e conforme a tabela 17 estão entre os municípios de maior densidade demográfica. De acordo com os indicadores sociais de taxa de pobreza e taxa de

analfabetismo, Curitiba, a capital do estado, é o município no PARMC com menor taxa de pobreza e menor taxa de analfabetismo, 8,61% e 5,40%, respectivamente, e ainda, o maior percentual do PIB em serviços, 81%,.

Os municípios de Araucária, Quatro Barras e São José dos Pinhais, são os mais industrializados conforme o percentual do PIB resultante das indústrias.

Araucária é o município com maior PIB/per capita e seu percentual está dividido entre serviços, 56%, e indústrias 44%. Seu fortalecimento econômico se deve ao parque industrial, que conta com 585 empresas, entre elas alguns gigantes do segmento petroquímico, metalúrgico e mecânico e também com outros pequenos segmentos. A transformação da economia desse município teve início no ano de 1972, com a instalação milionária da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar – que estimulou a criação dos parques industriais e abrigou uma das refinarias da Petrobrás. Os indicadores sociais expressam que a taxa de pobreza chega a ser o dobro do município de Curitiba, o que reflete parte da desigualdade na redistribuição de renda no município. Quanto à taxa de analfabetismo, Araucária se aproxima aos municípios com a menor taxa, sendo o terceiro com a menor taxa de analfabetismo no PARMC.

Em Quatro Barras e São José dos Pinhais, o percentual do PIB resultante de indústrias chega a ser maior que o PIB resultante de serviços. Nos últimos quatro anos, o município de Quatro Barras contou com a instalação de mais de 10 novas empresas, o que contribuiu para o aumento na arrecadação municipal em 82%. É o terceiro com o maior PIB/per capita no PARMC, elevando esse município ao patamar dos municípios mais ricos no PARMC, porém sua taxa de pobreza é bem próxima a de Araucária, o que caracteriza também a desigualdade na distribuição da renda no município. Além disso, sua taxa de analfabetismo é a maior entre os municípios mais ricos. São José dos Pinhais se destaca ao ser o terceiro pólo automotivo do país, abrigando montadoras da Volkswagen, Audi, Nissan e Renault, assim como grandes fábricas de auto-peças. Para além de ser o município sede do aeroporto do estado do Paraná, é o segundo município no PARMC com maior densidade demográfica, menor taxa de pobreza e menor taxa de analfabetismo, o que reflete a ação das políticas sociais municipais.

Dentre os municípios do PARMC, Campo Magro se destaca por ser o único município com percentual significativo do PIB resultante da agropecuária, 13%, pois a base de sua economia é a agricultura familiar orgânica, o artesanato e o turismo rural. No entanto, muitos de seus habitantes optam por trabalhar em outros municípios, dado a escassez em empregos, isso expressa o fato de estar entre os municípios do PARMC com as maiores taxas de pobreza e analfabetismo.

O município de Almirante Tamandaré se destaca por ser o município no PARMC com maior taxa de pobreza, 22,17% e maior taxa de analfabetismo, 10,10%. Sua principal atividade econômica é a indústria de cal, seguido do turismo como importante atividade econômica. Cerca de 53% da população desse município trabalha em Curitiba, o que lhe reserva o título de cidade dormitório. A economia do município é muito incipiente, o que confere as piores taxas de pobreza e analfabetismo.

3.2 CONTEXTO MUNICIPAL DO PARMC

Para a análise do movimento das receitas nos municípios foi realizado o dimensionamento da receita per capita. Para tanto, foi aplicada a razão entre a receita municipal e a população. Para o dimensionamento da população a coleta das informações foi realizada na base de dados do IBGE, através dos censos populacionais dos anos de 2000 e 2010.

TABELA 18 - DEMOGRAFIA DO PARMC E TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADO

Municípios	2000 (hab)	2010 (hab)	Taxa Crescimento Acumulado (%)
Almirante Tamandaré	88.277	103.204	17
Araucária	94.258	119.123	26
Campina Grande do Sul	34.566	38.769	12
Campo Largo	92.782	112.377	21
Campo Magro	20.409	24.843	22
Colombo	183.329	212.967	16
Curitiba	1.587.315	1.751.907	10
Fazenda Rio Grande	62.877	81.675	30
Pinhais	102.985	117.008	14
Piraquara	72.886	93.207	28
Quatro Barras	16.161	19.851	23
São José dos Pinhais	204.316	264.210	29

FONTE: IBGE (2000, 2010). Elaborado pela autora

Com base nas informações do censo populacional nos municípios do PARMC, Fazenda Rio Grande, Piraquara e São José dos Pinhais foram os municípios com maior crescimento populacional. Observa-se que as razões são distintas entre os dois primeiros municípios e São José dos Pinhais, pois Fazenda Rio Grande e Piraquara cresceram com o PIB em serviços, conforme percentual da tabela 17, sendo sua principal característica a de serem municípios dormitórios. Já São José dos Pinhais, cresce por sua expansão industrial, segundo o percentual do PIB em indústria.

Em Curitiba, se apurou a menor taxa percentual de crescimento acumulado na população. Estudos²⁵⁶ indicam que entre os municípios da RMC ocorre a migração populacional, e isso se deve à facilidade na mobilidade urbana em questões geográficas e econômicas, em torno do primeiro anel da região metropolitana²⁵⁷. Em termos geográficos, os municípios do PARMC estão próximos, sendo que os mais distantes são Quatro Barras, com 30 km de distância da capital, e Campina Grande do Sul, com 28 km (IPARDES, 2004).

²⁵⁶ Para aprofundar sobre a temática da mobilidade geográfica na RMC indicamos a leitura dos trabalhos de IPARDES (2004) e NOGUCHI (2009).

²⁵⁷ <http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=89>.

3.2.1 Receita municipal

A partir dos dados demográficos do Censo Populacional de 2000 e 2010, foi realizado o cálculo da renda per capita, considerando para o ano de 2003 o Censo Populacional de 2000, e para os anos de 2007 e 2010 o Censo Populacional de 2010.

TABELA 19 - RENDA PER CAPITA MUNICIPAL, EM VALORES REAIS, ATUALIZADO PELO INPC (DEZ/ 2010)

Município	2003	2007	2010	Taxa Crescimento Acumulado
Almirante Tamandaré	312	516	534	71%
Araucária	2886	3553	3675	27%
Campina Grande do Sul	683	935	1036	52%
Campo Largo	584	875	865	48%
Campo Magro	791	1035	1115	41%
Colombo	387	533	653	69%
Curitiba	878	1158	1218	39%
Fazenda Rio Grande	373	612	590	58%
Pinhais	756	1032	1309	73%
Piraquara	492	885	856	74%
Quatro Barras	1167	1666	1544	32%
São José dos Pinhais	831	1434	1908	130%

FONTE: FNDE (2003, 2007, 2010); INEP/MEC (2003, 2007, 2010). Elaborado pela autora

O município que teve maior incremento na renda per capita foi São José dos Pinhais. Fato este que pode ser resultante da expansão industrial no município.

A maioria dos municípios apresenta movimento inconstante na receita per capita municipal nos três anos de análise, o que reflete na ordem diversificada hierarquicamente. Três municípios mantiveram suas posições constantes: Almirante Tamandaré, que nos três anos é o município mais pobre, Araucária, o mais rico e Campina Grande, o intermediário, com valores próximos a mediana nos três anos. A mediana da receita per capita municipal no ano de 2003, em valores reais, foi de R\$720, em 2007 de R\$984 e 2010 de R\$ 1075.

Com base na tabela 19, foi localizado o movimento dos municípios mais ricos, dos intermediários e dos mais pobres do PARMC, durante os anos selecionados, que permite a hierarquização abaixo:

2003	2007	2010
Araucária	Araucária	Araucária
Quatro Barras	Quatro Barras	São José dos Pinhais
Curitiba	São José dos Pinhais	Quatro Barras
São José dos Pinhais	Curitiba	Pinhais
Campo Magro	Campo Magro	Curitiba
Pinhais	Pinhais	Campo Magro
Campina Grande do Sul	Campina Grande do Sul	Campina Grande do Sul
Campo Largo	Piraquara	Campo Largo
Piraquara	Campo Largo	Piraquara
Colombo	Fazenda Rio Grande	Colombo
Fazenda Rio Grande	Colombo	Fazenda Rio Grande
Almirante Tamandaré	Almirante Tamandaré	Almirante Tamandaré

QUADRO 4 - HIERARQUIA DO PARMC SEGUNDO A RECEITA PER CAPITA NOS ANOS DE 2003, 2007 E 2010

FONTE: FNDE (2003, 2007, 2010) e IBGE (2000, 2010). Elaborado pela autora

Essa hierarquização subsidiou a divisão do PARMC em três grupos, conforme a receita per capita disponibilizada no ano de 2010, os *municípios mais ricos*, os *municípios intermediários* e os *municípios mais pobres*. A escolha desse ano se deve ao fato de ser o ano eleito para atualização dos valores nominais, e também o ano final dessa pesquisa. O valor de corte intermediário para classificação dos grupos foi a mediana da receita per capita do ano de 2010, expressado no valor de R\$ 1075. Portanto os municípios intermediários são os que se aproximaram do valor da mediana.

O primeiro grupo formado pelos municípios mais ricos apresentou a receita per capita de R\$ 1500 ou mais. O segundo grupo foi representado pelos municípios de receita per capita na faixa entre R\$1000 e 1499. E o terceiro grupo pelos municípios mais pobres, com receita per capita abaixo de R\$1000.

O município de Curitiba, embora apresentasse no ano de 2010 o valor da receita per capita para estar no grupo dos municípios intermediários, foi colocado no grupo dos municípios mais ricos pela trajetória que desempenhou nos anos de coleta dos dados. Em 2003, estava no terceiro lugar do ranking dos municípios mais ricos, em 2007 em quarto, e em 2010 em quinto.

Municípios Mais Ricos	Municípios Intermediários	Municípios Mais Pobres
Araucária	Pinhais	Campo Largo
Quatro Barras	Campo Magro	Piraquara
São José dos Pinhais	Campina Grande do Sul	Colombo
Curitiba		Fazenda Rio Grande
		Almirante Tamandaré

QUADRO 5 - CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO PARMC SEGUNDO RECEITA PER CAPITA 2010

FONTE: FNDE (2003, 2007, 2010) e IBGE (2000, 2010). Elaborado pela autora

Araucária foi o município que apresentou maior receita per capita, devido à sua arrecadação de impostos municipais ser a maior. Ter a maior receita per capita não significa dizer que a renda do município seja redistribuída equitativa ou igualitariamente entre a população. No ano de 2010, a receita per capita desse município chegou a ser quase²⁵⁸ duas vezes maior que a do segundo município com maior receita per capita, São José dos Pinhais. Essa classificação dos grupos acima foi utilizada nas análises que se seguem.

3.2.2 Matrículas da rede municipal

As informações acerca das matrículas foram coletadas no sítio eletrônico do INEP/MEC, através do Censo Escolar dos respectivos anos de análise.

²⁵⁸ Corresponde exatamente ao valor de 1,9261006.

Na tabela 20, segundo a classificação hierárquica da receita per capita, é possível visualizar o movimento das matrículas nos três grupos dos municípios do PARMC.

TABELA 20 - MATRÍCULAS DO PARMC NOS ANOS DE 2003, 2007 E 2010

Matrículas no PARMC				Taxa Crescimento Acumulado Matrícula (%)
Municípios Mais Ricos				
	2003	2007	2010	
Araucária	19.877	20.648	21.648	9%
Quatro Barras	2.176	2.110	2.172	0%
São José dos Pinhais	25.891	27.363	28.263	9%
Curitiba	130.343	131.505	132.730	2%
Municípios Intermediários				
	2003	2007	2010	
Pinhais	11.037	12.633	12.958	17%
Campo Magro	2.952	3.171	2.934	-1%
Campina Grande do Sul	5.930	5.095	4.613	-22%
Municípios Mais Pobres				
	2003	2007	2010	
Campo Largo	12.480	12.783	12.299	-1%
Piraquara	9.531	10.251	10.089	6%
Colombo	26.033	25.798	25.561	-2%
Fazenda Rio Grande	10.057	9.354	9.534	-5%
Almirante Tamandaré	12.222	11.177	10.097	-17%

FONTE: INEP/ MEC (2003, 2007, 2010). Elaborado pela autora

O maior crescimento das matrículas municipais no PARMC foi registrado no município de Pinhais, cuja expansão nas matrículas representou o percentual de 17%, estando entre os municípios com as menores taxa de analfabetismo. Com relação ao crescimento populacional, encontra-se entre os municípios de menor crescimento populacional. Em razão inversa, tem-se o município de Almirante Tamandaré, cujo decréscimo nas matrículas foi de 17%, com o mesmo percentual para crescimento populacional, representando o município com as maiores taxas de analfabetismo e de pobreza no PARMC.

No grupo dos municípios mais ricos do PARMC o movimento foi de expansão das matrículas na rede municipal, com a exceção de Quatro Barras que não cresceu em matrículas, e por sua vez, é o menor município em área geográfica, de maior crescimento populacional, com PIB/per capita maior que a capital, e taxa de pobreza relativamente alta no PARMC, em comparação aos demais municípios do PARMC. Isso representa a desigualdade na redistribuição da renda no município e a necessidade do estudo de caso quanto ao encolhimento da rede municipal frente ao crescimento populacional.

Os municípios de Pinhais e Piraquara, pertencentes ao grupo dos municípios intermediários e mais pobres, respectivamente, são os únicos de seu grupo que expandiram as matrículas na rede municipal, nos outros municípios desse grupo ocorreu o decréscimo das matrículas. Segundo a ampliação da rede municipal através das matrículas, e o crescimento na remuneração dos professores, o município de Pinhais ocuparia o mesmo lugar de Quatro Barras. O município de Pinhais, apesar de estar entre as 100 melhores cidades brasileiras para se fazer negócios, apresentou a receita per capita inferior que a de Quatro Barras. Piraquara é considerado o município reservatório de água da região metropolitana, e por possuir grandes áreas de proteção ambiental, tem restrições às atividades industriais, o que reflete na limitação do desenvolvimento econômico. Esse município investe no turismo de aventura e agroturismo. Os municípios de Pinhais e Piraquara se configuram no âmbito da economia, como municípios que fazem esforço no atendimento a cobertura da educação básica frente as matrículas e remuneração inicial dos professores.

Cabe o destaque para Campina Grande do Sul, o município do grupo dos intermediários que apresentou o maior percentual no PARMC de decréscimo das matrículas, -22%, está entre os municípios com menor crescimento populacional e o segundo município com maior taxa de pobreza no PARMC.

Dos municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional no PARMC, Fazenda Rio Grande (30%), São José dos Pinhais (29%), Piraquara (28%) e Araucária (26%), somente o município de Fazenda Rio Grande registrou o encolhimento das matrículas da rede municipal, fato que expressa a deficiência no município de administrar seu crescimento populacional frente sua

condição econômica, refletindo também na extremidade da política social e educativa sobre as matrículas.

3.2.3 Gasto em MDE

Os dados pertinentes ao gasto em MDE foram obtidos no FNDE, através do Relatório Municipal do SIOPE, segundo os anos de corte deste capítulo. Para análise do movimento do gasto em MDE, foi aplicada a razão entre o gasto em MDE e as matrículas municipais. A tabela 21 apresenta esses dados conforme a classificação da receita per capita no PARMC, em valores reais, nos respectivos anos de análise.

TABELA 21 - GASTO EM MDE DOS MUNICÍPIOS DO PARMC NOS ANOS DE 2003, 2007 E 2010, EM VALORES REAIS, CORRIGIDOS PELO INPC (DEZ/2010)

Hierarquia dos municípios no PARMC, segundo sua riqueza				Taxa Crescimento Acumulado
Municípios Mais Ricos				
	2003	2007	2010	
Araucária	65.053.146	83.557.525	82.091.562	26%
Quatro Barras	4.608.829	7.590.434	8.132.577	76%
São José dos Pinhais	61.808.377	72.939.699	115.221.455	86%
Curitiba	483.090.596	500.323.105	655.898.084	36%
Municípios Intermediários				
	2003	2007	2010	
Pinhais	27.684.373	34.463.955	48.684.404	76%
Campo Magro	5.695.721	7.735.023	9.054.470	59%
Campina Grande do Sul	10.477.001	12.119.398	19.748.020	88%
Municípios Mais Pobres				
	2003	2007	2010	
Campo Largo	26.298.750	30.927.977	39.618.449	51%
Piraquara	20.293.347	27.449.279	46.246.969	128%
Colombo	39.176.339	51.892.268	58.419.778	49%
Fazenda Rio Grande	14.211.137	20.604.977	23.660.414	66%
Almirante Tamandaré	18.845.631	24.258.730	25.110.918	33%

FONTE: FNDE (2003, 2007, 2010). Elaborado pela autora

Oito dos doze municípios no PARMC cresceram mais que 50% no gasto com MDE. O município de Piraquara registrou o maior crescimento no gasto com MDE,

chegando a dobrar o seu gasto em MDE em 2010, comparando-o ao ano de 2003. Parte desse gasto é visto no esforço da ampliação das matrículas na rede municipal, pois é o único município do grupo dos mais pobres que fez essa alavanca nas matrículas.

Os municípios de Araucária, Curitiba, Colombo e Almirante Tamandaré apresentaram as menores taxas de crescimento acumulado no MDE. Araucária e Curitiba, municípios ricos, permaneceram crescendo nas matrículas da rede municipal, ainda que estivesse entre os municípios com menores taxas de crescimento do gasto em MDE. Já Colombo e Almirante Tamandaré, municípios mais pobres, verificou-se a redução nas matrículas na rede municipal, mas com crescimento contínuo no gasto com MDE. Em Almirante Tamandaré, o decréscimo nas matrículas foi de 17%, o que representou uma redução de 2.125 vagas na rede municipal frente ao crescimento de 14.927 habitantes, manifestando a precariedade na rede municipal e seu atendimento.

A seguir, foram realizadas as análises do gasto em MDE por matrículas da rede municipal, em valores reais, atualizados pelo INPC de dezembro de 2010.

TABELA 22 – GASTO EM MDE POR MATRÍCULA NA REDE MUNICIPAL NOS ANOS DE 2003, 2007 E 2010, EM VALORES REAIS, CORRIGIDOS PELO INPC (DEZ/2010)

Gasto em MDE por matrícula na rede municipal				Taxa Crescimento Acumulado
Municípios Mais Ricos	2003	2007	2010	
Araucária	3.273	4.047	3.792	16%
Quatro Barras	2.118	3.597	3.744	77%
São José dos Pinhais	2.387	2.666	4.077	71%
Curitiba	3.706	3.805	4.942	33%
Municípios Intermediários				
Pinhais	2.508	2.728	3.757	50%
Campo Magro	1.929	2.439	3.086	60%
Campina Grande do Sul	1.767	2.379	4.281	142%
Municípios Mais Pobres				
Campo Largo	2.107	2.419	3.221	53%
Piraquara	2.129	2.678	4.584	115%
Colombo	1.505	2.011	2.286	52%
Fazenda Rio Grande	1.413	2.203	2.482	76%
Almirante Tamandaré	1.542	2.170	2.487	61%

FONTE: FNDE (2003, 2007, 2010); INEP/MEC (2003, 2007, 2010). Elaborado pela autora

O gasto aluno/ano da rede municipal no PARMC foi maior que 50% em onze dos doze municípios do PARMC. Araucária foi o único município com o percentual

da taxa de crescimento acumulado inferior a 50% e o único que apresentou um decréscimo do valor do gasto aluno/ano (2007-2010) nos períodos analisados. No ano de 2007, seu valor gasto aluno/ano foi duas vezes maior que outros municípios, como Colombo e Almirante Tamandaré.

Os municípios de Campina Grande do Sul e Piraquara apresentaram as maiores taxas de crescimento acumulado do gasto aluno/ano, acima de 100%. Em Campina Grande do Sul, o crescimento chegou quase a ser três vezes maior no gasto aluno/ano, mas não expressou esse gasto nas matrículas da rede municipal, pois as mesmas registraram o encolhimento da rede municipal pelo decréscimo de - 22% nas matrículas municipais. E Piraquara segue conforme já especificado, o único município do grupo dos mais pobres com esforço na ampliação de matrículas.

Todos os municípios do PARMC apresentaram valores do gasto aluno/ano superiores ao valor mínimo aluno/ano estadual e nacional em todos os anos analisados do corte dessa pesquisa. Segundo o FUNDEF, para o ano de 2003, o valor mínimo aluno/ano²⁵⁹ era de R\$ 462,00, que em valores reais corrigidos pelo INPC de dezembro de 2010, expressando a quantia de R\$ 660,83. Para os anos de 2007 e 2010, os valores mínimo gasto aluno/ano analisados foram do estado do Paraná, que apresentou segundo os dados estatísticos do valor aluno/ano e receita anual prevista os valores de R\$ 1.272,83 e R\$ 1.517,08, respectivamente. (FNDE, 2007; 2008). Em valores reais, o ano de 2007 apresentou o valor mínimo gasto aluno/ano do estado do Paraná de R\$ 1.516,88. Indireta ou diretamente, o valor gasto aluno/ano impactou na remuneração dos professores do magistério público, pois o cálculo da remuneração parte do conjunto de gastos em MDE (BRASIL, 1996b).

3.2.4 FUNDEF e FUNDEB

Para análise do movimento do fundo de financiamento da educação, o FUNDEF, e depois, o FUNDEB, as informações trabalhadas foram obtidas no FNDE, no relatório municipal do SIOPE.

²⁵⁹ Valor nacional mínimo aluno/ano promulgado pelo Decreto nº4.861 de 2003.

Prosseguindo no encaminhamento do corte de análise, no FUNDEF foi analisado o ano de 2003, e no FUNDEB, os anos de 2007 e 2010, sendo o último ano de análise também pertinente ao PSPN.

Parte da análise dos fundos já foi destacada no transcorrer dos capítulos 2 e 3, isso se deve ao fato da política de fundos comporem a temática dessa dissertação, enquanto seus efeitos na remuneração dos professores.

O gráfico 15 demonstra o movimento do FUNDEF/ FUNDEB nos cortes dos anos de 2003, 2007 e 2010, segundo o ganho/ perda com esse mecanismo legal na receita da educação dos municípios no PARMC.

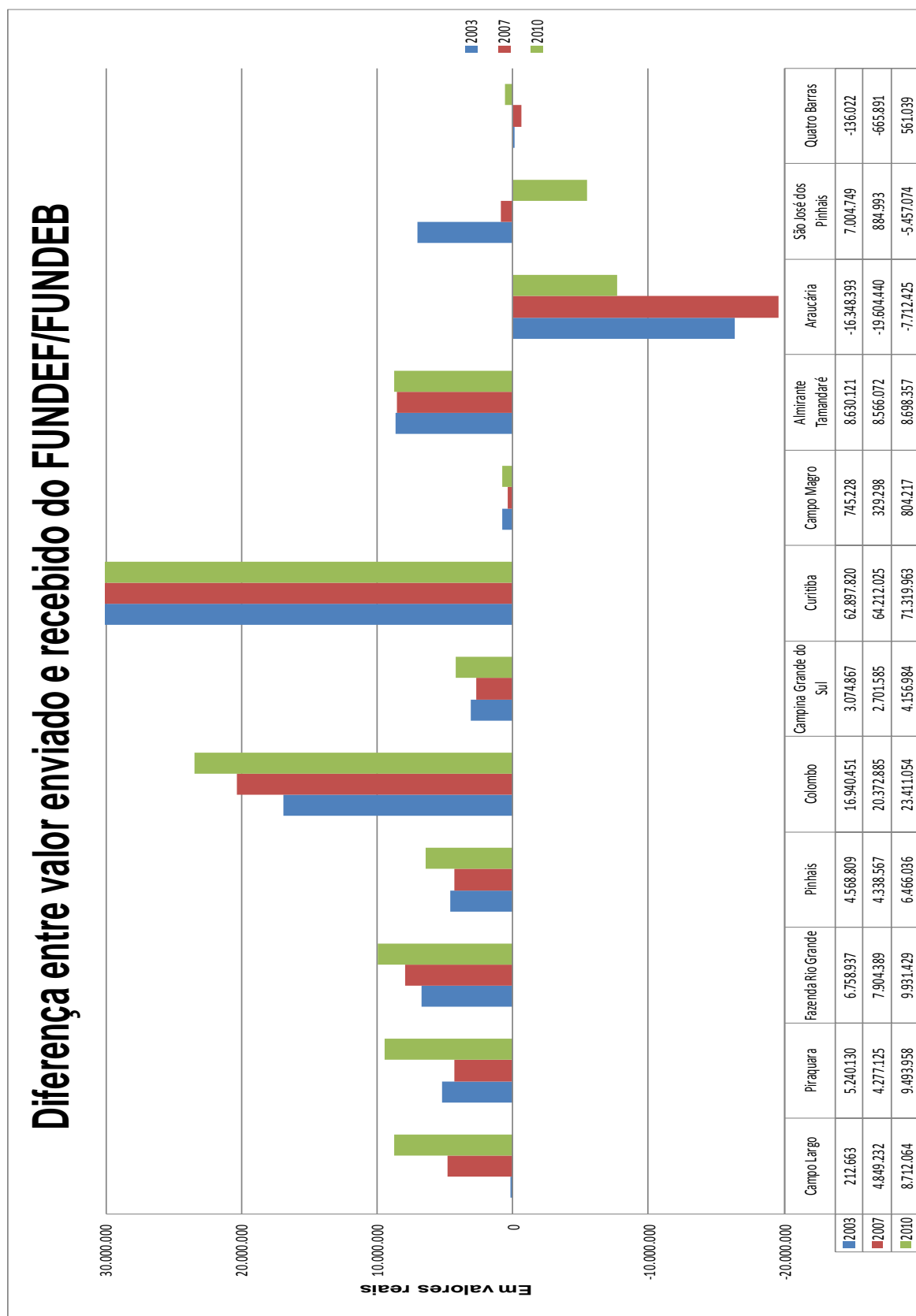


GRÁFICO 15 - MOVIMENTO DOS RECURSOS DO FUNDEF/ FUNDEB NO PARMC
 FONTE: ALMIRANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, CAMPO MAGRO, COLOMBO, CURITIBA, FAZENDA RIO GRANDE, PINHAIS, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (1996 a 2010).
 Elaborado pela autora

O movimento do gráfico 15 nos anos destacados, demonstra que há municípios que só perderam com o fundo, outros que somente ganharam e outros que ano perdem, ano ganham com o fundo. E segundo esse movimento, é possível classificar os municípios do PARMC com se segue.

TABELA 23 - CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE PERDEM/ GANHAM COM O FUNDEF/ FUNDEB E DOS QUE GANHAM NOS ANOS DE 2003, 2007 E 2010, EM VALORES REAIS CORRIGIDOS PELO INPC (DEZ/ 2010)

Municípios que perdem/ ganham com o FUNDEF/ FUNDEB			
	2003	2007	2010
Araucária	-16.348.393	-19.604.440	-7.712.425
Quatro Barras	-136.022	-665.891	561.039
São José dos Pinhais	7.004.749	884.993	-5.457.074

Municípios que ganham com o FUNDEF/ FUNDEB			
	2003	2007	2010
Campo Largo	212.663	4.849.232	8.712.064
Campo Magro	745.228	329.298	804.217
Campina Grande do Sul	3.074.867	2.701.585	4.156.984
Pinhais	4.568.809	4.338.567	6.466.036
Piraquara	5.240.130	4.277.125	9.493.958
Almirante Tamandaré	8.630.121	8.566.072	8.698.357
Colombo	16.940.451	20.372.885	23.411.054
Curitiba	62.897.820	64.212.025	71.319.963
Fazenda Rio Grande	6.758.937	7.904.389	9.931.429

FONTE: FNDE (2003, 2007, 2010). Elaborado pela autora

No movimento dos municípios que perdem/ ganham com o FUNDEF/ FUNDEB incluem-se os municípios mais ricos e industrializados, que ao contribuírem com o fundo, passam mais recursos do que recebem no repasse dos fundos. Araucária, o município mais rico do PARMC segundo sua receita per capita, é o único município que sempre perdeu com o fundo, perdendo menos no intervalo de 2007-2010, que pode ter relação com a redução no gasto em MDE nesse mesmo período, já que os recursos que não retornaram ao município, e devido aos efeitos da política de fundos, foram contabilizados como investimento para o cálculo da vinculação orçamentária, ou seja, caracterizaram-se gastos de MDE.

O município de Quatro Barras registrou perda com o FUNDEF. Com o FUNDEB começou perdendo, e depois chegou a ganhar no ano de 2010. No período de análise desta pesquisa, esse município teve crescimento da receita e da

população, que expressaram, no intervalo de 2007-2010, o não acompanhamento proporcional, uma vez que sua receita per capita sofreu uma queda nesse mesmo período, porém apresentou a taxa de crescimento acumulado de gasto em MDE significativo de 26%, não tendo relação com as matrículas. Verificou-se que o aumento populacional pode ter refletido sobre o ganho com o FUNDEB em 2010, mas não como o investimento desse recurso na ampliação de matrículas e remuneração de professores, conforme tabela 22, podendo ter sido aplicado em outras estruturas do ensino fundamental.

São José dos Pinhais ampliou sua receita municipal expressivamente no período do FUNDEB, no intervalo de 2007-2010, assim como ampliou o gasto em MDE e as matrículas, refletindo sobre a perda com o fundo nesse intervalo. No período do FUNDEF, o município ganhou com o fundo. Com o crescimento econômico do município, o assemelhando a Araucária, passou a perder com fundo em razão de seu incremento econômico industrial no município.

Os outros nove municípios do PARMC sempre ganharam com o fundo nos intervalos de anos analisados, tanto com o FUNDEF quanto com o FUNDEB, como se pode visualizar na tabela 23, em consonância com a política de financiamento da educação do fundo por matrículas, minimizando as desigualdades sociais na educação segundo seus recursos. Somente Curitiba, constituinte do grupo dos mais ricos, ganhou com o fundo. E isso devido a sua grande rede municipal. Todos os outros municípios que ganharam com o fundo fazem parte do grupo dos intermediários ou dos mais pobres.

O município de Campo Largo foi o que apresentou maior ganho com a política de fundos, principalmente no intervalo de 2003-2007. Ao analisar o período de 2003 a 2010, pode-se dizer que esse município chegou a ganhar quarenta vezes mais com o FUNDEB em 2010. Esse também é o município de economia agrícola.

3.3 REMUNERAÇÃO INICIAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

A análise da remuneração inicial dos professores considera as informações contidas no capítulo 2, pertinentes a tabela salarial para os professores com

ingresso na carreira do magistério com nível superior em licenciatura plena, em jornada de trabalho de vinte horas semanais.

A seguir, a tabela 24 demonstra o movimento da remuneração inicial dos professores da rede municipal, disposto segundo o critério do município que apresentou maior taxa de crescimento acumulado. Os municípios de São José dos Pinhais e Colombo apresentam lacunas pela ausência de informação nos respectivos anos e consequentes.

TABELA 24 - REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES NO PARMC, EM VALORES REAIS, CORRIGIDOS PELO INPC (DEZ/ 2010)

Município	2003	2007	2010	Tx crescimento acumulado
Campina Grande do Sul *	566,43	931,10	873,67	54%
Araucária	1077,57	1140,41	1566,14	45%
Curitiba	792,47	889,23	1126,68	42%
Fazenda Rio Grande	441,81	554,16	614,61	39%
Pinhais	1007,49	1287,84	1295,85	29%
Campo Magro	630,68	834,26	764,67	21%
Almirante Tamandaré	637,17	653,18	742,92	17%
São José dos Pinhais	1119,76		1278,08	14%
Campo Largo	661,66	709,01	688,47	4%
Colombo		798,53	813,16	2%
Quatro Barras	813,87	825,13	811,17	0%
Piraquara *	1158,10	1117,79	906,83	-22%

* Município com ausência de informação nos anos de corte, utilizado portanto, o ano subsequente. Campina Grande do Sul de 2008 e Piraquara de 2004

FONTE: ALMIRANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, CAMPO MAGRO, COLOMBO, CURITIBA, FAZENDA RIO GRANDE, PINHAIS, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2003, 2007, 2010). Elaborado pela autora

A base de cálculo da taxa de crescimento acumulado para o município de Colombo foi o intervalo 2007-2010, devido ao fato da ausência da tabela salarial municipal do ano de 2003 neste município. No município de São José dos Pinhais, também temos uma lacuna no ano de 2007, por ausência de informação.

Na análise da remuneração inicial dos professores da rede municipal, em valores reais, verificou-se a heterogeneidade no movimento da remuneração nos intervalos selecionados.

No movimento crescente da remuneração inicial dos professores de 2003-2007, e depois decrescente em 2007-2010, se destacaram Campina Grande do Sul, Campo Magro, Campo Largo e Quatro Barras. Enfatiza-se que estes municípios, Quatro Barras está no grupo dos municípios mais ricos, Campina Grande do Sul e Campo Magro, no grupo dos intermediários, e Campo Largo, entre os municípios mais pobres.

Em movimento constante de crescente remuneração inicial dos professores tem-se Araucária, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Almirante Tamandaré, São José dos Pinhais e Colombo.

Somente o município de Piraquara apresentou o movimento constante de decréscimo na remuneração inicial dos professores da rede municipal.

Campina Grande do Sul foi o município que apresentou o maior percentual na taxa de crescimento acumulado no intervalo de 2003-2010. Apesar desse feito, registra, no intervalo de 2007-2010, a perda na remuneração em valores reais de 22%. Um retrocesso na valorização do magistério enquanto política de financiamento na remuneração.

Atualmente, as melhores remunerações iniciais aos professores do magistério público municipal no PARMC estão em Araucária, Pinhais, São José dos Pinhais e Curitiba. E destes, apenas São José dos Pinhais ainda tem o Estatuto do Servidor Público regendo o magistério público, não tendo Plano de Carreira, Cargos e Remuneração do Magistério Público vigente.

Os municípios com as piores remunerações iniciais aos professores na rede municipal são Fazenda Rio Grande, Campo Largo, Almirante Tamandaré e Campo Magro.

Na configuração da remuneração inicial dos professores pela receita per capita municipal foi possível constatar que a concentração das melhores remunerações está nos municípios mais ricos, e a concentração das piores remunerações nos municípios mais pobres.

Quatro Barras apresentou o valor de remuneração inicial dos professores abaixo do perfil de sua classificação na receita per capita municipal e sem crescimento acumulado na remuneração, como já citado, colocando-o, segundo as

matrículas e remuneração inicial dos professores, no grupo dos municípios intermediários. Assim como Pinhais se destacou por pertencer ao grupo dos municípios intermediários, por sua remuneração inicial dos professores e expansão das matrículas municipais, colocando-o no patamar dos municípios mais ricos.

Nos municípios mais pobres, percebeu-se o esforço dos municípios na remuneração inicial dos professores, apresentando valores semelhantes aos dos municípios intermediários no ano de 2010. Fazenda Rio Grande e Campo Largo foram os municípios do grupo dos municípios mais pobres e com as piores remunerações, ainda que apresentassem taxa de crescimento acumulado da remuneração de forma significativa, 39% e 17%, respectivamente. Apesar de apresentarem a menor remuneração inicial dos professores, o aumento do gasto em MDE em Fazenda Rio Grande poderia ser explicado pelo esforço na composição do valor da remuneração dos professores, porém o patamar ainda é muito baixo para remuneração inicial dos professores no PARMC.

Os municípios com as maiores taxas de crescimento acumulado em remuneração foram Araucária, Curitiba, Campina Grande do Sul e Fazenda Rio Grande.

Em Araucária e Curitiba, municípios mais ricos do PARMC, estão os sindicatos mais organizados dos profissionais da educação, e que expressam com esforço as reivindicações no espaço da política, podendo ser este também o impacto sobre a remuneração inicial dos professores nesses municípios, que se destacam pelas maiores remunerações iniciais dos professores no PARMC.

Seguindo a mesma lógica de Fazenda Rio Grande, o município de Campina Grande do Sul apresentou uma das menores remunerações iniciais dos professores, porém esforçou-se na composição dessa remuneração, ao apresentar o maior percentual da taxa do crescimento acumulado em remuneração dos professores no PARMC, de 54%.

Analisando se os municípios do PARMC estão praticando o mínimo do PSPN²⁶⁰ na remuneração inicial dos professores, segundo a proporcionalidade de carga horária de trabalho, constatou-se o cumprimento da lei.

²⁶⁰ Valor do PSPN em 2010 de R\$ 1024,67 para jornada de 40 horas semanais. Para a jornada de 20 horas semanais o valor de R\$ 512,33.

A média da remuneração inicial dos professores, no ano de 2010, fez um corte, o qual os municípios que conseguiram estar acima da média foram na maioria os do grupo dos mais ricos, Araucária, São José dos Pinhais e Curitiba, excetuando Pinhais, do grupo dos municípios intermediários, com remuneração inicial acima da média.

Ainda sobre a remuneração dos professores, esta é parte constituinte do custo aluno, que segundo previsto na legislação do país, permeia a garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988, 1996a, 1996b, 2006). Estudos sobre a definição de referenciais de Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi) para a educação básica apresentaram a proposta de que 73% no mínimo do gasto em MDE deveria ser destinado à remuneração dos professores (CARREIRA & PINTO, 2007).

O gráfico 16 demonstra o percentual do gasto aluno/ano aplicado pelos municípios do PARMC na remuneração inicial dos professores, para o ano de 2010.

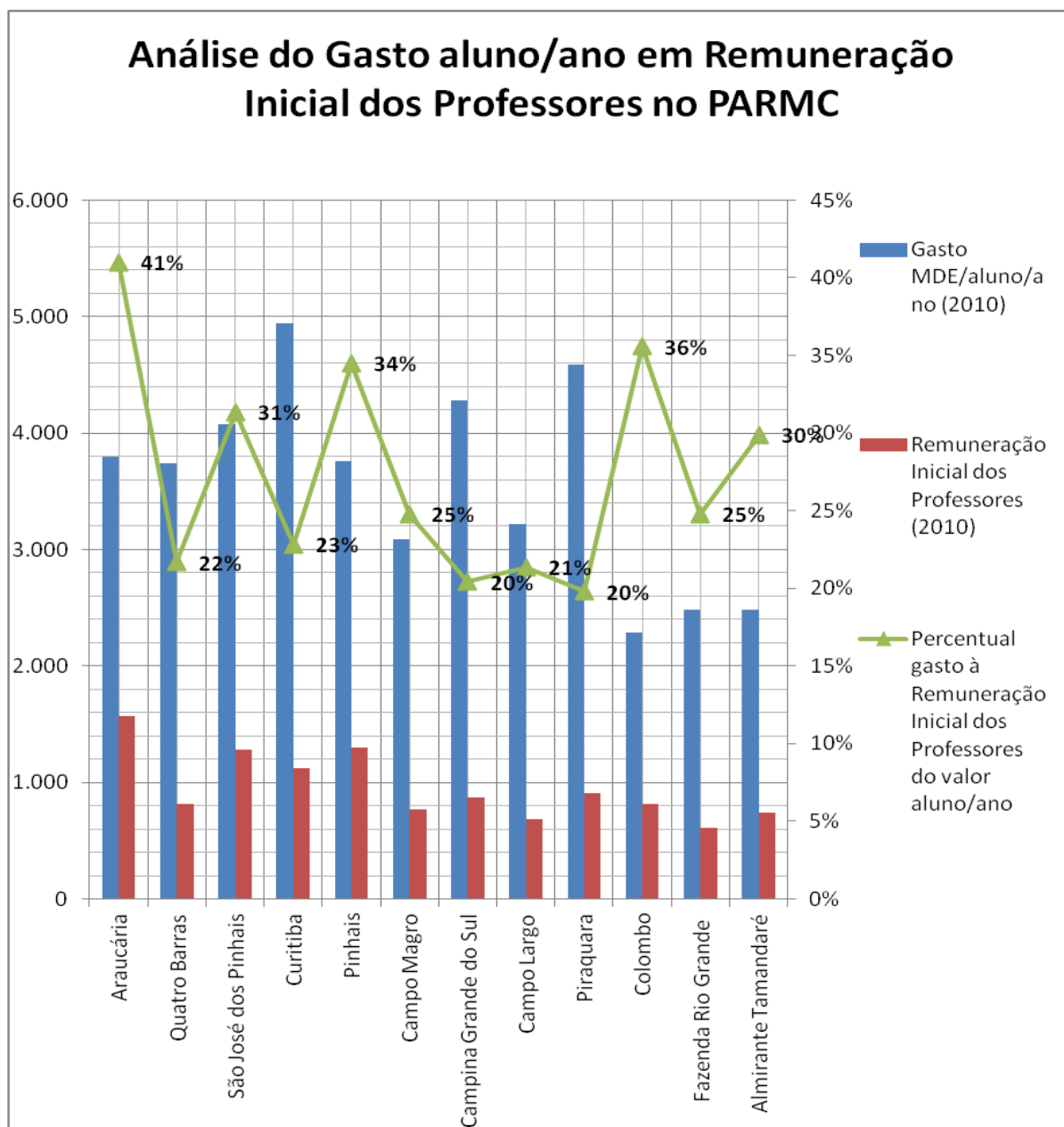


GRÁFICO 16 – MOVIMENTO DO GASTO ALUNO/ANO, DA REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES E O PERCENTUAL GASTO EM REMUNERAÇÃO DO VALOR DO GASTO ALUNO/ANO

FONTE: FNDE (2010); INEP/MEC (2010); ALMIRANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, CAMPO MAGRO, COLOMBO, CURITIBA, FAZENDA RIO GRANDE, PINHAIS, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010). Elaborado pela autora

O patamar ideal para o CAQi está bem aquém da realidade apresentada pelos municípios, quanto ao percentual do custo aluno/ano aplicado na remuneração inicial dos professores no PARMC. Apenas para um exercício, se o salário final dos professores fosse o dobro do salário inicial, teríamos um acréscimo de 50% no impacto da remuneração no gasto aluno ano. Assim, considerando, por exemplo, o

caso de Araucária, o impacto saltaria de 41% para 61,5%, ainda abaixo do que seria esperado segundo os cálculos para o CAQi.

A maior remuneração inicial dos professores foi encontrada justamente no município que aplicou o maior percentual do gasto aluno/ano em remuneração, em Araucária.

Após Araucária, os municípios de Colombo, Pinhais e Curitiba foram os que apresentam os maiores percentuais do gasto aluno/ano em remuneração dos professores, de 36%, 34% e 31% respectivamente. Pinhais e Curitiba ficaram entre os municípios com maiores remunerações iniciais dos professores. Já Colombo, como parte dos municípios mais pobres do PARMC, apresentou remuneração inicial correspondente a esse grupo.

O percentual de 73% do gasto em MDE foi para o gasto em pessoal, entre ele, na remuneração dos professores. Esta pesquisa contempla a análise da remuneração inicial dos professores, porém frente aos dados do gráfico 25 e ao que os especialistas do financiamento da educação argumentam à uma educação de qualidade, é possível argumentar que há pouco esforço de valorização da remuneração por parte dos municípios do PARMC.

O quadro 6 registra o panorama da remuneração dos professores segundo o contexto proposto neste capítulo.

Remuneração inicial dos professores da rede municipal do PARMC				Perde/ Ganha FUNDEF/ FUNDEB	Segundo o Gasto em MDE	Matrículas
Municípios	2003	2007	2010	2003-2010	2010	2003-2010
Mais Ricos						
Araucária	1.078	1.140	1.566	Perde	5°	Amplia
Quatro Barras	814	825	811	Perde/ Ganha	7°	Reduz/ Amplia
São José dos Pinhais	1.120		1.278	Perde	4°	Amplia
Curitiba	792	889	1.127	Ganha	1°	Amplia
Intermediários						
Pinhais	1.007	1.288	1.296	Ganha	6°	Amplia
Campo Magro	631	834	765	Ganha	9°	Amplia/ Reduz
Campina Grande do Sul	566	931	874	Ganha	3°	Reduz
Mais Pobres						
Campo Largo	662	709	688	Ganha	8°	Amplia/ Reduz
Piraquara	1.158	1.118	907	Ganha	2°	Amplia/ Reduz
Colombo		799	813	Ganha	12°	Reduz
Fazenda Rio Grande	442	554	615	Ganha	11°	Reduz/ Amplia
Almirante Tamandaré	637	653	743	Ganha	10°	Reduz

QUADRO 6 - RESUMO DOS DADOS NO PARMC PERTINENTES A REMUNERAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ENSINO FUNDAMENTAL, FUNDEF/ FUNDEB E MATRÍCULAS, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA PER CAPITA MUNICIPAL

FONTE: FNDE (2003, 2007, 2010); INEP/MEC (2003, 2007, 2010); ALMIRANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, CAMPO MAGRO, COLOMBO, CURITIBA, FAZENDA RIO GRANDE, PINHAIS, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2003, 2007, 2010). Elaborado pela autora

Embora Quatro Barras pertença ao grupo dos municípios mais ricos segundo sua receita per capita, ele pode ser considerado particular em suas análises. Sua remuneração é semelhante aos municípios intermediários/ pobres. No período do FUNDEF perdeu recursos com o fundo, mas com o FUNDEB obteve ganho. No ranking dos municípios do PARMC, em gasto na MDE, ocupou o sétimo lugar. E teve redução das matrículas, quando perdia para o FUNDEF, ampliando-se no período do FUNDEB, período também do crescimento populacional.

Pinhais também apresentou singularidades, ao ponto de se assemelhar, segundo suas características, aos municípios mais ricos, exceto pelo fato de ganhar com o FUNDEF/ FUNDEB.

No grupo dos municípios mais ricos, geralmente foram concentradas as melhores remunerações, os que perderam com o FUNDEF/ FUNDEB, os que mais gastaram em MDE e ampliaram suas matrículas municipais.

Os municípios pertencentes ao grupo intermediário e aos mais pobres geralmente ganharam com FUNDEF/ FUNDEB ao apresentarem o movimento de ampliação e redução das matrículas municipais e remuneração inicial dos professores na faixa de R\$688 a R\$ 907 no ano de 2010.

Os municípios mais pobres possuíram as piores remunerações, com menores gastos em MDE, sempre ganharam com o FUNDEF/ FUNDEB e em movimento de redução das matrículas, com exceção de Fazenda Rio Grande, que no período de 2007-2010, ampliou as matrículas na rede municipal.

O contexto municipal da remuneração inicial dos professores no PARMC, sintetizado pela tabela 25, permite a análise da taxa de crescimento acumulado dos diferentes itens destacados nesse capítulo.

TABELA 25 – SÍNTESE DO CONTEXTO E REMUNERAÇÃO INICIAL NO PARMC SEGUNDO AS TAXAS DE CRESCIMENTO ACUMULADO

Município	Taxa Crescimento Populacional	Taxa Renda per Capita	Taxa Crescimento Matrículas	Taxa Crescimento Gasto MDE	Taxa Crescimento gasto aluno/ano	Taxa Crescimento Remuneracao
Araucária	26%	27%	9%	26%	16%	45%
Quatro Barras	23%	32%	0%	76%	77%	0%
São José dos Pinhais	29%	130%	9%	86%	71%	14%
Curitiba	10%	39%	2%	36%	33%	42%
Pinhais	14%	73%	17%	76%	50%	29%
Campo Magro	22%	41%	-1%	59%	60%	21%
Campina Grande do Sul	12%	52%	-22%	88%	142%	54%
Campo Largo	21%	48%	-1%	51%	53%	4%
Piraquara	28%	74%	6%	128%	115%	-22%
Colombo	16%	69%	-2%	49%	52%	2%
Fazenda Rio Grande	30%	58%	-5%	66%	76%	39%
Almirante Tamandaré	17%	71%	-17%	33%	61%	17%

FONTE: FNDE (2003, 2007, 2010); INEP/MEC (2003, 2007, 2010); ALMIRANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, CAMPO MAGRO, COLOMBO, CURITIBA, FAZENDA RIO GRANDE, PINHAIS, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2003, 2007, 2010). Elaborado pela autora

Dentre os municípios mais ricos, Araucária é o que tem maior taxa de crescimento da remuneração inicial, ainda que com crescimento da matrícula e forte crescimento populacional. Parece haver certa prioridade de gastos com remuneração. É um caso que indica a necessidade de outros estudos.

No grupo dos municípios intermediários, Campina Grande do Sul demonstrou queda de matrícula, crescimento de gastos em MDE, e a maior taxa de gasto aluno/ano, o que poderia explicar a possibilidade de esforço de ampliação dos salários, acima, inclusive, do grupo de municípios ricos.

Piraquara apresentou uma relação inversa entre crescimento da matrícula, gasto aluno/ano e decréscimo na remuneração, tornando possível levantar-se a hipótese de que as pressões sobre a oferta expandiram a rede, em detrimento da valorização monetária dos professores.

Assim, o que explicaria a remuneração inicial dos professores no PARMC seria a tensão da política municipal e suas prioridades orçamentárias, além da organização dos trabalhadores do magistério, expresso nas pressões dos sindicatos.

É possível verificar no transcorrer dessa dissertação uma relação não linear da política de fundos com a remuneração inicial dos professores, considerando que os municípios que perderam com os fundos foram os que possuíam as melhores e maiores remunerações no PARMC, Araucária e Pinhais. Piraquara foi o município que mais obteve ganho com os fundos, e não constou entre os municípios de melhores remunerações iniciais aos professores. A relação que toma expressão nessa investigação é que nos municípios mais ricos foi encontrado os melhores salários, com a exceção do município de Quatro Barras, cuja expansão da riqueza no município não acompanhou as melhores remunerações inicial dos professores e, nos municípios mais pobres as piores remunerações iniciais.

No PARMC, tem-se pouco impacto do PSPN sobre a remuneração inicial dos professores, pois considerando a proporcionalidade de 20 horas na jornada de trabalho, todos os municípios já praticavam o piso no ano de 2009. A perspectiva de contribuição dessa lei está na hora atividade, que para a carga de trabalho de 20 horas semanais, corresponde ao percentual de 33,3% em hora atividade, conforme previsto pela lei do PSPN, mas ainda em luta pela sua concretização²⁶¹.

Segundo a remuneração inicial dos professores no PARMC, o que se constatou nos municípios mais pobres foi a baixa atratividade da remuneração para

²⁶¹ Para visualização desta luta pela hora atividade no município de Curitiba, consultar http://www.sismmac.org.br/noticias.asp?id=1677&id_cat=1

o ingresso na carreira do professor na rede municipal, pois as maiores remunerações encontram-se nos municípios mais ricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“...constata-se a carência de propostas políticas que realmente tenham força para mudar a situação para melhor. As evidências empíricas parecem pouco eficazes no sentido de apontar possíveis saídas..” (OLIVEIRA, 2009, p. 31)

Essa dissertação teve como objetivo analisar as políticas educacionais pertinentes a remuneração docente, do magistério público da rede municipal, e seus efeitos no primeiro anel da região metropolitana de Curitiba, incluindo a capital, para o cotejamento das políticas nacionais às municipais.

Partindo da Constituição Federal de 1988, são detectados quatro mecanismos legais supranacionais que se relacionam com a remuneração docente do magistério público, as leis que regulamentaram a LDB, o FUNDEF, o FUNDEB e o PSPN. Estes mecanismos legais possuem a semelhança de estabelecerem aos entes federados o dever da elaboração do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público.

A LDB regulamentava que as diretrizes para o plano deveriam ser determinadas pelo CNE, que o realizou através da Resolução n.º3 de 1997, sendo revogado pela Resolução n.º2 de 2009. A Resolução n.º2/2009 do CNE/CBE especifica a forma de ingresso, carga horária de trabalho, a remuneração dos professores com os vencimentos e as vantagens pecuniárias, assim como a diferenciação da remuneração por titulação. O FUNDEF reforçou o já estabelecido pela LDB, instituindo prazo para esta adequação dos entes federados em seis meses da vigência da lei. O FUNDEB continuou reforçando o dever da implantação de Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação, com a determinação de que deveria ser estabelecido o Piso Salarial Profissional Nacional em lei federal até 31 de agosto de 2008. O PSPN e a Resolução n.º2/2009 determinaram o prazo, de até 31 de dezembro de 2009, para adequação dos entes federados as diretrizes do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério e cumprimento do piso salarial profissional nacional.

No PARMC, o que se constata é o tratamento diferenciado de cada município frente essas leis. Dada a autonomia dos municípios como ente federado, alguns se

adequaram ao exigido nos prazos determinados e outros municípios fizeram suas próprias políticas. A questão da gestão municipal, nos períodos de análise dessa dissertação, seria muito importante para complementar o panorama das políticas frente o governo estabelecido, o que exigiria mais tempo de pesquisa.

Na questão do financiamento da remuneração dos professores do magistério público, o FUNDEF e FUNDEB se destacaram como mecanismo de regulação, principalmente por subvincarem o percentual de 60% do fundo à remuneração docente. Para analisar os efeitos do FUNDEF/FUNDEB essa dissertação se propôs a coletar tabelas salariais com remuneração inicial dos professores do magistério público da rede municipal. No entanto, a primeira complexidade evidenciada foi a dificuldade de se obter informações, as quais deveriam ser disponibilizadas pela política de transparência municipal.

Fatores como a burocracia generalizada na requisição das informações públicas frente às prefeituras, ou até mesmo, a ausência dessas informações organizadas, bem como a fraca articulação da classe dos professores, enquanto organização dos sindicatos no PARMC, também dificultou a análise.

As políticas de fundos atuaram como mecanismo de regulação da remuneração dos professores ao estabelecerem o percentual mínimo de 60% à remuneração, e como carrega em seu título na letra da lei, vislumbrava a valorização do magistério público e/ou dos profissionais da educação.

Onze dos doze municípios do PARMC apresentaram valorização da remuneração inicial dos professores quanto ao percentual de crescimento acumulado. Somente Piraquara apresentou um processo crescente de desvalorização da remuneração inicial dos professores, expressando o percentual de -22%.

O município com maior crescimento da remuneração foi Campina Grande do Sul, com 54%, o qual sempre ganhou com os fundos, mas seu esforço de pagar R\$ 874 em 2010, ao professor em início de carreira, ainda resultou em uma remuneração inferior a de Piraquara R\$ 907, o município com desvalorização de -22% no crescimento acumulado da remuneração.

A melhor remuneração inicial dos professores destacou-se em Araucária, com o pagamento de R\$ 1566 ao professor ingressante no ano de 2010, numa relação inversa de sempre perder com o fundo.

A luta histórica dos professores do magistério, na consolidação do Piso Salarial Profissional Nacional, foi concretizada, em lei, no ano de 2008, 181 anos depois da última vinculação em lei nacional de remuneração e valor, pelo Decreto-Lei Imperial de 1827. Foi instituída com embates acerca de suas especificidades, como a questão do tempo da hora atividade e hora aula, e por considerar o piso como vencimento inicial. Finalmente, em 2011, ela foi aprovada em sua totalidade, sendo considerada constitucional.

Dada a realidade da análise das políticas de fundo e do PSPN, as perspectivas estão na execução da hora atividade de 20% da jornada de trabalho, no ganho como valorização dos profissionais da educação.

Antes mesmo da política do PSPN, no PARMC, todos os municípios já praticavam o piso salarial aos professores do magistério público, porém nem todos atualmente são regidos pelo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, como o caso de Quatro Barras e São José dos Pinhais. A estes, a lei do PSPN estabeleceu o prazo de adequação de até 31 de dezembro de 2009. Período já expirado.

Evidentemente, o que se constata é que a ausência de fiscalização da regulação das leis favorece precedentes aos municípios, tanto no tempo quanto na forma, em relação ao atendimento às leis supranacionais. Para além da política nacional, a política municipal, assim como o contexto da economia e educação nos municípios do PARMC, contribui na configuração da remuneração inicial dos professores do magistério público.

Constata-se a ausência de políticas constantes de reposição inflacionária sobre a remuneração inicial dos professores, refletindo na corrosão da remuneração e seus impactos sobre as tabelas salariais e os planos de carreira.

Como afirma Arelaro (2007) acerca do valor da remuneração dos professores, bastava cumprirem o que já estava disposto na Constituição quanto a salário do trabalhador, de um salário que dê condições para vestuário, alimentação, habitação e educação (BRASIL, 1988).

O FUNDEF/FUNDEB tinha em sua proposição a redução das desigualdades entre as regiões na questão do financiamento da educação, e conforme Monlevade (2000) isso ocorreu na esfera estadual, onde, no período do FUNDEF havia professores que possuíam remuneração inferior ao salário mínimo. No PARMC, o piso na remuneração inicial dos professores com a jornada de trabalho de 20 horas

semanais tem a característica de estar sempre acima do salário mínimo, e desde a implantação do PSPN, valores também acima. Mas enquanto redução das desigualdades entre gasto em MDE e remuneração inicial dos professores, as discrepâncias permanecem. A lógica predominante no PARMC são dos municípios mais ricos com as melhores remunerações, e os municípios mais pobres com os piores remunerações, ainda que estes últimos ganhem com o fundo da política educacional, FUNDEF/FUNDEB.

Em grande parte do PARMC, os municípios exigem o nível superior completo para ingresso na carreira de professor no magistério público municipal, mas as remunerações ofertadas a este profissional não são atrativos ao esforço acadêmico à profissão.

Assim, a expressão desse percurso histórico, ao focar o comportamento das remunerações iniciais dos professores, no cenário das políticas do FUNDEF, FUNDEB e do PSPN, permite a consideração de que a prática do que já está instituído na letra da Constituição Federal seria uma grande expressão da valorização dos professores enquanto sua remuneração, visto que essas políticas educacionais pouco impactaram ou impactam os municípios analisados. Bastariam, primeiramente, políticas e mecanismos de fiscalização ao cumprimento do salário mínimo que atendessem as necessidades vitais básicas, não somente para os professores, mas para todos os trabalhadores, como rege a Constituição, e num segundo momento, o aprofundamento do conceito *valorização* aos profissionais da educação, na expressão de um país que almeja o ensino de qualidade.

REFERÊNCIAS (a)

ABREU, D. C. de. **Carreira e perfil do profissional do magistério na rede municipal de ensino de Curitiba**: história e impacto da política brasileira de valorização do magistério. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

AMARAL, N. C. Um novo Fundef? As idéias de Anísio Teixeira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 75, agosto 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17/06/2011.

ARELARO, L.G.R. FUNDEF: uma avaliação preliminar dos dez anos de sua implantação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30ª, 2007, Caxambu; **Anais Trabalhos – GT05 – Estado e Política Educacional**, Caxambu: Anped, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT05-3866--Int.pdf>>. Acesso em: 14/05/2011.

_____. **Financiamento e qualidade da educação brasileira: algumas reflexões sobre o documento. Balanço do primeiro ano do FUNDEF – Relatório MEC**. In: DOURADO, L. (Org.). Financiamento da educação básica. Campinas: Autores Associados; Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1999.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do cidadão**: correção de valores, INPC. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>. Acesso em: 23/10/2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1985.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAMARGO, R. B.; et alli. Financiamento da educação e remuneração docente: um começo de conversa em tempos de piso salarial. **Revista brasileira de política e administração da educação**, Porto Alegre, v. 25, n.2, p. 341-363, mai/ago. 2009.

_____; JACOMINI, M. A. **Carreira e salário do pessoal docente da educação básica: algumas demarcações legais**. Versão Preliminar. São Paulo, fev. 2010, 24 p.

CARREIRA, D; PINTO, J. M. R. **Custo aluno-qualidade inicial**: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES. **Professor de nível superior do ensino fundamental (1ª a 4ª série)**. Disponível em:

<<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>>. Acesso em 02/12/2010.

CNTE. **CNTE comemora publicação do acórdão do STF sobre a Lei do Piso Salarial dos Professores**. Disponível em:

<<http://www.cnte.org.br/index.php/comunica%C3%A7%C3%A3o/releases/8759-cnte-comemora-publicacao-do-acordao-do-stf-sobre-a-lei-do-piso-salarial-dos-professores>>. Acesso em: 03/02/2011.

_____. **Hoje é o dia de paralisação nacional em defesa do piso nacional**.

Disponível em: < <http://www.cnte.org.br/index.php/lutas-da-cnte/piso-salarial-e-carreira/3128-hoje-e-o-dia-de-paralisacao-nacional-em-defesa-do-piso-salarial>>. Acesso em: 03/02/2011.

_____. **Orçamentos devem prever reajuste do PSPN para 2011**. Disponível em:

<<http://www.cnte.org.br/index.php/lutas-da-cnte/piso-salarial-e-carreira/4491-orcamentos-devem-prever-reajuste-do-pspn-para-2011>>. Acesso em: 02/02/2011

COSTA, B. L. D.; DUARTE, V. C. Os efeitos do FUNDEF nas políticas educacionais dos municípios mineiros. **Educação em revista**, Belo Horizonte, n. 48, p. 143-170, dezembro 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982008000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17/06/2011.

CRUZ, F. T. Estudo comparado entre o perfil do professor da rede pública do ensino fundamental de Curitiba e região metropolitana. In: IV Congresso Nacional y III Encuentro Internacional de Estudios Comparados en Educación, 2011, Buenos Aires - AR. **Anais saece**, Buenos Aires, 2011, p.143-170. Disponível em:

<<http://www.saece.org.ar/docs/congreso4/trab32.pdf>>. Acesso em: 20/06/2011.

CURY, C. R. J. Políticas da educação: um convite ao tema. In: FÁVERO O.; SEMERARO G. (Org.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 147-162.

DAVIES, N. FUNDEB: a redenção da educação básica?. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, 2006 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17/06/2011.

_____. O Fundef e os equívocos na legislação e documentação oficial. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17/06/2011.

_____. Omissões, inconsistências e erros a descrição da legislação educacional. **Fineduca**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 3, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/fineduca>>. Acesso em: 20/08/2011

DICIONÁRIO ONLINE DE ECONOMIA. **Remuneração**. Disponível em: <http://economiabr.net/dicionario/economes_r.html>. Acesso em: 16/01/2011.

DICIONÁRIO ONLINE PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Docência**. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/default.aspx?pal=doc%C3%Aancia>>. Acesso em: 16/01/2011.

DICIONÁRIO ONLINE PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Fixar**. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/default.aspx?pal=doc%C3%Aancia>>. Acesso em: 16/01/2011.

DIEESE. O FUNDEB e o financiamento da educação. **Nota técnica**, São Paulo, n.7, out. 2005. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatecFundeb.pdf>>. Acesso em: 06/07/2010.

_____. Salário mínimo constitucional. **Nota técnica**, São Paulo, n.8, out.2005. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatecSMC.pdf>>. Acesso em: 06/07/2010.

FARENZENA, N. **Diretrizes da política de financiamento da educação brasileira: continuidades e inflexões no ordenamento constitucional-legal (1987-1996)**. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegres, 2001.

FERNANDES. M. D. E.; RODRIGUEZ M. V. O processo de elaboração da lei nº11.738/ 2008 (lei piso salarial profissional nacional para carreira e remuneração docente): trajetória, disputas e tensões. **Revista Histedbr on-line**, Campinas, n. 41, p. 88-101, março 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/41/art06_41.pdf>. Acesso em: 30/07/2011.

FERNANDES, R. A instrução pública nas cortes gerais portuguesas. In LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Eds.), *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FNDE. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Brasília: SIOPE/ FNDE, 2003. Disponível em: <

<https://www.fnnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal2006.do>>. Acesso em: 20/10/2011.

_____. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Brasília: SIOPE/ FNDE, 2007. Disponível em: < <https://www.fnnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal2006.do>>. Acesso em: 20/10/2011.

_____. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Brasília: SIOPE/ FNDE, 2010. Disponível em: < <https://www.fnnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal2006.do>>. Acesso em: 20/10/2011.

_____. **Valor mínimo nacional por aluno/ano**. Brasília: Financiamento da educação/FUNDEF, 2010. Disponível em: < www.fnnde.gov.br/index.php/fundeb-fundef>. Acesso em: 20/10/2011.

FÓRUM PARANAENSE EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E UNIVERSAL. Relatório da V Sessão Plenária. Foz do Iguaçu, 1991. (mimeo)

GOUVEIA, A. B. **O financiamento da educação no Brasil e o desafio da superação das desigualdades**, 2011.

GOUVEIA, A. B. Financiamento da Educação no Brasil. In: SOUZA A. R. de; GOUVEIA, A. B.; TAVARES T. M. (Org.). **Políticas Educacionais: conceitos e debates**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2011, v. 1, p. 49-69.

GOUVEIA, A. B. et alli. **Implantação e impactos do Fundef no estado do Paraná**: Relatório final do Estado. Curitiba, 2003. Disponível em: <<http://www.redefinanciamento.ufpr.br/parana.pdf>>. Acesso em: 14/05/2011.

GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. O financiamento da educação em municípios da região metropolitana de Curitiba/PR/Brasil: os desafios frente à expansão da oferta numa região em crescimento. Scripta Nova: **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona, v. 9, 2005. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-64.htm>>. Acesso em: 20/03/2011.

_____. O FUNDEF no Paraná: reflexões sobre os impactos na oferta e no financiamento educacional. **Revista Teoria e Prática**, Rio Claro, vol. 12 n. 22, jan-jun 2004 e n. 23, jul-dez 2004 p. 20-26. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/viewFile/2458/2183>>. Acesso em: 20/02/2011

IBGE. **Dados do Censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2010.** Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_dou/PR2010.pdf>. Acesso em: 23/10/2011.

_____. **Tabela - População residente, por sexo e situação do domicílio, população residente de 10 anos ou mais de idade, total, alfabetizada e taxa de alfabetização, segundo os Municípios.** Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&uf=41>. Acesso em: 23/10/2011.

INEP. **Sistema de consulta a matrícula do censo escolar 2003.** Brasília: INEP/MEC, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em: 20/10/2011.

_____. **Sistema de consulta a matrícula do censo escolar 2007.** Brasília: INEP/MEC, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em: 20/10/2011.

_____. **Sistema de consulta a matrícula do censo escolar 2010.** Brasília: INEP/MEC, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em: 20/10/2011.

IPARDES. **Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da região metropolitana de Curitiba,** Curitiba, n.3, 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Dinamica_RMC.pdf>. Acesso em: 20/03/2010.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova-1932. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 65, nº 150, mai.-ago. 1984, pp. 407-425.

MARTINS, Paulo Sena. **O financiamento da educação básica por meio de fundos contábeis:** estratégia política para a equidade, a autonomia e o regime de colaboração entre os entes federados. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MENDONÇA, E. F. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, ano XXII, n. 75, agosto 2001, p.84 a 108. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362011000400004&script=sci_arttext>. Acesso em: 02/03/2010

MONLEVADE, J. A. C. **Valorização salarial dos professores:** o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores da educação básica pública. 317 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MORICONI, G. M. **Os professores públicos são mal remunerados nas escolas brasileiras?** Uma análise da atratividade da carreira do magistério sob o aspecto da remuneração. 86 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

_____.; et alli. Diferentes padrões de políticas salariais nos estados brasileiros: uma análise a partir do diferencial de salários público-privado. **Revista Economia e Política online**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 114-134, 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S0101-31572009000300007&lng=en&tling=pt>. Acesso em: 05/04/2011.

NOGUCHI, L. F. **Políticas para a educação infantil na região metropolitana de Curitiba**. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, dezembro 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614.pdf>>. Acesso em: 02/05/2011.

_____. Política educativa, crise da escola e a promoção de justiça social. In: FERREIRA, E. B., OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 17-32.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do estado**: no Brasil dos anos 1990. Xamã: São Paulo, 2003.

PINTO, J. M. R. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do Governo FHC (1995-2002). **Educação e Sociedade online**, Campinas, v. 23, n.80, p. 108-135, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000008&lng=pt&nrm=iso&tling=pt>. Acesso em: 04/07/2011.

_____. **Os recursos para a educação no Brasil no contexto das finanças públicas**. Brasília: Editora Plano, 2000.

_____. **Um fundinho chamado fundão**. In: DOURADO, L.F. (Org.). Financiamento da educação básica. Campinas: Autores Associados; Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1999

_____.; ADRIÃO, T. Noções Gerais sobre financiamento da educação no Brasil. **EccoS, Revista Científica**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 23-46, jan/jun. 2006. Disponível em: <http://portal.uninove.br/marketing/cope/pdfs_revistas/eccos/eccos_v8n1/eccosv8n1_2a04.pdf>. Acesso em: 20/05/ 2011.

RABELO, Amanda O. Remuneração do professor é baixa ou alta? Uma contraposição de diferentes referenciais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n.1, p. 57-87, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982010000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 07/04/2011.

RODRIGUES, V. **Financiamento da educação e políticas públicas:** o FUNDEF e a política de descentralização. Cadernos Cedes, Campinas, v. 21, n. 55, nov. 2001.

SANTOS, J. M. T. P. A municipalização do ensino no estado do Paraná: história, herança e desafios. In: **O financiamento da educação e o FUNDEF no Paraná**. Curitiba: UFPR, 2001, p.9-36

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil:** o papel do congresso nacional na legislação do ensino. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 1988.

STAMATTO, M. I. S. Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549 - 1910). **II Congresso Brasileiro de História da Educação**, Natal, 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>>. Acesso em: 01/02/2011.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. In: **Revista Brasileira de Educação**. ANPED / Autores Associados, n.14 – Especial, maio/ jun./ jul./ ago. 2000. pp.61-8. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_06_LEONOR_MARIA_TANURI.pdf>. Acesso em: 04/02/2011.

TEIXEIRA, A. **Educação é um direito**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

REFERÊNCIAS (b)

Documentos Consultados

ALMIRANTE TAMANDARÉ. Lei Orgânica do Município de Almirante Tamandaré. Dispõe sobre a lei orgânica do município. **[S.I.]**, [1990?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/04/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária de nº 217 de 1993. Cria o Estatuto do Magistério do Município de Almirante Tamandaré. **[S.I.]**, [1993?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/04/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 569 de 1997. Dispõe sobre a reformulação do quadro de pessoal do executivo municipal de Almirante Tamandaré, e dá outras providências. **[S.I.]**, [1997]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/04/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 637 de 1998. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Municipais, do Plano de Cargos e Vencimentos, do município de Almirante Tamandaré, das Autarquias e das funções municipais e seu regime jurídico. **[S.I.]**, [1998?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/04/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 851 de 2001. Dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal. **[S.I.]**, [2001?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/04/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 876 de 2002. Autoriza o chefe do poder executivo municipal a efetuar pagamento de abono, com saldo do recurso de 60% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. **[S.I.]**, [2002?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/04/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.140 de 2005. Autoriza o executivo a conceder abono salarial aos professores municipais e dá outras providências. **[S.I.]**, [2005?]. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br>. Acesso em: 24/04/2011

_____. Lei Complementar nº 6 de 2006 de Almirante Tamandaré. Dispõe sobre o Estatuto e sobre o Plano de Cargos e Salários do Profissional da Educação do Município de Almirante Tamandaré e revoga a lei n.º 851/2001. **[S.I.]**, [2006?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 25/04/2011.

_____. Lei Complementar nº 15 de 2010 de Almirante Tamandaré. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 006/2006, e dá outras providências, alterando os valores dos vencimentos básico. **[S.I.]**, [2010?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 25/04/2011.

ARAUCÁRIA. Lei Orgânica do Município de Araucária. Dispõe sobre a lei orgânica no município. **[S.I.]**, [2008?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 03/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 673 de 1986. Disciplina o provimento de pessoal nos Quadros do Magistério Público Municipal em regime estatutário e toma outras providências. **[S.I.]**, [1986?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 03/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 792 de 1991. Dispõe sobre o Quadro Próprio de Cargos de Provimento Efetivo e em Comissão e Empregos Públicos na Prefeitura Municipal de Araucária, e dá outras providências. **[S.I.]**, [1991?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 03/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.116 de 1998. Incorpora abono aos vencimentos básicos, salários, proventos de aposentadoria e pensões pagas pelo município aos servidores do executivo, legislativo municipal e administração indireta, e dá outras providências. **[S.I.]**, [1998a] . Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 03/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.120 de 1998. Autoriza o poder executivo a conceder reajuste aos servidores do poder executivo, legislativo municipal e administração indireta, conforme especifica. **[S.I.]**, [1998b]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 03/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1262 de 2001. Altera a lei municipal nº 1.116/98 e dá outras providências, alterando tabela do Grupo do Magistério. **[S.I.]**, [2001?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 04/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.301 de 2002. Autoriza o poder executivo a conceder reajuste aos servidores do poder executivo, legislativo municipal e administração indireta, conforme especifica. **[S.I.]**, [2002?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 04/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1382 de 2003. Autoriza o poder executivo a conceder reajuste aos servidores do poder executivo, legislativo municipal e

administração indireta, conforme especifica. **[S.I.]**, [2003?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 03/05/2011.

_____. Lei Ordinária nº 1.471 de 2004. Autoriza o poder executivo a conceder reajuste aos servidores do poder executivo, legislativo municipal e administração indireta, conforme especifica. **[S.I.]**, [2004?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 03/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.573 de 2005. Autoriza o poder executivo a conceder reajuste aos servidores do poder executivo, legislativo municipal e administração indireta, conforme especifica. **[S.I.]**, [2005?a]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 04/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.624 de 2005. Altera disposições da Lei Municipal nº 673/86 que disciplina o provimento de pessoal nos Quadros do Magistério Público Municipal em regime estatutário, conforme especifica. **[S.I.]**, [2005?b]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 04/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.835 de 2008. Institui e disciplina o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro Próprio do Magistério de Araucária, conforme especifica. **[S.I.]**, [2008?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 04/05/2011.

BRASIL. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.167. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 24 ago. 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=626497>>. Acesso em: 29/08/2010.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, [19-?]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 03/03/2011.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). **[S.I.]**, Rio de Janeiro, RJ, [19-?]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 03/03/2011.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, [19-?]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 03/03/2011.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). **[S.I.]**, Rio de Janeiro, RJ, [19-?]. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 03/03/2011.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 out. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 22/03/2011.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm#art206vii>. Acesso em: 22/08/2009.

_____. Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964. Altera os Seguintes Artigos da Constituição Federal: 1, 82, 83, 138, 203, 38 (caput), 39 (caput), 95 (inciso lli), 132 (parágrafo Único) e Acrescenta Parágrafo Único Ao Artigo 45. (ementa Elaborada pela Subsecretaria de Analise). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jul. 1964. Disponível em: < <http://br.vlex.com/vid/seguintes-ementa-elaborada-subsecretaria-34150892>>. Acesso em: 27/08/2011.

_____. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996a. Modifica os art. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 set. 1996. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 20/08/2009.

_____. Emenda Constitucional nº 24, de 01 de dezembro de 1983. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, de nunca menos de treze por cento, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e cinco por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 dez. 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc24-83.htm>. Acesso em: 18/08/2009

_____. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação dos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 mar. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm>. Acesso em: 20/08/2009.

_____. Decreto-Lei Imperial de 1827. **[S.I.]**, [18-?] Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/decreto-lei_imperial.htm>. Acesso em: 13/08/2010.

_____. Decreto-Lei nº5.452, 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 9 ago. 1943. Disponível em: <<http://www.soleis.com.br/ebooks/0-TRABALHISTA.htm>>. Acesso em: 20/04/2011.

_____. Decreto-Lei nº8.531, 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 4 jan. 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-norma-pe.html>>. Acesso em: 28/08/2011.

_____. Lei nº 185, 14 de janeiro de 1936. Institui as comissões de salário mínimo. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 21 jan. 1936. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=21191>>. Acesso em: 20/08/2009

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 20/08/2009.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 20/08/2009.

_____. Lei nº8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 abr. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 04/05/2011.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 22/08/2009.

_____. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, §7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências (Lei do FUNDEF). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9424.htm>. Acesso em: 22/08/2009.

_____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004, e dá outras providências (Lei do FUNDEB). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em 22/08/2009.

_____. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (Lei do PSPN). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm>. Acesso em: 22/08/2009.

_____. MEC. FUNDEF – Relatório Sintético 1998 – 2002. **[S.I.]**, [20-?]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/balanco9802.pdf>>. Acessado em: 20/05/2011

_____. Resolução nº 3, de 8 de outubro de 1997. Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 out. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0397.pdf>>. Acesso em: 15/04/2011.

_____. Resolução nº 2, de 28 de maio de 2009. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, em conformidade com o artigo 6º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e com base nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal, nos artigos 8º, § 1º, e 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no artigo 40 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 mai. 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0397.pdf>>. Acesso em: 15/04/2011.

CAMPINA GRANDE DO SUL. Lei Municipal Ordinária nº 2 de 2008. Altera a Lei nº 17, de 30 de junho de 1998, que dispõe a respeito do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal de Campina Grande do Sul, e dá outras providências. **[S.I.]**, [2008?]. Disponível em: <<http://www.pmcgs.pr.gov.br/portal/>>. Acesso em: 13/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 27 de 1986. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal de Campina Grande do Sul. **[S.I.]**, [1986?]. Disponível em: <<http://www.pmcgs.pr.gov.br/portal/>>. Acesso em: 13/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 17 de 1998. Dispõe a respeito do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, adaptado aos termos da Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, Parecer CNE/CEB nº 10 de 03 de setembro de 1997 e da Resolução nº 03, de 08 de outubro de 1997 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e Lei 26/91 de 02 de dezembro de 1991 do Município de Campina Grande do Sul, e dá outras providências. **[S.I.]**, [1998?]. Disponível em: <<http://www.pmcgs.pr.gov.br/portal/>>. Acesso em: 13/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 22 de 2003. Autoriza o reajuste da tabela de vencimentos do Quadro Próprio do Magistério, constante do

anexo II da Lei nº 17/98 de 30 de junho de 1998 e dá outras providências. **[S.I.]**, [2003?]. Disponível em: <<http://www.pmcgs.pr.gov.br/portal/>>. Acesso em: 13/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 26 de 1991. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campina Grande do Sul, das Autarquias e das Fundações Municipais, e seu regime único. **[S.I.]**, [1991?]. Disponível em: <<http://www.pmcgs.pr.gov.br/portal/>>. Acesso em: 13/06/ 2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº26 de 2010. Autoriza reajuste salarial dos servidores municipais e dá outras providências. **[S.I.]**, [2010?]. Disponível em: <<http://www.pmcgs.pr.gov.br/portal/>>. Acesso em: 13/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº2 de 2008. Altera a lei nº 17, de 30 de junho de 1998, que dispõe a respeito do plano de carreira e remuneração do magistério municipal de Campina Grande do Sul, e dá outras providências. **[S.I.]**, [2008?]. Disponível em: <<http://www.pmcgs.pr.gov.br/portal/>>. Acesso em: 13/07/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 100 de 2009. Altera a Lei nº 02, de 31 de março de 2008, que dispõe sobre os Cargos que integram a Carreira do Magistério Municipal de Campina Grande do Sul entre outras disposições. **[S.I.]**, [2009?]. Disponível em: <<http://www.pmcgs.pr.gov.br/portal/>>. Acesso em: 13/06/2011.

_____. Lei Orgânica do Município de Campina Grande do Sul. **[S.I.]**, [1990?]. Disponível em: <<http://www.pmcgs.pr.gov.br/portal/>>. Acesso em: 13/06/2011.

CAMPO LARGO. Lei Municipal Ordinária nº 686 de 1986. Aprova o Estatuto do Magistério Público Municipal de Campo Largo. **[S.I.]**, [1986?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 20/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 941 de 1991. Institui o regime jurídico único e dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Largo. **[S.I.]**, [1991?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 20/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.200 de 1996. Dispõe sobre a organização das carreiras funcionais dos servidores públicos do município de Campo Largo, consolida legislação pertinente e dá outras providências. **[S.I.]**, [1996?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 20/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.354 de 1998. Reconhece direito de reposição salarial aos servidores municipais e dá outras providências, conforme especifica. **[S.I.]**, [1998?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 20/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.647 de 2002. Dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Campo Largo, estado do Paraná. **[S.I.]**, [2002?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 20/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.665 de 2007. Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 1647/2002, de 22.11.2002, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Campo Largo e dá outras providências, conforme especifica. **[S.I.]**, [2008?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 20/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.682 de 2003. Autoriza o reajuste de vencimentos para os integrantes do Quadro de Servidores do Poder Executivo e do Plano de Carreira do Magistério Municipal, conforme especifica. **[S.I.]**, [2003?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 20/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.752 de 2004. Autoriza o poder executivo municipal a conceder reposição salarial aos servidores públicos municipais, integrantes do quadro de servidores do executivo, conforme especifica. **[S.I.]**, [2004?a]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 20/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.754 de 2004. Dá nova redação ao art. 40 da lei municipal nº 1.647/02, conforme especifica, alterando o valor do vencimento básico. **[S.I.]**, [2004?b]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 20/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.847 de 2005. Autoriza o poder executivo municipal a conceder reposição salarial aos servidores públicos municipais do poder executivo, conforme especifica. **[S.I.]**, [2005?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 20/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.899 de 2006. Dá nova redação ao artigo 40 da lei municipal nº 1647/02 e suas alterações, conforme especifica, alterando o valor do vencimento básico. **[S.I.]**, [2006?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 20/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.936 de 2007. Dá nova redação ao artigo 40 da lei municipal nº 1647/02 e suas alterações, conforme especifica. **[S.I.]**,

[2007?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 20/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 2.028 de 2008. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Largo. **[S.I.]**, [2008?b]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 20/06/2011.

_____. Lei Orgânica do Município de Campo Largo. **[S.I.]**, [2008?c]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 20/06/2011.

CAMPO MAGRO. Lei Municipal Ordinária nº 4 de 1997. Institui o Plano de Cargos e Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de Campo Magro. **Diário Oficial do Município**, Campo Magro, PR, 10 fev. 1997a.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 55 de 1998. Dispõe sobre o regime jurídico do Magistério no Município de Campo Magro. **Diário Oficial do Município**, Campo Magro, PR, 15 jun. 1998.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 122 de 2000. Modifica o Plano de Carreiras da Administração Municipal. **Diário Oficial do Município**, Campo Magro, PR, 31 mai. 2000.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 178 de 2001. Dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Campo Magro, Estado do Paraná. **[S.I.]**, Campo Magro, PR, [2001?].

_____. Lei Municipal Ordinária nº 222 de 2002. Altera o valor constante do art. 32, e por consequência, a tabela de Vencimentos dos Profissionais do magistério, constante do Anexo I da Lei nº78/2001. **[S.I.]**, Campo Magro, PR, [2002?].

_____. Lei Municipal Ordinária nº 348 de 2005. Altera o inciso I do artigo 2º, e o parágrafo 7º e seu inciso I do artigo 4º, o parágrafo 2º do artigo 6º, os parágrafos 2º, 8º e 9º do artigo 7º, o caput do artigo 12, o inciso II do parágrafo 2º do artigo 22, o parágrafo único do artigo 23, o caput e os incisos I, II, III, IV e V do artigo 24, o caput do artigo 32, o caput do artigo 36, todos da Lei 178/2001, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Campo Magro, Estado do Paraná. **Diário Oficial do Município**, Campo Magro, PR, 30 jun. 2005.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 416 de 2006. Dá nova redação ao artigo 32, da Lei nº78/2001, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Campo Magro, alterado pela Lei Municipal de nº 348/2005. **[S.I.]**, Campo Magro, PR, 03 set. 2009.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 540 de 2009. Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos e Salários do Profissional da Educação do Município de Campo Magro e revoga as Leis nº 178/2001, 438/2005, 351/2005, 416/2006 e 478/2007. **Diário Oficial do Município**, Campo Magro, PR, 03 set. 2009.

_____. Lei Orgânica do Município de Campo Magro. **[S.I.]**, [1997?b]. Disponível em: <<http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/campomagro/legislacao.htm>>. Acesso em: 21/06/2011.

COLOMBO. Lei Municipal Ordinária nº 723 de 1998. Dispõe sobre o Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério do Município de Colombo. **[S.I.]**, [1998?]. Disponível em: <<http://www.colombo.pr.gov.br>>. Acesso em: 25/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 885 de 2004. Altera disposições da Lei Municipal 723/98 (Carreira do Magistério). **[S.I.]**, [2004?]. Disponível em: <<http://www.colombo.pr.gov.br>>. Acesso em: 25/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 938 de 2005. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal e revoga a Lei 723/98. **[S.I.]**, [2005?a]. Disponível em: <<http://www.colombo.pr.gov.br>>. Acesso em: 25/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.074 de 2008. Cria cargos de Professor e Educador Infantil e altera o Anexo II da Lei nº 938/2005 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal. **[S.I.]**, [2008?]. Disponível em: <<http://www.colombo.pr.gov.br>>. Acesso em: 25/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 1.097 de 2009. Altera o Anexo VI da Lei nº 938, de 22 de dezembro de 2005 que Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal. **[S.I.]**, [2009?]. Disponível em: <<http://www.colombo.pr.gov.br>>. Acesso em: 25/06/2011.

_____. Lei Orgânica do Município de Colombo. **[S.I.]**, [2005?b]. Disponível em: <<http://www.colombo.pr.gov.br>>. Acesso em: 25/06/2011.

CURITIBA. Decreto nº 89 de 1987. Regulamenta a promoção por merecimento no Quadro Próprio do Magistério e dá outras providências. **[S.I.]**, [1987?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/05/2011.

_____. Decreto nº 98 de 2003. Aprova o regulamento de crescimento horizontal e crescimento vertical, para os servidores que integram a Carreira do Magistério Público Municipal. **[S.I.]**, [2003?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/05/2011.

_____. Decreto nº 383 de 2004. Aprova o regulamento de crescimento horizontal e crescimento vertical, para os servidores que integram a Carreira do Magistério Público Municipal. **[S.I.]**, [2004?a]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/05/2011.

_____. Decreto nº 537 de 2004. Aprova o regulamento de crescimento horizontal e crescimento vertical, para os servidores que integram a Carreira do Magistério Público Municipal. **[S.I.]**, [2004?b]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/05/2011.

_____. Decreto nº 563 de 2004. Aprova o regulamento de crescimento horizontal e crescimento vertical, para os servidores que integram a Carreira do Magistério Público Municipal. **[S.I.]**, [2004?c]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/05/2011.

_____. Decreto nº 639 de 2008. Aprova o regulamento de crescimento horizontal e crescimento vertical, para os servidores que integram a Carreira do Magistério Público Municipal. **[S.I.]**, [2008?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/05/2011.

_____. Decreto nº 942 de 2006. Aprova o regulamento de crescimento horizontal e crescimento vertical, para os servidores que integram a Carreira do Magistério Público Municipal. **[S.I.]**, [2006?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 6.761 de 1985. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal. **[S.I.]**, [1985?a]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 7.355 de 1985. Acrescenta parágrafos aos artigos 21 e 28, da lei nº 6761/85, de 08 de novembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal. **[S.I.]**, [1985?b]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 7.670 de 1991. Institui o Plano de Carreiras da Administração Municipal. **[S.I.]**, [1991?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 10.190 de 2001. Institui o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, alterando as leis nº 8580/94, 6761/85 e 8579/94. **[S.I.]**, [2001?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 12.348 de 2007. Altera dispositivos da lei nº 10.190, de 28 de junho de 2001, que "institui o plano de carreira do magistério público municipal", institui a hora permanência para os cargos de educador e educador social, regidos pela Lei nº 12.083, de 26 de dezembro de 2006 e dá outras providências. **[S.I.]**, [2007?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 13.399 de 2009. Altera dispositivos da lei nº 10.190, de 28 de junho de 2001, que institui o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal. **[S.I.]**, [2009?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/05/2011.

_____. Lei Orgânica do Município de Curitiba. **[S.I.]**, [19-?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 24/05/2011.

FAZENDA RIO GRANDE. Lei Complementar nº 28 de 2008. Concede aumento de vencimento aos integrantes do quadro de pessoal permanente do magistério público municipal e altera os artigos 10, 24 e 28 da lei municipal nº 279/2005. **[S.I.]**, [2008?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 26/05/2011.

FAZENDA RIO GRANDE. Lei Municipal Ordinária nº 51 de 1994. Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Fazenda Rio Grande, das autarquias e das fundações municipais e o seu regime único. **[S.I.]**, [1994?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 26/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 72 de 2001. Dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Fazenda Rio Grande, estado do Paraná e dá outras providências. **[S.I.]**, [2001?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 26/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 165 de 1998. Dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Municipal. **[S.I.]**, [1998?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 26/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 279 de 2005. Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Fazenda Rio Grande, estado do Paraná e dá outras providências. **[S.I.]**, [2005?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 26/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 421 de 2006. Altera o artigo 28 da Lei Municipal 279/2005, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Fazenda Rio Grande. **[S.I.]**, [2006?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 26/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 660 de 2009. Altera o art. 28 da Lei Municipal nº 279/2005 que estabelece o valor do vencimento básico da Carreira do Magistério do Município de Fazenda Rio Grande. **[S.I.]**, [2009?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 26/05/2011.

_____. Lei Orgânica do Município de Fazenda Rio Grande. **[S.I.]**, [2002?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 26/05/2011.

PINHAIS. Lei Municipal Ordinária nº 18 de 1993. Cria o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Pinhais e dá outras providências. **[S.I.]**, [1993?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 30/04/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 90 de 1994. Altera o art. 11 da lei nº 018/93 de 28 de setembro de 1993, determinando um piso para cada classe de cargo. **[S.I.]**, [1994?a]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 30/04/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 165 de 1996. Autoriza o executivo a incorporar abono e a reajustar vencimentos e salários dos servidores do município. **[S.I.]**, [1996?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 30/04/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 191 de 1997. Concede reajuste salarial aos servidores municipais e dá outras providências. **[S.I.]**, [1997?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 30/04/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 306 de 1998. Dispõe sobre o Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério do Município de Pinhais e dá outras providências. **[S.I.]**, [1998?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 30/04/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 433 de 2001. Concede reajuste salarial aos servidores municipais e dá outras providências. **[S.I.]**, [2001?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 30/04/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 510 de 2002. Concede reposição salarial aos servidores municipais e dá outras providências. **[S.I.]**, [2002?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 30/04/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 626 de 2004. Concede reajuste salarial aos servidores municipais. **[S.I.]**, [2004?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 30/04/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 686 de 2005. Concede reposição salarial aos servidores municipais e dá outras providências. **[S.I.]**, [2005?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 30/04/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 727 de 2006. Concede reposição salarial aos servidores municipais e dá outras providências. **[S.I.]**, [2006?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 30/04/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 771 de 2007. Concede reposição salarial aos servidores municipais e dá outras providências. **[S.I.]**, [2007?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 30/04/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 844 de 2008. Concede reposição salarial aos servidores municipais. **[S.I.]**, [2008?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 30/04/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 950 de 2009. Concede revisão geral anual de salário dos servidores municipais. **[S.I.]**, [2009?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 30/04/2011.

_____. Lei Orgânica do Município de Pinhais. **[S.I.]**, [1994?b]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 30/04/2011.

PIRAQUARA. Decreto nº 2385 de 2004. Institui abono para os profissionais do magistério do ensino fundamental e dá outras providências. **[S.I.]**, [2004?a]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 08/05/2011.

PIRAQUARA. Lei Municipal Ordinária nº 108 de 1988. Dispõe sobre o estatuto do magistério de Piraquara – PR. **[S.I.]**, [1988?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 08/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 415 de 1998. Dispõe sobre o Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério do Município de Piraquara – PR. **[S.I.]**, [1998?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 08/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 576 de 2002. Institui a vantagem excepcional denominada "abono" para os Profissionais do Magistério do Ensino Fundamental e dá outras providências. **[S.I.]**, [2002?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 08/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 726 de 2004. Institui o Plano de Cargos, Emprego, Carreira, Vencimentos e Salários do Magistério Público Municipal. **[S.I.]**, [2004?b]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 08/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 878 de 2006. Autoriza o chefe do poder executivo municipal a conceder reajuste salarial aos professores da rede municipal e dá outras providências. **[S.I.]**, [2006?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 08/05/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 947 de 2008. Dá nova redação à lei nº 726/2004, de 24/06/2004 e dá outras providências. **[S.I.]**, [2008?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 08/05/2011.

_____. Lei Orgânica do Município de Piraquara. **[S.I.]**, [1995?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 08/05/2011.

QUATRO BARRAS. Lei Municipal Ordinária nº 11 de 1998. Dispõe a respeito do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, adaptado aos termos da Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, Parecer CNE/CEB nº 10 de 03 de setembro de 1997 e da Resolução nº 03, de 08 de outubro de 1997 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e Lei 27/91 de 18 de dezembro de 1991 do município de Quatro Barras, e dá outras providências. **[S.I.]**, [1998?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 09/05/2011.

QUATRO BARRAS. Lei Municipal Ordinária nº 29 de 1986. Dispõe sobre o estatuto do magistério público municipal de Quatro Barras. **[S.I.]**, [1986?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 09/05/2011

_____. Lei Municipal Ordinária nº 12 de 2001. Dispõe sobre o sistema de classificação de cargos do poder executivo municipal, fixa números de vagas, níveis de vencimento, consolida legislação pertinente e dá outras providências. **[S.I.]**, [2001?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 09/05/2011.

_____. Lei Orgânica do Município de Quatro Barras. **[S.I.]**, [2008?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 09/05/2011.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Lei Complementar nº 2 de 2004. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal. **[S.I.]**, [2004?a]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 06/06/2011.

_____. Lei Orgânica do Município de São José dos Pinhais. **[S.I.]**, [1995?]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 06/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 16 de 1998. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira do Magistério Público Municipal. **[S.I.]**, [1998?a]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 06/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 32 de 1998. Altera e acresce dispositivos na lei nº 16/98, de 29.06.98 - plano de cargos, vencimentos e carreira do magistério público municipal. **[S.I.]**, [1998?b]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 06/06/2011.

_____. Lei Municipal Ordinária nº 525 de 2004. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. **[S.I.]**, [2004?b]. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 06/06/2011.

APÊNDICES

APÊNDICE I - TABELAS SALARIAS DO PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DO PARMC, EM VALORES NOMINAIS – 1996 A 2010

Remuneração dos Professores da Rede Pública Municipal com Nível Médio na Modalidade Normal - 1996 a 2010															
	FUNDEF											PSPN			
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Município															
Almirante Tamandaré			245,77	245,77	245,77	307,21	307,21	307,21	307,21	340,54	340,54	377,99	427,13	478,39	512,36
Araucária	142,07	201,73	285,31	285,31	313,84	313,84	345,22	397	470,77	489,6	504,28	504,28	919,69	975,79	1044,09
Campina Grande do Sul			264					290,4					613,9	613,9	640,36
Campo Largo	173,15	173,15	200,85	200,85	200,85	200,85	365,68	402,24	422,35	451,91	479,02	517,34	532,86	559,5	598,67
Campo Magro		250	255	255	274,21	294,34	314,94	314,94	314,94	418,87	500,02	500,02	500,02	566,42	566,42
Colombo											506,97	527,24	564,14	597,98	639,84
Curitiba	341,58	372,72	387,33	387,33	418,28	436,61	467,71	481,76	511,1	563,44	597,24	597,24	664,72	707,93	743,32
Fazenda Rio Grande						308,88	308,88	308,88	358,88	401,95	402,12	465	487,23	559,69	614,61
Pinhais	338,03	370,14	370,14	370,14	370,14	407,16	447,87	492,66	594,91	654,4	719,84	755,83	814,33	863,19	906,35
Piraquara									430	430	477,3	477,3	510	510	604,55
Quatro Barras						360	476,36	476,36	476,36	538,78	561,14	579,66	608,47	651,06	679,12
São José dos Pinhais			340				452,27	497,5	602,81						874,51

Remuneração dos Professores da Rede Pública Municipal com Nível Superior em Licenciatura Plena na Área da Educação - 1996 a 2010															
												PSPN			
			FUNDEF									FUNDEB			
Município	96	97	98	99	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Almirante Tamandaré			396,21	396,21	396,21	445,46	445,46	445,46	445,46	493,78	493,78	548,09	619,34	693,67	742,92
Araucária	269,63	382,87	475,51	475,51	523,06	523,06	655,09	753,35	893,33	929,06	956,93	956,93	1379,4	1463,68	1566,14
Campina Grande do Sul			360					396					837,57	837,57	873,67
Campo Largo	215,29	215,29	236,82	236,82	236,82	236,82	420,532	462,58	485,7	519,7	550,87	594,94	612,79	643,43	688,47
Campo Magro		300	370	370	355,1	412,07	440,92	440,92	440,92	586,42	700,03	700,03	700,03	764,67	764,67
Colombo											644,28	670,05	716,95	759,96	813,16
Curitiba	512,41	559,12	581,04	581,04	627,47	502,1	537,86	554,03	587,76	647,95	686,82	746,16	902,17	1015,39	1126,68
Fazenda Rio Grande						308,88	308,88	308,88	358,88	401,95	402,12	465	487,23	559,69	614,61
Pinhais	483,29	529,2	529,2	529,2	529,2	582,12	640,33	704,36	850,56	935,62	1029,18	1080,64	1164,28	1234,14	1295,85
Piraquara									845	845	937,95	937,95	765	765	906,83
Quatro Barras						430	568,99	568,99	568,99	643,54	670,25	692,37	726,78	777,65	811,17
São José dos Pinhais			535				711,68	782,85	881						1278,08

Remuneração dos Professores da Rede Pública Municipal com Nível Superior com Pós-Graduação na Área da Educação - 1996 a 2010															
												PSPN			
			FUNDEF									FUNDEB			
Município	96	97	98	99	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Almirante Tamandaré			467,53	467,53	467,53	512,28	512,28	512,28	512,28	567,85	567,85	630,3	712,24	797,72	854,35
Araucária	350,53	497,75	596,13	596,13	655,74	655,74	851,63	979,37	1161,34	1207,79	1244,02	1244,02	1517,34	1610,05	1722,75
Campina Grande do Sul			380					418					888,32	888,32	926,61
Campo Largo	627,24	627,24	646,06	646,06	646,06	646,06	462,5852	508,83	534,27	571,67	605,96	752,6	775,18	813,94	870,92
Campo Magro		370	410	410	916,32	453,28	485,01	485,01	485,01	645,06	770,03	770,03	770,03	841,13	841,13
Colombo											708,71	737,05	788,64	835,95	894,47
Curitiba						577,42	618,55	637,14	675,93	745,15	789,86	858,08	1037,5	1167,68	1295,69
Fazenda Rio Grande						385	385	385	447,5	502,43	502,5	581,25	609,04	699,61	768,26
Pinhais	544,46	596,18	596,18	596,18	596,18	655,79	721,37	793,51	958,21	1054,03	1159,43	1217,4	1311,63	1390,33	1425,95
Piraquara									741,75	741,75	823,3425	823,3425	879,75	879,75	1042,85
Quatro Barras						610	965,95	965,95	807,17	912,93	950,82	982,19	1031,01	1103,18	1150,73
São José dos Pinhais			588				782,19	860,41	968,67						1405,26
		Anos que não foram disponibilizadas e/ou localizadas tabelas salariais													
		Titulação não contemplada na tabela salarial													

Anos que não foram disponibilizadas e/ou localizadas tabelas salariais

Titulação não contemplada na tabela salarial

FONTE: ALMIRANTE TAMANDARÉ, APMC, ARAUCÁRIA, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, CAMPO MAGRO, FAZENDA RIO GRANDE, PINHAIS, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, SISMMAC (1996 a 2010). Elaborado pela autora

APÊNDICE II – TABELAS SALARIAIS DO PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DO PARMC, EM VALORES REAIS – 1996 A 2010

Remuneração dos Professores da Rede Pública Municipal com Nível Médio na Modalidade Normal - 1996 a 2010															
												PROFISSIONAL NACIONAL			
			FUNDEF									FUNDEB			
Município	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Almirante Tamandaré			555,55	513,99	487,33	557,66	495,47	439,42	421,04	436,29	425,28	450,47	474,83	510,54	512,36
Araucária	343,11	468,04	644,93	596,68	622,30	569,69	556,78	567,86	645,20	627,26	629,77	600,97	1022,39	1041,37	1044,09
Campina Grande do Sul			596,76					415,38					682,45	655,16	640,36
Campo Largo	418,17	401,73	454,01	420,05	398,26	364,59	589,77	575,35	578,84	578,97	598,22	616,54	592,36	597,10	598,67
Campo Magro		580,04	576,42	533,30	543,72	534,29	507,94	450,48	431,63	536,64	624,45	595,89	555,85	604,49	566,42
Colombo											633,12	628,33	627,13	638,17	639,84
Curitiba	824,94	864,76	875,54	810,04	829,40	792,55	754,33	689,09	700,48	721,86	745,86	711,76	738,95	755,51	743,32
Fazenda Rio Grande						560,69	498,17	441,81	491,86	514,97	502,18	554,16	541,64	597,31	614,61
Pinhais	816,36	858,78	836,69	774,09	733,94	739,09	722,33	704,69	815,34	838,40	898,97	900,75	905,26	921,20	906,35
Piraquara									589,33	550,90	596,07	568,82	566,95	544,28	604,55
Quatro Barras						653,48	768,28	681,37	652,87	690,27	700,77	690,81	676,41	694,82	679,12
São José dos Pinhais			768,56				729,43	711,61	826,17						874,51

Remuneração dos Professores da Rede Pública Municipal com Nível Superior em Licenciatura Plena na Área da Educação - 1996 a 2010															
												PROFISSIONAL NACIONAL			
			FUNDEF									FUNDEB			
Município	96	97	98	99	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Almirante Tamandaré			895,62	828,62	785,63	808,61	718,45	637,17	610,52	632,62	616,65	653,18	688,50	740,29	742,92
Araucária	651,17	888,31	1074,87	994,46	1037,16	949,47	1056,54	1077,57	1224,34	1190,28	1195,05	1140,41	1533,43	1562,05	1566,14
Campina Grande do Sul			813,76					566,43					931,10	893,86	873,67
Campo Largo	519,94	499,50	535,32	495,27	469,58	429,88	678,24	661,66	665,67	665,82	687,95	709,01	681,22	686,67	688,47
Campo Magro		696,04	836,37	773,80	704,12	748,00	711,12	630,68	604,29	751,30	874,23	834,26	778,20	816,06	764,67
Colombo											804,60	798,53	797,01	811,03	813,16
Curitiba	1237,50	1297,24	1313,42	1215,16	1244,19	911,43	867,47	792,47	805,54	830,13	857,73	889,23	1002,91	1083,63	1126,68
Fazenda Rio Grande						560,69	498,17	441,81	491,86	514,97	502,18	554,16	541,64	597,31	614,61
Pinhais	1167,18	1227,82	1196,23	1106,74	1049,34	1056,68	1032,74	1007,49	1165,72	1198,69	1285,28	1287,84	1294,29	1317,08	1295,85
Piraquara									1158,10	1082,59	1171,35	1117,79	850,42	816,41	906,83
Quatro Barras						780,55	917,68	813,87	779,82	824,48	837,04	825,13	807,94	829,91	811,17
São José dos Pinhais			1209,34				1147,81	1119,76	1207,44						1278,08

Remuneração dos Professores da Rede Pública Municipal com Nível Superior com Pós-Graduação na Área da Educação - 1996 a 2010															
													PROFISSIONAL NACIONAL		
			FUNDEF									FUNDEB			
Município	96	97	98	99	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Almirante Tamandaré			1056,83	977,77	927,05	929,91	826,21	732,75	702,10	727,51	709,15	751,15	791,77	851,33	854,35
Araucária	846,55	1154,85	1347,53	1246,72	1300,25	1190,32	1373,52	1400,86	1591,65	1547,38	1553,58	1482,55	1686,77	1718,26	1722,75
Campina Grande do Sul			858,97					597,89					987,51	948,02	926,61
Campo Largo	1514,82	1455,29	1460,39	1351,14	1281,05	1172,75	746,07	727,81	732,23	732,41	756,75	779,92	749,34	755,34	757,31
Campo Magro		858,45	926,79	857,46	767,49	822,81	782,23	693,74	664,72	826,43	961,64	917,68	856,01	897,66	841,13
Colombo											885,07	878,37	876,70	892,13	894,47
Curitiba						1048,15	997,61	911,34	926,38	954,66	986,41	1022,61	1153,35	1246,16	1295,69
Fazenda Rio Grande						698,86	620,93	550,69	613,31	643,70	627,54	692,70	677,05	746,63	768,26
Pinhais	1314,90	1383,22	1347,64	1246,82	1182,15	1190,41	1163,44	1135,01	1313,26	1350,39	1447,94	1450,83	1458,09	1483,77	1425,95
Piraquara									1016,59	950,31	1028,22	981,21	977,99	938,88	1042,85
Quatro Barras						1107,29	1557,90	1381,66	1106,25	1169,62	1187,42	1170,52	1146,14	1177,32	1150,73
São José dos Pinhais			1329,15				1261,53	1230,70	1327,59						1405,26
		Anos que não foram disponibilizados e/ou localizadas tabelas salariais													
		Titulação não contemplada na tabela salarial													
		Anos que incidiram reajuste na tabela salarial													

Anos que não foram disponibilizadas e/ou localizadas tabelas salariais

Titulação não contemplada na tabela salarial

Anos que incidiram reajuste na tabela salarial

FONTE: ALMIRANTE TAMANDARÉ, APMC, ARAUCÁRIA, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, CAMPO MAGRO, FAZENDA RIO GRANDE, PINHAIS, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, SISMMAC (1996 a 2010). Elaborado pela autora

ANEXO

ANEXO I - Decreto-Lei Imperial:

"D. Pedro I, por Graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléia Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

Art. 2º Os Presidentes das províncias, em Conselho e com audiência das respectivas Câmaras, enquanto não estiverem em exercício os Conselhos Gerais, marcarão o número e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remover os Professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitem, dando conta a Assembléia Geral para final resolução.

Art. 3º Os presidentes, em Conselho, taxarão interinamente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares, e o farão presente a Assembléia Geral para a aprovação.

Art. 4º As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

Art. 5º Para as escolas do ensino mútuo se aplicarão os edifícios, que couberem com a suficiência nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda Pública e os Professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais.

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana,

proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Art. 7º Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão o que for julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação.

Art. 8º Só serão admitidos à oposição e examinados os cidadãos brasileiros que estiverem no gozo de seus direitos civis e políticos, sem nota na regularidade de sua conduta.

Art. 9º Os Professores atuais não serão providos nas cadeiras que novamente se criarem, sem exame de aprovação, na forma do Art. 7º.

Art. 10. Os Presidentes, em Conselho, ficam autorizados a conceder uma gratificação anual que não exceda à terça parte do ordenado, àqueles Professores, que por mais de doze anos de exercício não interrompido se tiverem distinguido por sua prudência, desvelos, grande número e aproveitamento de discípulos.

Art. 11. Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º.

Art. 13. As Mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres.

Art. 14. Os provimentos dos Professores e Mestres serão vitalícios; mas os Presidentes em Conselho, a quem pertence a fiscalização das escolas, os poderão suspender e só por sentenças serão demitidos, provendo interinamente quem substitua.

Art. 15. Estas escolas serão regidas pelos estatutos atuais se não se opuserem a presente lei; os castigos serão os praticados pelo método Lancaster.

Art. 16. Na província, onde estiver a Corte, pertence ao Ministro do Império, o que nas outras se incumbe aos Presidentes.

Art. 17. Ficam revogadas todas as leis, alvarás, regimentos, decretos e mais resoluções em contrário.

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos 15 dias do mês de outubro de 1827, 6º da Independência e do Império.

IMPERADOR com rubrica e guarda Visconde de São Leopoldo.

Carta de Lei, pela qual Vossa Majestade Imperial manda executar o decreto da Assembléia Geral Legislativa, que houve por bem sancionar, sobre a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, na forma acima declarada.

Para Vossa Majestade Imperial ver"

D. Pedro I

15 de outubro de 1.827